

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

**INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E
CRIATIVIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Viviane Demetrio da Silva Scariot

**DISCURSO POLÍTICO EM CENA: ETHOS E IMAGENS DE SI NA
CAMPANHA ELEITORAL E NO EXERCÍCIO DA GOVERNANÇA DO
RS**

**Passo Fundo
2022**



UPF

Viviane Demetrio da Silva Scariot

**DISCURSO POLÍTICO EM CENA: ETHOS E IMAGENS DE SI NA
CAMPANHA ELEITORAL E NO EXERCÍCIO DA GOVERNANÇA DO
RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Ermani Cesar de Freitas.

Passo Fundo

2022

CIP – Catalogação na Publicação

S285d Scariot, Viviane Demetrio da Silva
O discurso político em cena : ethos e imagens de si na
campanha eleitoral e no exercício da governança do RS /
Viviane Demetrio da Silva Scariot. – 2022.
132 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Emani Cesar de Freitas.
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo
Fundo, 2022.

1. Análise do discurso. 2. Cultura. 3. Cenografia.
4. Políticos – Discursos. I. Freitas, Emani Cesar de,
orientador. II. Título.

CDU: 801.73

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira – CRB 10/2427

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

**"DISCURSO POLÍTICO EM CENA: ETHOS E IMAGENS DE SI NA CAMPANHA
ELEITORAL E NO EXERCÍCIO DA GOVERNANÇA DO RS"**

Elaborada por

Viviane Demetrio da Silva Scariot

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades,
Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a
obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de concentração: Letras, Constituição e Interpretação
do Texto e do Discurso”

Aprovada em: 17 de agosto de 2022
Pela comissão Examinadora



Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas - Orientador - Presidente



Profa. Dra. Silma Ramos Coimbra Mendes

PUC-SP



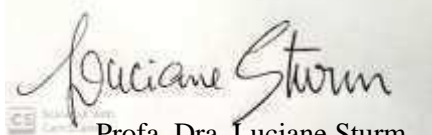
Profa. Dra. Maria Eduarda Giering

UNISINOS



Profa. Dra. Luciana Maria Crestani

UPF



Profa. Dra. Luciane Sturm

UPF

Dedico esta tese aos meus pais, minha irmã, minha filha e meu esposo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, ele que tudo sabe e tudo vê e não me abandonou nunca.

À Nossa Consoladora de Ibiçá, a mãe que me amparou nos momentos em que a aflição me fez titubear.

Ao meu pai, minha motivação constante e maior motivo para não desistir. Tua presença física me fez muita falta, mas tua luz me acompanhou em todas as madrugadas silenciosas e momentos de angústia. Você me disse que eu seria Doutora quando ainda estava iniciando minha carreira profissional, por isto esta conquista é muita sua também, comemore aí de cima.

À minha mãe, Ines, exemplo de força para enfrentar as adversidades da vida. Minha rainha, minha inspiração, quem cuidou da minha casa, minha família, minhas refeições e minhas dores nestes longos anos de caminhada acadêmica. Gratidão, mãe!

À minha irmã, Isane, com alegria contagiante me fez rir nos momentos em que as lágrimas queriam rolar. Meu porto seguro, em todas as esferas, gratidão pelo incentivo e por não me deixar esquecer que tudo passa.

À minha filha Rafaela, amor maior da minha vida, meu anjo de cabelos loiros, razão de tudo que sou e faço. Quantos momentos de alegria ao sentir suas pequenas mãozinhas querendo ajudar a escrever, perguntando “acabou mamãe?” Minha motivação diária e a certeza de que tudo valeu a pena, pois nossos laços de mãe e filha se tornaram indissociáveis no Doutorado e pelo resto da vida.

Ao meu esposo, Alcione, pessoa que escolhi para dividir comigo a vida, há mais de 20 anos, sou grata pelas moedas, roupas e amor desde o início da Graduação em Letras. Compartilhamos de uma família, de uma história, de alegrias e tristezas, mas, acima de tudo, de uma vontade maior de nunca desistir. Sou grata por não ter me deixado desistir: “você chegou até aqui, agora falta pouco”. Obrigada por ter compreendido e aceitado viver mais esta jornada comigo, o título também é seu!

Ao meu querido e excelente orientador, professor Dr. Ernani Cesar de Freitas, pela sua paciência, carinho, cobranças e exigências. Sua presença contribuiu muito além da minha formação acadêmica, mas me enriqueceu como ser humano ao perceber que sempre é possível fazer melhor sem nunca desanimar ou desistir. Foram tantas conversas, tantas revisões, tantos ajustes no texto para chegar ao final da tese, e, ao mesmo tempo, a continuidade de uma relação de grande amizade construída na UPF. Gratidão por mais este desafio concluído com sucesso!

Ao meu tio Zigomar, que sempre me motivou a estudar e ir longe. Tenho muito dele, principalmente a honestidade, a verdade e as promessas cumpridas. Por isso cheguei até o fim, para honrar tua confiança. Desde a faixa da aprovação no vestibular, passando pela infância tranquila e feliz, o Doutorado foi uma maneira também de te homenagear aí em cima. Sei que está orgulhoso de mim!

Ao primo-irmão Ivan Demetrio da Silva, por todas as ajudas na formatação e pelas risadas tão necessárias, quer fossem curtindo o nosso amado Grêmio (na série B), quer fossem as piadas de final de tarde que descontraíram e mantiveram a vontade de prosseguir.

Às minhas amadas avós, Brígida Bombarda da Silva e Augusta Benetti Bogoni, a primeira por acreditar e me incentivar no princípio de tudo e, a segunda, por contribuir na minha formação leitora. Estejam em paz!

Aos familiares que torceram e, mesmo sem compreender direito o porquê de sempre ter que estudar, incentivaram e motivaram para concluir o meu sonho.

Aos amigos que entenderam as ausências, a falta de tempo e o “espera eu concluir a tese”. Vocês foram, são e sempre serão minha base de sustentação.

Aos colegas de trabalho, em especial da E.M.E.F. Santa Teresinha (Sananduva - RS), que compreenderam todas as aflições e sobrecargas intensas durante os anos de estudo tornando esta escola minha segunda casa em quase uma década de trabalho na instituição.

Aos colegas de Doutorado, cada um com suas angústias, mas todos em prol de um objetivo comum: conhecimento.

À amiga e colega, Maria Joana Chiodelli Chaise, sua amizade, carinho e atenção foram fundamentais para chegar até o fim, sempre juntas. Uma amizade iniciada em 2017, quando alunas de disciplina especial, e reforçada a cada dia por laços fraternos que nos uniram por toda a vida. Gratidão, amiga!

À amiga e colega, Ana Lúcia Rodrigues Guterra, sua calma, paciência, serenidade, carinho, conselhos e leitura pontual fizeram a diferença no percurso e no final do Doutorado. Sou grata por contar com tua amizade e presença em minha vida!

À amiga e secretária do PPGL-UPF, Karine Castoldi, exemplo de pessoa e profissional, minha gratidão por toda a ajuda, amizade e apoio. Desejo que você receba todo o carinho que sempre me concedeu.

Ao secretário, Gunnar do PPGL-UPF, por atender todas as demandas com eficiência e calma resolvendo as situações que, muitas vezes, foram necessárias.

Ao colega e amigo Luís Henrique, por tantas dicas enriquecedoras nas suas leituras aprofundadas do meu trabalho.

À Universidade de Passo Fundo, também minha casa, por me acolher nestes 20 anos de aprendizado, durante a Graduação, o Mestrado e, finalmente, o Doutorado. Sou grata pela bolsa de estudos e por me proporcionar o que sou hoje.

Aos professores do PPGL, vocês são espetaculares. Tive grandes mestres, que orgulho tenho de ter aprendido com cada um (a).

A todos os professores que fizeram parte da vida escolar e universitária. Cada um teve um papel fundamental, formando a engrenagem do conhecimento que recebi. Gratidão, todos (as) têm um lugar especial em meu coração e memória!

À minha querida amiga, professora e hoje Secretária de Educação do município de Sananduva, Luciana Maria Crestani, pela primeira conversa, em sua casa, quando pensei em fazer o Doutorado e por todas as contribuições em meu trabalho e minha vida.

À professora Dra. Luciane Sturm, por me apresentar o maravilhoso Projeto Bookcrossing e por ter compartilhado comigo experiências de vida e de leitura.

À Rádio Apuaê FM, de Sananduva, pela parceria de todo o Doutorado na divulgação do Projeto Bookcrossing, por meio do programa semanal “Da Estante para o Mundo”. Mais que uma emissora de rádio, vocês são amigos que fazem a cultura acontecer no município de Sananduva e região.

À locutora, amiga e prima Sílvia Bogoni, minha irmã do coração, obrigada por tudo e por tanto. Sou grata por todas as conversas do final de semana para que o programa de rádio da segunda-feira ficasse bom. Você tem meu carinho, minha admiração e minha gratidão!

Aos colaboradores do Projeto Bookcrossing, por terem dividido maravilhosas obras de leitura e, assim, formar novos leitores.

Às professoras doutoras que compuseram a banca de qualificação e de defesa, Silma R. C. Mendes (PUC-SP), Maria Eduarda Giering (UNISINOS), Luciana Maria Crestani (UPF) e Luciane Sturm (UPF) por apontarem caminhos e enriquecem o trabalho.

Aos (as) alunos (as) particulares e seus familiares que, em duas décadas de atuação, confiaram em meu trabalho e constituíram a professora que sou hoje. Gratidão!

Enfim, a todas as pessoas que, de uma maneira ou outra, demonstraram sua atenção comigo nesta jornada, quer fosse em forma de carona, viagem, lanche, amizade, respeito, carinho ou palavras de motivação. Vocês fizeram parte da minha conquista!

Todas as palavras tomadas literalmente são falsas. A verdade mora no silêncio que existe em volta das palavras. Prestar atenção ao que não foi dito, ler as entrelinhas. A atenção flutua: toca as palavras sem ser por elas enfeitiçada. Cuidado com a sedução da clareza! Cuidado com o engano do óbvio!

Rubem Alves

Um estadista pensa nas próximas gerações, um populista pensa nas próximas eleições.

James Freeman Clarke

RESUMO

Este estudo apresenta como temática a análise do discurso político do governador do estado do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite, no mandato 2018-2022, dirigido ao profissional do magistério público estadual. O objetivo geral, neste trabalho, visa descrever e analisar a construção do ethos discursivo recorrente nos discursos políticos, como imagem de si, depreendido de cenas enunciativas e restrições semânticas da situação contextual que denotam cenografias na tessitura do discurso de um governador do RS. A fundamentação teórica contempla uma abordagem interdisciplinar mediante as contribuições de: Clifford Geertz (2015) e Stuart Hall (2006) com relação à cultura e política; Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017, 2020) sobre o discurso político; Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2010, 2015, 2018, 2020) e estudiosos pela perspectiva da semântica global, da cenografia e do ethos. A pesquisa é do tipo descritiva, bibliográfica, documental e *ex-post-facto* com abordagem qualitativa. O corpus de pesquisa constitui-se de três discursos políticos do governador do RS, Eduardo Leite, divulgados em forma de notícia pelo jornal Correio do Povo (RS). A análise dos resultados da pesquisa aponta que as cenografias enunciativas são identificadas por meio de diferentes pistas linguísticas apresentadas nos discursos, sendo suas principais configurações estabelecidas pelo tempo e espaço enunciativos e pelo estatuto do enunciador e do destinatário, com uma imagem de si depreendida do que está circunscrito nos discursos do mandatário político do RS que são objeto desta pesquisa. Assim, a tese aqui defendida é que o ethos discursivo, construído nas cenografias enunciativas, projeta uma imagem de si de conciliador/articulador no discurso populista do governador do RS, Eduardo Leite, com amparo nas cenas enunciativas e nas restrições semânticas contextuais.

Palavras-chave: Discurso político. Cultura. Cenografia. Ethos. Imagem de si.

ABSTRACT

This study presents as its theme the analysis of the political speech of the governor of the state of Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite, in the 2018-2022 term, addressed to state public teachers. The general objective of this work is to describe and analyze the construction of the recurrent discursive ethos in political speeches, as an image of the self, deduced from enunciative scenes and semantic restrictions of the contextual situation that denote scenography in the texture of the speech of a governor of RS. The theoretical foundation brings an interdisciplinary approach through the contributions of: Clifford Geertz (2015) and Stuart Hall (2006) in relation to culture and politics; Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017, 2020) on political discourse; Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2010, 2015, 2018, 2020) and scholars from the perspective of global semantics, scenography and ethos. The research is descriptive, bibliographical, documentary and *ex-post-facto* with a qualitative approach. The research corpus consists of three political speeches by the governor of RS, Eduardo Leite, published in the form of news by the newspaper Correio do Povo (RS). The analysis of the research results shows that the enunciative scenographies are identified through different linguistic clues presented in the speeches, and their main configurations are established by the enunciative time and space and by the enunciator's and the addressee's statute, with an image of the self inferred from what is circumscribed in the speeches of the political representative of RS that are the object of this research. Thus, the thesis defended here is that the discursive ethos, built in the scenographies, projects self image conciliatory/articulating in the populist Eduardo Leite's speech, governor of RS, supported by the enunciative scenes and contextual semantic restrictions.

Keywords: Political speech. Culture. Scenography. Ethos. Self image.

RESUMEN

Este estudio presenta como cuestión el análisis del discurso político del gobernador de la provincia del Rio Grande del Sur (RS), Eduardo Leite, en la legislatura de 2018-2022, direccionado al profesional del magisterio público estadual. El objetivo general, en este trabajo, es describir y analizar la construcción del ethos discursivo recurrente en los discursos políticos, como imagen de sí, dependido de escenas enunciativas y restricciones semánticas de la situación contextual que denotan escenografía en la tesitura del discurso de un gobernador del RS. La fundamentación teórica contempla un enfoque interdisciplinario mediante las contribuciones de: Clifford Geertz (2015) y Stuart Hall (2006) con relación a la cultura y política; Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017, 2020) sobre el discurso político; un enfoque interdisciplinario por medio de las contribuciones de: Clifford Geertz (2015) y Stuart Hall (2006) con relación a la cultura y política; Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017, 2020) sobre el discurso político; Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2008b, 2010, 2015, 2018, 2020) y estudiosos por la perspectiva de semántica global, de escenografía y de ethos. La pesquisa es del tipo descriptiva, bibliográfica, documental y ex-post-facto con enfoque cualitativa. El corpus de la pesquisa se constituye de tres discursos políticos del gobernador del RS, Eduardo Leite, divulgados en forma de noticia por el periódico *Correio do Povo* (RS). El análisis de los resultados de la pesquisa apuntan que las escenografías enunciativas son identificadas por medio de distintas pistas lingüísticas presentadas en los discursos, siendo sus principales configuraciones establecidas por el tiempo y espacios enunciativos y por el estatuto del enunciador y del destinatario, con un imagen de sí a partir de lo que está limitado en los discursos del mandatario político del RS que son objetos de esta pesquisa. Así, la tesis aquí defendida es que el ethos discursivo, construido en las escenografías enunciativas, proyecta un imagen de sí de conciliatorio/articulador en el discurso populista del gobernador del RS, Eduardo Leite, con amparo en las escenas enunciativas y en las restricciones semánticas contextuales.

Palabras clave: Discurso político. Cultura. Escenografía. Ethos. Imagen de sí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situação de comunicação.....	38
Figura 2 - Esquema do ethos.....	55
Figura 3 - A construção da imagem de si.....	58
Figura 4 - Dispositivo de análise.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Texto ilustrativo sobre o magistério gaúcho.....	40
Quadro 2 - Síntese teórica e autoral.....	43
Quadro 3 - Síntese teórica e autoral.....	60
Quadro 4 - Discurso político do candidato Eduardo Leite.....	75
Quadro 5 - Cenografia e ethos discursivo do candidato Eduardo Leite.....	90
Quadro 6 - Discurso político do governador Eduardo Leite.....	91
Quadro 7 - Cenografia e ethos discursivo do governador Eduardo Leite.....	105
Quadro 8 - Discurso político do governador Eduardo Leite.....	107
Quadro 9 - Cenografia e ethos discursivo do governador Eduardo Leite.....	123

LISTA DE SIGLAS

AD - Análise do Discurso

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNCC - (Base Nacional Comum Curricular)

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

DISPOL - Discurso Político

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB)

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PPGL - Programa de Pós-Graduação em Letras

RS - Rio Grande do Sul

UPF - Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O INÍCIO DE UM SONHO.....	16
2 CULTURA E DISCURSO POLÍTICO.....	28
2.1 PRECEITOS ENRAIZADOS NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA.....	30
2.2 DISCURSO POLÍTICO: UM ENUNCIADO PERSUASIVO.....	34
2.3 ENTRE CULTURA E POLÍTICA: O ELO DO DISCURSO.....	39
3 PRIMADO DO INTERDISCURSO, COMPETÊNCIA E PRÁTICA DISCURSIVA	45
3.1 SEMÂNTICA GLOBAL: CONSTRUÇÃO E (RE)SIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO...47	
3.2 CENA ENUNCIATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO DISCURSO.....	51
3.3 CENOGRAFIA E ETHOS: PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO DISCURSO POLÍTICO	53
4 TECENDO OS NÓS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	62
4.1 CULTURA E POLÍTICA: SENTIDOS DEPREENDIDOS NA RELAÇÃO ENUNCIATIVO-DISCURSIVA.....	65
4.2 SEMÂNTICA GLOBAL: OS SETE PLANOS CONSTITUINTES DO DISCURSO POLÍTICO EM INTERAÇÃO.....	66
4.3 OS FIOS DA TRAMA DISCURSIVA: CENA ENUNCIATIVA, CENOGRAFIA E ETHOS COMO IMAGEM DE SI.....	67
5 O DISCURSO POLÍTICO COMO PRÁTICA SOCIAL: ANÁLISE DE DISCURSOS DO GOVERNADOR DO RS.....	71
5.1 ANÁLISE DO DISCURSO 1- PROMESSA DE CAMPANHA.....	74
5.2 ANÁLISE DO DISCURSO 2- A LEI DO PISO: PRIMEIRO ANO.....	91
5.3 ANÁLISE DO DISCURSO 3 - ALTERAÇÃO NO PROJETO.....	106
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CICLO QUE CHEGA AO FIM.....	125
REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO: O INÍCIO DE UM SONHO...

[...]falar é uma atividade erguida sobre valores supostamente partilhados. Ao tomar a palavra, o que o locutor faz, então é pôr em risco sua imagem e tentar orientar, mais ou menos conscientemente e em um sentido que lhe seja favorável, a interpretação e a avaliação dos signos que envia ao destinatário. (MAINGUENEAU, 2020, p. 9).

Adentrar no espaço acadêmico sempre se constituiu como o grande sonho de infância em uma família de pequenos agricultores, em que a mãe chegou a exercer a docência quando o ensino primário possibilitava o status de professora. Cresci percebendo que pelo olhar e ensinamento de um professor é que se aprimoram os conhecimentos, as vidas, os futuros.

Foram tantos mestres maravilhosos ao longo dos bancos escolares que minha vida, dessa forma, foi sendo moldada para o ensino da docência com o intuito de repassar o tanto que os professores me ensinaram. Por acreditar que a sala de aula é o espaço onde podemos fazer o conhecimento de fato acontecer é que optei por ser professora e, após a graduação, a especialização e o mestrado, e depois ingressar no processo de doutoramento. E hoje apresento aos meus alunos as inúmeras releituras sociais que o discurso político nos remete, uma vez que esse discurso apresenta determinadas cenografias e ethos construídos e ressignificados para cada momento enunciativo, pois aquele que o profere tem consigo uma condição de pertencimento da ideologia que se propaga ao povo, no caso, ao eleitor.

O meu interesse em investigar o discurso político é resultado de um processo contínuo de leitura, no qual as palavras sempre me contagiaram. De origem humilde e vivendo em uma comunidade da zona rural do município de Sananduva, interior do RS, sempre convivi com enormes desafios. A vida sempre foi muito difícil, nada era dado e tudo precisava ser conquistado. Minha vida escolar iniciou-se na pequena escola multisseriada da comunidade de Nossa Senhora do Bom Conselho (município de Sananduva, RS), com uma professora somente (minha tia e que hoje, já aposentada de 20 horas de trabalho, é minha colega de escola) que desempenhava todas as funções: desde lecionar até cuidar do pátio, da horta, da merenda, da limpeza, enfim, muitas atribuições que eram divididas com os alunos. Cada um tinha sua função e isso era tão gratificante, por se sentir útil e capaz de ajudar.

Meus pais, pequenos agricultores, não tinham condições de dar presentes ou luxos, mas sempre me deram o melhor de tudo: a educação. Assim, aprendi que respeito vem de casa e precisava existir sempre em sala de aula; a professora era como uma “deusa”, tudo para mim, pois aprendi que ela fazia o papel de mãe quando eu estava na escola. Meu pai não teve oportunidade de estudar, mas sempre deixou bem claro em nossa casa, para mim e minha irmã

(também professora da disciplina de História), que ele nos deixaria, mesmo com muito sacrifício, a melhor das heranças: o estudo. Afirmava com muita certeza que isso sim ninguém poderia tirar de nós, pois iria conosco para qualquer lugar. Minha mãe cursou até o ginásio da época (8º ano atual) e assim foi professora por cinco anos, mas depois eu vim ao mundo e ela optou pela maternidade (diz ela que não se arrependeu, pois as duas filhas são professoras, profissão que ela tanto ama).

A cada dia era preciso vencer muitas dificuldades para conseguir estudar: caminhar cinco quilômetros (entre ida e vinda) em estrada de terra e muita poeira, no verão e dias ensolarados; já no inverno era preciso desviar-se das poças de água e tentar chegar limpa na escola. O almoço era servido às 11h, na sequência, era necessário caminhar durante uma hora antes de apanhar o ônibus para chegar na escola e não se atrasar. Meu pai, montado a cavalo, costumava chegar à escola sem avisar, visto que queria saber como andavam as notas e o comportamento, o que sempre o deixou feliz (nem poderia ser de outra forma).

Lembro-me, perfeitamente, de que na primeira série (nomenclatura do ensino da época) fui a única aluna aprovada e assim continuei sozinha até a quarta série. Não gostava de estudar só, pois não tinha ninguém para trocar ideias, mas sempre me dediquei muito. Minha professora falava que eu devorava todas as lições, era uma criança que queria aprender muito e de maneira rápida. Gostava muito de ler; o dia que consegui juntar as primeiras sílabas foi uma grande conquista, e desde esse dia nunca mais parei, minha sede por livros aumentava mais e mais. A nossa pequena biblioteca marcou minha vida para sempre, embora com poucos livros, com títulos e histórias que até hoje sou capaz de reproduzir na íntegra devido a tantas leituras feitas. O que se tinha era tão pouco, mas foi tão importante para mim. Tenho a certeza que aqueles livros eram os melhores de todos, porque me tornaram leitora.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas na época, fiquei dois anos sem estudar, mas depois retornei, queria “ser alguém na vida”. Mesmo quando estava fora da escola, não ficava sem ler ou realizar alguma lição. Sempre gostei muito de ler e assim os livros passaram a ser devorados um a um: Monteiro Lobato foi, com o Sítio do Pica-Pau Amarelo, minha grande paixão da infância. Logo depois vieram tantos outros, entre eles a Série Vagalume (completa) que até hoje procuro quando vou a uma biblioteca. Esses livros, que tanto me incentivaram nos primeiros passos da leitura, fizeram da aluna uma ávida leitora que ainda no ensino fundamental lia os clássicos da literatura brasileira. Marcou minha vida ver meu pai chegar em casa, vindo da cidade, com balas ou bananas embrulhadas em papel jornal; isso para mim era a festa, pois tinha o que ler naquele dia. Não se podia escolher, lia-se de tudo o que chegasse às mãos.

Cresci compreendendo que a leitura modifica vidas; ela cria mundos tão lindos que é possível viajar e conhecer novos lugares sem sair de casa, e já que eu não podia viajar, encontrei a solução. Com o passar do tempo, percebi que eu também poderia escrever minhas próprias histórias e assim passei a construir meus mundos no papel. Quando era solicitada a produzir um texto, era uma alegria; sempre ficavam maiores do que a professora havia solicitado, mas sempre tinham muito amor em cada palavra. E assim passei também a escrever de tudo um pouco: poemas, mensagens, agradecimentos, homenagens, atas. Como eu gostava das palavras e elas também tinham afinidade comigo, íamos formando parcerias que sempre deram certo. Até hoje guardo alguns textos que escrevi há tantos anos que, muitas vezes, não me reconheço mais como a autora (os tempos mudaram muito).

Os sonhos eram muitos, alguns foram realizados, outros ainda estão em construção, pois quem sonha nunca morre e quem lê e escreve também não. Acredito muito nisso: minha avó materna, falecida durante a construção deste trabalho (outubro de 2020), com 93 anos de idade, sempre leu muito, e quando ia visitá-la estava lendo algo novo e contava em detalhes o que aprendeu. Dizem, na família, que herdei dela esse gosto pelos livros, tenho certeza que sim, visto que é gratificante ter uma leitura como companhia atrelada ao conhecimento.

Concluí minha graduação, Licenciatura em Letras, há 16 anos, depois fiz uma especialização na área de línguas e após meu tão sonhado Mestrado em Letras, grande orgulho profissional da minha vida, venci tantos obstáculos e aprendi muito, não somente na teoria, mas para minha vida. Durante os anos do Mestrado perdi meu pai (perda essa que me traz tantas lembranças de superação, meu maior exemplo de vida, sinto muito a ausência dele), engravidei, sofremos um gravíssimo acidente de automóvel (eu, meu esposo e minha filha, que estava a caminho) e tive a maior alegria da vida: ser mãe. Ou seja, como diz o adágio popular “Deus escreve certo por linhas tortas” e, ao final, tudo acaba da melhor forma possível para aprender mais.

Em 2017 retornei à Universidade de Passo Fundo, como aluna de disciplina especial, para mais um desafio: Doutorado em Letras. Ao ingressar no curso, tinha uma certeza: abordar a temática educacional pelo discurso político com o intuito de compreender as artimanhas que envolvem tanta polêmica nesses dois segmentos tão importantes da sociedade. Durante as duas disciplinas cursadas naquele ano, com aulas do professor Dr. Ernani Cesar de Freitas, meu orientador, tive a definição da linha de pesquisa e da temática.

Ao final desse ano, passei pelo processo seletivo e me constituí como parte integrante do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade de Passo Fundo (UPF). E cá estou eu, caminhando nesse Curso tão desafiador, mas vivendo

momentos extremamente gratificantes que propiciam reinventar-se na tarefa de ensinar. A cada dia aprendo mais sobre a função tão importante que é representada pelo professor, enquanto mediador de conteúdos, conhecimentos e sonhos.

Com o ingresso como aluna regular, o trabalho iniciou juntamente com a convicção de que é difícil e complexo separar política e educação, pela confluência entre ambas. O cenário político gaúcho, no início da pesquisa, foi de um processo eleitoral cercado por promessas de campanha, críticas, ofensas e “sede de poder”, marcas da transição política. Na sequência dos acontecimentos, o cenário descortinou-se para moldar a realidade educacional pós-eleição.

Minha trajetória educacional foi construída toda em escola pública e sempre presenciei as lutas dos professores por condições dignas de trabalho e remuneração; de tanto vivenciar estas experiências, foi que optei pela carreira docente, pois acredito que sempre é tempo de melhorar os ambientes profissionais e sociais, sendo que a educação é o caminho para tanto.

A definição por analisar os discursos políticos do candidato e ex-governador Eduardo Leite aconteceu em uma tarde quando ao me dirigir ao caixa eletrônico da agência do Banrisul, da cidade de Sananduva/RS, encontrei uma ex-professora e ela comentou que tinha ido sacar o pagamento mensal, mas havia somente R\$ 50,00 disponíveis na conta, valor do depósito realizado pela manhã. Essa situação, além de despertar minha compaixão e angústia, também desencadeou a temática da pesquisa. Minha motivação é compreender os motivos pelos quais o magistério gaúcho vem, há anos, sendo vítima, quando na verdade deveria ser o protagonista da história diante da sua importância.

Atuo na área educacional, com aulas particulares, desde o ingresso na UPF em 2002; também atuei na Biblioteca Pública Municipal, como bibliotecária e, atualmente, como professora de Língua Portuguesa na educação básica nos anos finais do ensino fundamental, na rede municipal de Sananduva - RS, cidade onde nasci, cresci e resido. A educação sempre foi minha motivação para inspirar pessoas (alunos) a fazer a diferença na sua própria vida e na das pessoas com quem convivem, pois sou oriunda de uma família de professoras.

Sou realizada profissionalmente e como ser humano, pois sei que consigo, através dos meus ensinamentos, melhorar um pouco esse mundo que nos cerca. Quando entro em sala de aula, sinto que estou no lugar certo; é o espaço onde realizo minha paixão de ensinar, de mediar conhecimento, de ver no aluno a alegria de aprender e a possibilidade de uma construção social humanizada.

A educação mudou muito, os tempos são de desafios (inclusive escrevendo e vivendo o período de pandemia mundial do Covid-19) e, para tanto, o reinventar-se é necessário sempre. As aulas ministradas ontem não são mais as mesmas de hoje, o cenário é outro, os

contextos são moldados de maneiras diferentes e a nós, professores, cabe este desafio maior de todos: ensinar pessoas para conviver em uma sociedade tão diversificada. Dessa maneira, deixei o lócus da sala de aula para ensinar de maneira remota e me familiarizar com as tecnologias passíveis de uso e interação para não perder, pelo menos em parte, o contato com os protagonistas de futuras histórias, meus alunos.

Ensinar é tarefa árdua, exige não somente conhecimento teórico, domínio de conteúdo, postura firme, autoestima elevada, alegria diária, mas, acima de tudo, um amor maior do que todos os desafios que surgem em sala de aula onde existem alunos com as mais diversas características. Para aqueles que querem aprender, tudo é mágico e o rendimento é satisfatório; mas, para aqueles que a escola não é o lugar em que gostariam de estar, o desafio é outro: ensinar a quem não quer aprender. E então os motivos apresentados são muitos, alguns estão em casa, outros nos amigos, outros na vizinhança, outros na escola, outros na figura do professor e outros neles próprios, mas cada um sabe que a sua postura em sala é reflexo da sua vida fora dela. Culpar os outros é mais fácil, mas para aqueles que percebem que eles próprios devem fazer a diferença, independentemente de todos os obstáculos, a escola torna-se a grande base para um futuro melhor e mais significativo.

Assim, a cada novo dia em sala de aula, a história se reinventa; é mais uma oportunidade de fazer diferente, mais uma chance de mudar vidas, construir pontes que levarão ao sucesso. Se ensinar é desafiador? Com toda certeza, muito! Por vários motivos, mas, principalmente, por deixar a família em casa e transmitir o mesmo amor para os alunos, meus alicerces diários na luta incansável pela valorização das pessoas e das suas histórias.¹

Diante dessa minha trajetória de vida, interessei-me com destaque pelo discurso político. Mas por que o discurso político é motivo de pesquisa neste trabalho de tese? Porque, tanto minha infância quanto adolescência, bem como a vida adulta pessoal e a profissional foram permeadas pelas siglas e doutrinas partidárias. Minha origem familiar sempre esteve no embate pelas legendas partidárias da época – ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); quando se defendia uma, refutava-se bruscamente a outra. Por isso, a política sempre orientou minhas escolhas e motivou meus estudos, devido a acreditar que o discurso político orienta uma reflexão crítica no universo social. Não é simplesmente aceitar uma ou outra concepção ideológica, mas vivê-la.

Dessa maneira, fui me constituindo enquanto pessoa, profissional e pesquisadora para ampliar as concepções teóricas necessárias à ressignificação dos saberes diários. Diante disso,

¹ Fragmentos do texto introdutório foram publicados, inicialmente, no livro: *Ao professor, a palavra*, em 2020.

o tema deste estudo tem como foco a análise do discurso político do candidato e ex-governador do estado do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite², dirigido ao profissional do magistério público estadual, mais especificamente no que diz respeito à construção de cenografias enunciativas e, por consequência, do ethos discursivo como imagem de si. O corpus de análise constitui-se por três discursos políticos, do mandatário estadual, no período compreendido entre a campanha, no ano de 2018 e a efetivação do mandato governamental, nos anos de 2019 e 2021.

O motivo pela delimitação por esse governante leva em consideração as promessas de campanha e o atendimento (ou não) desses compromissos ao longo do exercício do mandato de quatro anos, de cada um à frente do Palácio Piratini, principalmente quando o assunto piso salarial do magistério configurou-se como norteador de discursos políticos populistas voltados à educação.

Historicamente, o estado do RS é marcado como aquele que desampara seus educadores com relação ao pagamento do valor mínimo exigido por lei: o piso salarial. Diante desse cenário e vivenciando a situação dos colegas professores da rede pública estadual, da qual não sou parte ativa, mas compartilho das experiências e angústias é que surgiu a inquietação sobre o pagamento do piso nacional para o magistério, valor mínimo estabelecido por lei para o profissional que está na ativa, mas que ainda muitos estados brasileiros não pagam. O RS é um dos que, além de não pagar o mínimo, também atrasa ou parcela o salário e essa situação arrasta-se por várias gestões, ou seja, é um problema não somente de uma ou de outra sigla partidária que está no poder, mas de uma conjuntura política enraizada que vê o professor como alguém que precisa lutar muito para garantir seus direitos.

Conforme pesquisa realizada no Banco de Dissertações e Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), entre o período que compreende os anos de 2018 a 2021, com as palavras-chave “cultura e discurso político” foram encontrados 2393 resultados voltados à área de Letras, isto é uma ampla produção científica com estudos direcionados à temática, mas os trabalhos abordam vertentes e aplicações distintas desta tese. Ao refinar a pesquisa, agregando também os termos “cenografia e ethos”, em teses constatou-se que o número chega a 12.125 trabalhos realizados tendo por base a cultura e o discurso político e sua projeção através de uma cenografia enunciativa e um ethos discursivo, porém não se identificou algum estudo com o mesmo

² Os discursos políticos foram proferidos como candidato e como governador, mas, no de 2022, último de seu governo, Eduardo Leite renunciou ao cargo. Por este motivo, em determinados momentos, a referência ao político ocorre como "ex-governador" ou "o então governador".

enfoque desta pesquisa, qual seja: cenografia e ethos discursivo em discursos políticos de governador do RS.

Na sequência, a pesquisa recebeu mais a informação “governador do RS” e não se encontrou tese ou dissertação voltada às questões relativas ao piso salarial do magistério público do estado, em especial, em notícias publicadas pelo Jornal Correio do Povo³ durante a campanha eleitoral e após assumir o Palácio Piratini. Diante disso, reafirmamos certo ineditismo no que diz respeito à tese em questão e sua importância para estudos atuais e posteriores que abordem a temática, uma vez que o discurso político constrói um ethos discursivo específico quando a postura é de candidato e outro quando acontece a efetivação no cargo.

Antes de mencionar o período político atual do RS, é necessário recapitular alguns aspectos pertinentes relacionados às duas últimas gestões que nos orientam durante a pesquisa. Durante os anos em que Tarso Genro esteve à frente do Palácio Piratini (01-01-2011 a 01-01-2015), o período foi de avanços na educação com valorização dos profissionais da educação, tanto nos aspectos financeiros quanto estruturais, sua postura, perante as questões educacionais, era de alguém que queria servir de exemplo às demais unidades da Federação. No entanto, a marca negativa do seu governo parece ser o não pagamento do piso salarial do magistério, promessa de campanha que não se efetivou.

No governo de José Ivo Sartori (01-01-2015 a 01-01-2019), a postura era de alguém preocupado com as finanças, com esquecimento da classe do magistério, mesmo sendo ele um professor. A conjuntura da época apontava para diferentes e significativos entraves relacionados ao governo e à classe que representa os professores – o Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS Sindicato). O parcelamento do salário do funcionalismo, entre eles os profissionais do magistério, rendeu mobilizações, protestos e greves. Em seu mandato, foi sancionado o Projeto de Lei 287/2014 que institui o Plano Estadual da Educação como complemento à diversidade, mas o pagamento do piso salarial do magistério sempre foi motivo de embates, uma vez que a justificativa amparou-se na escassez de recursos provenientes da União.

Com base nessas informações contextuais e históricas, chegamos ao período que esta tese engloba. A campanha eleitoral (2018) e o mandato do governador Eduardo Leite (01-01-2019, em exercício até 31-03-2022, quando renunciou ao cargo), temos uma pacificação

³ A escolha por publicações do jornal Correio do Povo se justifica em razão de que este veículo de informação se trata de um jornal tradicional e conservador fundado no século XIX e com credibilidade junto à opinião pública e, ao mesmo tempo, acompanha de perto a luta dos professores pela vigência da Lei do Piso, com notícias que projetam a imagem política e educacional do estado.

maior com relação às angústias referentes ao pagamento do piso do magistério, uma vez que, ao longo do segundo ano, encerrou-se o parcelamento dos salários, porém tais ajustes foram provenientes de outras fontes, o que teria comprometido outra esfera social - a saúde. O segundo ano de mandato teve como maior entrave a pandemia do Covid-19, com escolas fechadas, aulas suspensas, professores e profissionais do magistério de um lado e profissionais da saúde de outro. Mesmo com o pagamento em dia dos salários, a temática piso do magistério continua latente e ainda será objeto de muitos debates, porque ao receber em dia desproveu-se o professor de vantagens antes garantidas, como triênios, licenças e mudanças de classe.

A pesquisa é relevante social e academicamente, na medida em que demonstra, por meio de um ethos discursivo, como imagem de si, construído e projetado por cenas enunciativas das quais resultam cenografias verificadas no discurso político, do governador do RS objeto deste estudo. Dessa forma, o ethos discursivo possibilita que o interlocutor, ou coenunciador, assuma e incorpore uma encenação, construída no discurso, como imagem de si daquele que enuncia, o governador do RS. Este estudo também assume importância visto que dialoga com uma das classes socioprofissionais fundamentais para o país: professores e a luta pela garantia do direito de receber o piso nacional do magistério, estabelecendo vivências menos tensas entre política e educação. Acreditamos, assim, que a tese é bem-vinda neste momento atual (2018-2022) quando se apresenta no Brasil um quadro contraditório e, de alguma forma, tenso nas relações entre governos e sociedade.

Outro aspecto fundamental que orienta este trabalho é a sua inserção na linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso (CITD), do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Nesse contexto, a teoria estudada, enunciativo-discursiva de natureza sócio-histórica, alia-se à prática que orienta as relações sociais cotidianas, visto que vivemos em um país onde a imagem do político diz muito sobre a sua maneira de governar, assim como as cenografias que se instituem em tal discurso e projetam diversos ethos discursivos como imagem de si.

A delimitação desta tese está atrelada, dessa maneira, à construção da cenografia e do ethos discursivo, como imagem de si - da personagem política do governador do RS, Eduardo Leite, mediante pistas linguísticas que configuram enunciados e sentidos apreendidos de notícias que destacam o discurso político enquanto formação sociodiscursiva administrativa. Nos três discursos analisados, temos como principal eixo temático o salário dos professores e seus desdobramentos: piso do magistério, remuneração prometida nas campanhas e, no exercício do mandato, efetivada em partes.

A motivação desta pesquisa, dessa maneira, é uma inquietação da professora que atualmente atua na rede pública municipal e com aulas particulares, mas que convive e se solidariza com os colegas professores que fazem parte do quadro do magistério estadual do RS. Existem questões bem pontuais quando se trata da educação pública, pois é um direito de todo cidadão, amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil, no entanto é necessário que a garantia também assegure a remuneração do trabalho daqueles que prestam este serviço tão nobre: ser professor. Os discursos de promessa de campanha servem de esperança e motivação para prosseguir, mas quando não se concretizam geram o conflito entre o dito e o efetivado.

O embate gerado com o pagamento do piso salarial mínimo para os profissionais atuantes no magistério é uma temática que vem se arrastando desde os anos 90, quando se projetava uma esfera de mudança e maior valorização da classe educacional. Desde então, o panorama apresenta cenário dramático, pois não se chegou a um consenso entre o que está efetivado na lei e o que acontece nas esferas estaduais e municipais com a educação pública, o que ocasiona a desvalorização e o descrédito com uma profissão tão essencial - ser professor.

Diante dessas ponderações, o problema de pesquisa que fundamenta esta tese foi assim estabelecido: nos discursos políticos analisados do candidato e ex-governador do RS, Eduardo Leite, como são encenados os ethos discursivos, como imagens de si, mobilizados nas cenografias construídas no plano enunciativo-discursivo?

As hipóteses decorrentes dessa problematização estão assim configuradas:

- a) o interdiscurso organiza e possibilita analisar o discurso político pela perspectiva enunciativo-discursiva de cunho socio-histórico;
- b) as práticas culturais orientam a posição assumida na construção da cenografia no discurso político;
- c) as restrições semânticas implicam o discurso político do enunciador de acordo com seus destinatários;
- d) o ethos discursivo configura-se como uma manifestação distinta da imagem de si quando a posição política é de candidato daquela quando governador eleito.

Em decorrência da problematização do estudo e das hipóteses previstas, o objetivo geral visa descrever e analisar a construção do ethos discursivo recorrente nos discursos políticos, como imagem de si, depreendido de cenas enunciativas e restrições semânticas da situação contextual que denotam cenografias na tessitura do discurso de um governador do RS. Em consequência, os objetivos específicos são assim definidos:

- a) compreender como o discurso político sobre o piso do magistério se manifesta a partir do interdiscurso;
- b) examinar as práticas culturais materializadas na construção da cenografia do discurso do governador;
- c) verificar as restrições semânticas que sustentam o discurso para o funcionalismo gaúcho, do magistério estadual;
- d) relacionar as diferentes projeções do ethos discursivo, por meio de cenas enunciativas e de cenografias construídas nas manifestações político-discursivas do governador do RS, objeto deste estudo.

A tese que se defende neste trabalho é que o ethos discursivo, construído nas cenografias, projeta uma imagem de si de conciliador/articulador no discurso populista do governador do RS, Eduardo Leite, com amparo nas cenas enunciativas e nas restrições semânticas contextuais.

A base teórica que ampara este estudo está fundada nos aspectos culturais conforme Clifford Geertz (2015), na cultura política com Marcello Baquero (2008) e no discurso político, através das concepções de Patrick Charaudeau (2016, 2017), porque o discurso enquadra-se em determinado tempo e espaço próprios da enunciação. Também justificamos nossa escolha teórica no pressuposto de que todo discurso enquadrado no âmbito político traz consigo uma condição de pertencimento da cultura imposta pelo seu meio. Com relação aos conceitos que abordam a Semântica Global de Dominique Maingueneau (2008a), enfatizamos as concepções dos planos constitutivos do discurso, a competência e a prática discursiva e o interdiscurso (primado do interdiscurso). As noções conceituais de cena enunciativa, de cenografia e de ethos são fundamentadas em pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau (1977, 2008b, 2010, 2020), visto entendermos que as cenas enunciativas constroem cenografias que desvelam ethos discursivos, como imagens de si, ancoradas no tempo e no espaço da enunciação.

O percurso metodológico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa classifica-se como pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e *ex-post-facto* com abordagem qualitativa, considerando que a partir dos conceitos teóricos é realizada a análise do corpus, com base na materialidade linguístico-discursiva, que discorre sobre o processo da construção do ethos discursivo, como imagem de si; ou seja, leva em conta o enunciado e sentidos produzidos nos discursos políticos do governador do RS, que é o objeto deste trabalho. O conteúdo dos discursos selecionados é analisado com base em elementos sócio-históricos

representados pelo poder de persuasão, construído pelo ethos, em determinado quadro da cena enunciativa.

O corpus de pesquisa está composto por três discursos políticos proferidos entre os anos de 2018 e 2021 pelo candidato e então governador do RS, Eduardo Leite, um período em que a temática sobre o piso salarial do magistério público estadual esteve em pauta e ainda sem uma definição concreta. A opção por esse corpus decorre do fato de que os discursos, no exercício do cargo, parecem divergir, em sua prática, da promessa feita na campanha à eleição.

Esta tese está organizada em cinco capítulos; “com o início de um sonho”, na parte introdutória, realizo um apanhado da minha trajetória pessoal e profissional, bem como apresento a estrutura do texto. Construir o começo da tese configurou-se como um processo de reconstrução de minha própria identidade, enquanto professora e pesquisadora, porque foi o espaço de leitura, de escrita e de pesquisa amparadas por muito estudo e dedicação em um contexto pandêmico.

No capítulo 2, Cultura e Discurso Político, apresentamos um panorama de como o povo brasileiro sustenta o enraizamento partidário como mentor de suas ações pessoais, profissionais e sociais. Tanto a cultura quanto o discurso político fundamentam certas máscaras que povoam a construção de uma imagem de si do político, perante seus seguidores de determinada doutrina ou ideologia. Os elementos culturais permeiam a vida do seu povo desde a concepção até a sua morte, e por esses mesmos elementos perpassa o sistema político convencionado para gerir e orquestrar a democracia suprema, no caso do Brasil. Diante disso, tem-se um cenário que engloba particularidades pertinentes cultural e politicamente.

O capítulo 3, Semântica Global, apresenta os sete planos constitutivos que organizam e orientam o discurso, na concepção da obra *Gênese dos discursos*, de Dominique Maingueneau (2008a), mais especificamente no que tange a construção do discurso, sem privilegiar um ou outro plano, mas em concebê-lo em sua totalidade. Nessa abordagem de análise, inferimos que todo e qualquer discurso está incorporado a uma semântica, no caso a global, funcionando como um filtro que, com base nos seus planos, possibilita depreendemos a aplicação das noções conceituais teóricas: cenografia e ethos. O discurso político ampara-se nesses postulados, pois sua construção está organizada no tempo e no espaço, mas também em um quadro enunciativo-discursivo que apresenta relação direta com aquele que enuncia e também com o público interlocutor.

Desde a implementação da Lei do Piso do Magistério (2008), vivenciamos uma relação de conflito entre os diferentes espaços discursivos envolvidos no embate pelo

pagamento salarial (representantes políticos, professores, imprensa, opinião pública) que estabeleça algo em comum. Na concepção de Maingueneau (2008a), na interação com o outro há a interincompreensão regrada que é orientada pela polêmica no espaço discursivo oriundo das diferentes posições assumidas - neste trabalho de tese apresenta-se a relação entre as esferas da política, da cultura política e da educação.

Nessa perspectiva, chegamos ao capítulo 4 que trata do percurso metodológico de análise dos discursos selecionados, que integram o *corpus* desta pesquisa. Aí são explanados os caminhos, o passo a passo que irá desencadear na análise disposta no capítulo seguinte onde são destacados os três discursos selecionados, do candidato e então governador do RS, seguindo o percurso metodológico apresentado.

No capítulo 5, apresentamos a contextualização histórica e cronológica da pesquisa por meio de informações que orientam o leitor sobre a importância do trabalho, não somente para estudos futuros como também para o resgate de momentos enunciativos que resultaram neste cenário atual. Desse modo, efetuamos as análises do *corpus* com base nos fundamentos teóricos que amparam este estudo ancorados na cultura e política, nos planos constitutivos da semântica global, nas cenografias e *ethos* discursivos projetados, tanto na construção do discurso político, quanto na sua formação enunciativo-discursiva.

Esta tese finaliza com as Considerações Finais - um ciclo que chega ao fim, como exigência acadêmica, mas que não encerram o tema pesquisado em definitivo, porque sempre é possível continuar a partir daquilo que já foi construído. As cenografias e as imagens de si construídas, os *ethos* discursivos, foram moldadas nos discursos analisados porque educação e política andam juntas na constituição do indivíduo e da sociedade. Abordar a temática educacional no universo politizado possibilitou a compreensão dos universos que, por meio de leis e decretos, perpassam o contexto de sala de aula e configuram a imagem do político e do professor.

2 CULTURA E DISCURSO POLÍTICO

O primeiro capítulo teórico deste trabalho abrange as concepções referentes à cultura e ao discurso político, uma vez que “assim como a cultura nos modelou como espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando – assim também ela nos modela como indivíduos separados”. (GEERTZ, 2015, p. 38). Mesmo vivendo em sociedade, temos interesses e concepções que são da esfera individual e nos constituem enquanto cidadãos que exercem as mais diferentes funções sociais dentro de determinado contexto situacional.

Desde os primórdios da história da humanidade, o homem passou por transformações e períodos de reconstrução até chegar ao que o constitui hoje como ser em constante evolução. “[...] a transição para um tipo de vida cultural demorou alguns milhões de anos até ser conseguida pelo gênero *Homo*”. (GEERTZ, 2015, p. 34, grifo do autor). Os processos de adaptação ao meio estão alocados em cada indivíduo que busca, nas suas particularidades, o pertencimento a determinado grupo, que não são estáticas, mas maleáveis e associadas a cada contexto e civilização, desde as formas mais primitivas até as técnicas mais avançadas.

Podemos afirmar que o homem é um ser pensante e racional que constrói, por meio das suas vivências e experiências, a sua própria teia de relações, em uma comparação analógica com o trabalho da aranha, que nunca termina e sempre está se adaptando. Diante disso, a cultura pode ser como este emaranhado de fios que constituem as “[...] teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. (GEERTZ, 2015, p. 4). Perceber a cultura em transformação é também nos moldar para novos momentos da história da humanidade.

Ao abordar a cultura, temos como fio condutor também o liame político, o qual orienta e organiza toda a conexão social. Os termos cultura e política sempre aparecem imbricados, não somente na sociedade brasileira, mas num contexto maior de mundo capitalista e democrático. A capacidade e competência, oriundos de uma Constituição que garantiu o poder de voto, legitimou a escolha dos representantes e, ao mesmo tempo, instituiu as siglas e doutrinas partidárias que fazem parte da cultura que está atrelada ao enfoque político (de escolha) do povo.

A cultura do povo brasileiro está associada a todas as formas de manifestações que fazem parte da nossa história pessoal e social, uma vez que “[...] cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. (HALL, 2006, p. 50). Nossa cultura é própria, única,

particular, mas, ao mesmo tempo, perpassa as fronteiras para construir nossa identidade enquanto nação por meio de estruturas sociais e discursivas.

O brasileiro tem, por natureza, uma afinidade com a cultura política, mesmo que saiba, de antemão, que historicamente não tivemos somente períodos de êxito. “A cultura política brasileira, cujas bases devem ser buscadas no (não tão) distante período colonial, tem, como traços fundamentais, o patrimonialismo, a lógica do favor e o autoritarismo”. (FIOREZE, 2009, p. 225). Assim, as bases culturais apontam para uma política que sempre teve algum interesse em sua representação, afirmando-se na cultura de falsa democracia, “o entendimento dessa cultura remete à compreensão das razões pelas quais nosso desenvolvimento sempre se deu ‘pelo alto’, ou seja, sem rupturas radicais que fossem capazes de subverter os pólos de dominação”. (FIOREZE, 2009, p. 225). Ainda temos impregnado as formas tradicionais que organizam os componentes culturais e, mais fortemente, a política, uma vez que as leis, os decretos e as normativas chegam até nós, muitas vezes, deslocados da realidade e do contexto.

A cultura assim como o processo político democrático são direitos de todos, isto é certo visto que estão garantidos na Constituição Federal de 1988, pois com representação livre “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei [...]”. (BRASIL, 1989, Art. 14, p. 14. Diante disso, cada pessoa (eleitor) tem o livre arbítrio, ou seja, o direito de escolher seus representantes e também o dever de realizar as cobranças com relação às promessas feitas durante as campanhas eleitorais, assim estará exercendo sua cidadania democrática.

A Constituição Federal, lei maior brasileira, reforça o aspecto essencial referente à educação quando enfatiza que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1989, Art. 205, p. 99). Assim sendo, inferimos que o processo educacional brasileiro, além de estar estruturado na esfera cultural, também serve de debate na arena do discurso político quando envolve ideologias e estereótipos distintos.

Nossa cultura política tem por base os fundamentos de que ao estar no meio social preciso, necessariamente, mostra meu poder perante os demais integrantes do grupo, representar meus traços culturais, o que nem sempre ocorre de maneira assertiva e justa.

Desde o período colonial brasileiro foi sendo gestada uma cultura política assentada em relações autoritárias e de cunho clientelista, em que a *lógica do privado* e do compadrio sempre conseguiu suplantar qualquer tentativa de construção de uma esfera pública, cultura essa que se mantém hegemônica até os dias de hoje. (FIOREZE, 2009, p. 226-227, grifo do autor).

Na história brasileira, que envolve tanto a cultura quanto a política, temos assentado que “o jeitinho brasileiro” para tudo busca solução. No entanto, essa forma arcaica de organização social nada agrega ao povo que precisa pensar nos interesses comuns e não somente em si próprio. Somos seres em evolução constante e permanente e, pensando nisso, é que também se faz necessário alterar condutas que divergem do eu e estabeleçam relação com o nós, com a coletividade, pois ninguém vive só, mas se constitui nas relações políticas sociais que o moldam desde a sua concepção.

O filósofo Aristóteles (2017, p. 19) afirma que “o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade”, um ser vivo que depende do outro para viver e sobreviver, mas que busca impor suas próprias concepções ideológicas. Muitas vezes as concepções divergem dentro de um mesmo grupo, no entanto são esses embates de ideias e ideologias que nos configuram como seres racionais que somos. Diante disso, abordamos, na sequência, aspectos relevantes que estruturam e organizam a cultura política em nosso país como uma prática histórica de organização na pirâmide social.

2.1 PRECEITOS ENRAIZADOS NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

A cultura política brasileira sempre esteve imbricada com a questão daquele que fala da política, isto é, de quem profere o discurso político e busca seu espaço de poder social ao conquistar a adesão de outros que compactuam dos mesmos preceitos. “A Política é uma ciência prática, pois busca um conhecimento específico capaz de sustentar a ação política a fim de se atingir a felicidade da *pólis*”. (EMEDIATO, 2016, p. 20, grifo do autor). Desde os primórdios e até a contemporaneidade, com a prática do “voto de cabresto”⁴, por exemplo, estava instaurada uma cultura que vê no político a possibilidade de mudança, de melhoria e ascensão, mesmo sabendo que a prática difere das promessas. Diante disso, Charaudeau (2016, p. 37), infere que “é por meio da opinião pública que se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político”, pois é na coletividade que nascem as ideias repassadas, por seus representantes, na esfera individual da representação discursiva.

⁴ Durante a Primeira República Brasileira ou República Velha (1889-1930), o voto de cabresto representou uma prática de acesso aos cargos eletivos por meio da compra de votos com a utilização da máquina pública ou o abuso de poder econômico, característica do coronelismo brasileiro através da violência física e psicológica, ameaça, intimidação, uso da força, imposição de regras e arbitrariedade.

O povo brasileiro acredita que a política aqui existente é subordinada a interesses que abarcam as esferas mais privilegiadas da sociedade, uma elite beneficiada pelo poder aquisitivo e prestígio social. No entanto, conforme Aristóteles (2017, p. 19), “foi a própria natureza que formou as primeiras sociedades”, tudo se organizou de tal maneira que o homem não necessitou de interferência. Com o passar do tempo é que se passou a exercer funções dentro desta sociedade construída. Essa cultura está enraizada no fato de que sempre existem aqueles, no topo da pirâmide social, que são regados a privilégios, enquanto na base encontra-se o povo que sobrevive com um piso salarial. Desmistificar essa cultura é algo desafiador, porém o brasileiro ainda vê no político sua esperança, tanto que a cada novo pleito eleitoral comparece às urnas na tentativa de traçar um rumo diferente à nação.

Podemos associar a cultura com o discurso político, uma vez que as palavras proferidas, mesmo que as condições estejam adversas, servem de suporte para fazer as escolhas ao chegar à urna eleitoral. O candidato, futuro representante do povo, escolhido por voto secreto e democrático, é aquele que retém o crédito do seu eleitor. Sendo assim, o pleito eleitoral configura-se como uma história que reflete a bagagem cultural do público eleitor. Consoante Charaudeau (2017, p. 190), “o discurso político pretende ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade”, uma postura cultural que a partir da individualidade reflete no coletivo - o voto é único, particular, mas seu resultado é social.

Ao depositar a confiança no candidato de maior identificação não se opta de maneira individual, uma vez que essa escolha tem reflexos na conjuntura social. Nesse sentido, temos que “ao possibilitar a participação democrática na gestão estatal, a Constituição apresenta possibilidades de construção de uma nova cultura política pautada no reconhecimento de todos como cidadãos portadores de direitos”. (FIOREZE, 2009, p. 226). O voto é um desses direitos assegurados pela lei à pessoa, ao eleitor, existindo a presença do livre arbítrio para, com base em sua bagagem cultural e conhecimentos a partir dos discursos políticos instaurados, realizar suas escolhas no processo de democracia. Sabemos que, mesmo diante de tantas transformações, ainda precisamos avançar na legitimação dos processos políticos democráticos.

Embora nos últimos anos, no Brasil, tenha se institucionalizado uma linha de pensamento que argumenta que vivemos um ciclo virtuoso da democracia, com regras e procedimentos que regulam a vida política, eleições regulares, pluripartidarismo e eleições transparentes, seria um equívoco sugerir que uma teoria democrática, assentada em aspectos procedimentais, seja suficiente para explicar a complexidade do processo político. (BAQUERO, 2008, p. 381).

A herança cultural política está atrelada aos períodos históricos que impregnaram o discurso como marca de uma determinada hegemonia. Assim, de acordo com Fioreze (2009, p. 229), “no Brasil desenvolveu-se tradicionalmente uma cultura política que, escamoteada pela existência de instituições e mecanismos democráticos, assenta-se sutilmente na persistência”. Persistência essa que esconde um autoritarismo, dentro do próprio discurso político, que almeja convencer, persuadir para chegar ao poder, uma vez que estando à frente das decisões orchestra-se as condutas conforme interesses próprios de uma ou outra parcela populacional, sempre pensando nos benefícios. Assim, utiliza-se o discurso político adequado ao momento enunciativo, porque ao enunciar constroem-se, além de pontes comunicativas, esferas individuais que refletem na coletividade.

Todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação. Como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência? Como atribuiriam valor a seus atos de linguagem, como construiriam sentido, se não existisse um lugar ao qual referir as falas que emitem, um lugar cujos dados permitissem avaliar o teor de cada fala? A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2013, p. 67).

Diante do exposto, a cultura política que se sobressai no país é aquela onde impera e reina a lei do mais forte em todos os sentidos do vocábulo, mas principalmente pelo poder de atingir o outro pelas escolhas das palavras, as quais ganham vida e passam a significar em determinado contexto comunicativo marcado pelo tempo e espaço.

As palavras nada significam em si. Isoladas, só apontam para o que dizem, não para o que significam. Pois há as palavras e o que está implícito nas palavras, e o que está implícito nas palavras depende de outras palavras, das condições em que foram enunciadas, de sua enunciação. É na situação de enunciação que as palavras revelam os pensamentos, as opiniões e as estratégias daquele que as emite. (CHARAUDEAU, 2016, p. 21).

A linguagem moldada e adequada ao contexto político enunciativo-argumentativo tem por base as doutrinas e os conceitos que buscam persuadir, convencer o outro tanto na organização quanto na validação do discurso. A situação de enunciação bem como a cultura

que circunda o discurso é que o torna político pelas características e particularidades assumidas objetivando o comunicar, assim toda relação de cunho político estabelecida passa por um crivo social que implica uma cultura da opinião pública.

Essas indagações estão no cerne da participação cidadã da qual ninguém pode escapar, mesmo quando pretende ser apolítico. E é talvez, ao aprofundar essas questões, ao se interrogar, por um lado, sobre o que define um cidadão e, por outro, sobre quais são os modos de funcionamento do poder, que se descobrirá o que está verdadeiramente em jogo na vida política. Tudo acontece, pois, na relação que se constrói entre os políticos e a opinião dos cidadãos por meio do discurso, visto que é pela palavra que se persuade, que se seduz e que, no fim das contas, se regula a vida política. Num regime democrático, a vida política reside numa conquista da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2016, p. 10).

A cultura política representa a expectativa de mudanças e de dias melhores, e por esse sentimento de esperança é que circula o discurso político, pois o povo espera e anseia por novos horizontes, depositando sua confiança cada vez que vai às urnas eleger seus representantes; e isso não ocorre sem antes ter convivido com os diferentes discursos políticos. A concepção populista, alternativa oriunda da década de 30, aparentava ser estruturada como uma combinação de iguais que, na concepção de Charaudeau (2007, p. 248), representa “um movimento de massa que nasce em uma situação de crise social” e garantia a hegemonia de determinados grupos e setores sociais.

O pacto populista criou um falso ambiente, no qual as diferentes classes sociais em jogo aparentavam compor uma aliança de iguais, ocultando assim, os antagonismos de classe. Isso contribuiu para que, na cultura política que se formou, a luta de classes fosse sempre escamoteada sob a alegação do “princípio da paz social”. (FIOREZE, 2009, p. 230, grifo do autor).

Dessa maneira, reforçamos que cultura e discurso político são artefatos indissolúveis na construção da cidadania e do poder de opinião, que resulta nas escolhas representadas por uma identidade que além de social também é discursiva, isto é, circula entre o povo na sociedade. Mesmo que o princípio da paz social esteja longe de acontecer, é necessário que o povo faça valer sua voz e vez através das escolhas realizadas ao depositar sua confiança e voto nas urnas, pois “o populismo é, antes, uma questão de discurso”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 107). O discurso político, por mais belo e instigante que seja, precisa do amparo de uma cultura própria que desencadeia na política local para defender as pessoas e assegurar seus direitos constitucionais, pois abordar a política relacionada à educação é uma temática que, além de suscitar opiniões distintas, possibilita uma pauta de campanha dos políticos que põem o nome à disposição nos pleitos eleitorais.

Na próxima seção, apresentamos alguns conceitos e concepções que remetem ao campo político, especificamente naquilo que tange o discurso político, uma prática tão antiga na sociedade quanto o seu poder de persuasão e que está interligado a todas as esferas sociais e culturais.

2.2 DISCURSO POLÍTICO: UM ENUNCIADO PERSUASIVO

A concepção de discurso ganha diferentes atribuições conforme o contexto ou teoria ao qual está vinculada. Em nosso estudo, o termo aborda os diferentes textos produzidos em determinada esfera comunicativa, no caso a política. Para tanto, abordamos os aportes teóricos de Patrick Charaudeau que compõem a obra *Discurso Político* (2017, prólogo),

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

O discurso político, portanto, representa o uso de muitas máscaras que estão em jogo no momento da enunciação. É preciso persuadir pelas palavras, é necessário construir a melhor e mais bem elaborada imagem de si perante seu público, uma vez que “o sujeito político que combate um adversário deve rejeitar os valores opostos aos preconizados por este, mostrando por uma boa argumentação a fraqueza e o perigo dessas ideias”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 93). Os conceitos apresentados por esse teórico servem de base para fundamentar a cultura, apolítica e a figura de seus representantes na conquista e exercício da democracia para o bem do povo.

Ao abordar o termo discurso, buscamos enquadrar um determinado texto em algum gênero discursivo, ou seja, trabalhar com a materialidade linguística dos enunciados, pois “entenderemos por ‘discurso’ uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 15). A partir dessa concepção, enquadra-se como objeto de estudo o discurso político que está permeado de simbologias históricas e sociais e não é, de forma alguma, estático, mas sim maleável e em constante movimento de ressignificação.

“A instância política é portadora de um projeto de sociedade ideal e deve compartilhá-la com a instância cidadã, o vasto público que é movido por opiniões, interesses e sentimentos

diversos e opostos”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 70). Assim, o discurso político é manifestado em textos que envolvem a argumentação e apresentam um forte recurso persuasivo que, desde os primórdios da Antiguidade, acompanha o ser humano. Acreditar e defender uma linha ideológica de pensamento foi a postura de grandes líderes da história, como Mandela, Ghandi, Jesus Cristo, e tantos outros que eram perseguidos pelo poder que suas palavras assumiram em prol do bem comum.

Na concepção de Charaudeau (2017, p. 94), “o político coloca sua própria pessoa para alimentar o desejo de identificação do cidadão, que assim participa por procuração da realização de um projeto político”, o povo adere às ideias repassadas e assim, mesmo sem perceber, passa a compactuar com determinadas doutrinas e ideologias que surgem no privado, mas ganham força na coletividade.

O discurso político compartilha uma fala coletiva, na qual um representante faz referência ao grupo maior, está presente e orientando as relações sociais, porém assume seu momento de magnitude quando próximo ao período eleitoral. “O fato é que o discurso político é um discurso de persuasão, mas muitas vezes, do outro lado, há pessoas que esperam ser persuadidas, que se colocam como alvo da persuasão e até se submetem a ela, por interesse, medo ou ignorância”. (EMEDIATO, 2016, p. 21). Dessa forma, exerce sua função social de prometer um futuro melhor aos cidadãos, repassa uma proposta que instiga a aceitar as informações ditas para serem efetivadas no futuro.

As novas demandas políticas e estruturais necessitam que o sujeito que adere à política esteja apto a construir uma imagem de si, buscando convencer as pessoas para garantir seu espaço aos olhos da sociedade, porque “o discurso político tende mais a incitar a opinião do que a argumentar”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). Os problemas que envolvem e circundam o discurso político são os da ordem das estratégias de argumentação na sua construção, ou seja, os planos dos quais o discurso é constituído e repassado. Diante disso, nenhum discurso proferido é neutro, porque ao enunciar acontece a tomada de posição para defender ou refutar determinada ideia ou doutrina, e assim construir o cenário que o configura na instância política.

Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza. (CHARAUDEAU, 2017, p. 39-40).

Não existe nenhum ato humano que não esteja atrelado à linguagem, em todos os momentos do cotidiano é necessário estabelecer interação com a troca de palavras para entender o meio sociocultural em que se vive, porque “falar é, ao mesmo tempo, falar ao outro, falar de si e falar do mundo”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 71). Desse modo, qualquer atitude está marcada pelo processo de uso da língua, porque a linguagem representa o nosso mecanismo de comunicação com o outro e com o mundo e toda atividade de troca comunicativa insere-se em determinado contexto enunciativo-discursivo.

Desse modo, “o discurso político – mas ele não é o único - realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 91). Assim, sempre se espera que o discurso do político, pretendente ao cargo, seja de afinidade com o que a população busca ao participar do processo eleitoral, isto é, o bem dos cidadãos.

Nesse sentido, o homem busca no outro a sua própria representação por meio do discurso “[...] formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava”. (HALL, 2006, p. 11). No discurso político, o representante de determinada parcela da população reafirma os valores e crenças baseados na sua cultura, por isto a importância da conexão entre o discurso e a vida prática que orienta as relações sociais do cotidiano.

A escolha adequada do discurso é que aponta para os melhores resultados persuasivos uma vez que não basta dizer, mas é preciso construir a imagem que sustenta aquilo que é afirmado, visto que ao discursar politicamente se está repassando aquilo que se é ou parece ser. Ao enunciar, o político apresenta em seu discurso marcas que procuram legitimar, cancelar aquilo que se está afirmando. Assim, uma das principais maneiras de convencer pelas palavras é afirmar fatos verdadeiros, pois o gosto amargo da mentira reafirma uma imagem de si do político em que a má reputação não é algo bem visto.

Não vivemos e comunicamos ordinariamente esperando das pessoas que nos digam mentiras, pois isso nos impediria de viver em sociedade e de realizar inúmeros objetivos. [...] Falar a verdade faz parte de nossa vida racional e isso não tem relação apenas com a moral. Falar a mentira, portanto, é que seria um comportamento irracional e, ao mesmo tempo, um desvio de conduta. (EMEDIATO, 2016, p. 14-15).

O discurso político configura-se como um enunciado que busca a aceitação do outro pelas palavras empregadas no dizer, envolve paixão, tanto de quem o profere quanto de quem o escuta e assimila. Assim, a paixão que caracteriza o cenário político envolve mais do que uma emoção, mas um fascínio que leva à separação da razão, pois antes de tudo existe o coração e depois o pensamento, mesmo com as diferentes interpretações e opiniões porque “a palavra política aparece e circula num espaço público e está submetida às suas restrições”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 70). Viver e conviver com a cultura e o discurso político, dessa forma, são mecanismos necessários desde os tempos mais remotos na história da civilização, visto que ao estabelecer qualquer relação social se está construindo uma caminhada política.

As concepções que envolvem o discurso retomam os conceitos retóricos da Grécia antiga, principalmente as bases teóricas de Aristóteles, o qual percebia os recursos retóricos como elementos persuasivos. Em sua teoria, defende que a união de três elementos resulta no ato de persuadir, que são: o caráter do orador (*ethos*), as paixões reproduzidas no público (*pathos*) e o discurso em si (*logos*).

No domínio político, as bases são ideológicas, o que torna as verdades discursivas e retóricas. Elas dizem respeito, por um lado, às condições de assujeitamento ideológico dos indivíduos (discurso), e, de outro lado, às condições de eficácia e de pertinência da relação entre a “palavra” política e a “ação” (retórica). Por isso, mais do que em outros domínios, a “verdade” política é construída na interseção entre as razões, ou racionalidade, da argumentação política (*logos*), a credibilidade do homem político (*ethos*) e a relação e o efeito dessas duas dimensões nos eleitores e cidadãos, recrutando-os ideologicamente e provocando as suas paixões e expectativas (*pathos*). (EMEDIATO, 2016, p. 17-18, grifo do autor).

As figuras retóricas do *pathos*, *logos* e *ethos* que englobam o cenário político são importantes constituintes dos discursos e estão atreladas ao fazer-criar que constitui e organiza o posicionamento do político ao se projetar ao outro, construindo a imagem de si que busca ser aceita. De acordo com Maingueneau (2008a, p.76), “o tecido textual, na diversidade de seus processos enunciativos, não passa de um aparato retórico acessório, em que a atualização da coesão discursiva coincide com ‘a ordem das razões’”. São as posturas culturais e os elementos retóricos organizando e direcionando o discurso para uma melhor compreensão e aproximação do seu público destinatário.

Assim sendo, as três figuras retóricas do *logos*, do *pathos* e do *ethos* atuam para estabelecer a conexão entre a razão e a emoção na esfera enunciativo-argumentativa, uma vez que, de acordo com Charaudeau (2010), as emoções estão inscritas no quadro da razão. O discurso, assim, representa um elo de aproximação entre a enunciação e seu público alvo por

meio das emoções. É necessário que o sujeito perceba e acompanhe a informação, mas também que possa avaliar esse saber para exprimir sua emoção perante o discurso.

Charaudeau (2007, p. 242) ressalta que “em particular na obra de Aristóteles: persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador”. É essa tríade que fundamenta e organiza o discurso político em seu poder de persuasão junto às pessoas, seus eleitores, apelando ao cérebro e ao coração, na situação comunicativa com o outro, conforme explanado na Figura 1.



Fonte: Maingueneau (2007, p. 246)

A situação de comunicação é moldada nessa estrutura comunicativa e, mais do que simplesmente repassar um enunciado, busca, de fato, construir significados que estabeleçam uma relação concreta moldada na argumentação. Os elementos interagem para que o discurso político seja um elo entre quem profere e quem ouve, visto que “o fenômeno político é complexo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 251) e seu entendimento acontece no seio das relações sociais entre a diversidade cultural.

Também é importante reforçar que o discurso político configura-se como midiático e midiaticizado, faz parte das novas tecnologias e suportes, está ambientado em diferentes contextos que envolvem tempo, espaço e pessoas nas suas mais diferentes singularidades. Conforme Charaudeau (2013, p. 20), “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma

necessidade”; não representam o processo, mas organizam a estrutura e circulação no ambiente da virtualidade.

Ao mesmo tempo em que o discurso político passa pelo crivo do outro, também representa as emoções de quem o profere e de quem o recebe, pois todo discurso está impregnado de uma ou outra emoção marcada e destacada no cenário enunciativo-discursivo. Diante disso, afirmamos que, segundo Charaudeau (2007, p. 246), “a fala do discurso político é uma fala que, de um lado, circula no espaço público e, de outro, se inscreve em uma cena política”. Ao falar se direciona à opinião de ordem pública, mas, principalmente, de ordem política, pois o enunciado social agrega muito do discurso político, são as manifestações culturais postas em cena, projetando a imagem de si do enunciador.

A relação estabelecida entre a cultura de um povo e as suas representações políticas estão interligadas e ajustadas por meio de um elo muito específico que é o discurso, no caso deste trabalho, o político, especificamente, uma vez que esse discurso orchestra as relações culturais e sociais e instaura a democracia. Isso é tratado na próxima seção.

2.3 ENTRE CULTURA E POLÍTICA: O ELO DO DISCURSO

A cultura de um povo ampara-se nos conceitos trazidos desde os tempos mais remotos, vai se moldando e aperfeiçoando com o passar dos tempos e os avanços da modernidade, porém não perde a sua essência de representatividade do grupo e do contexto ao qual se está inserido. Conforme Charaudeau (2006, p. 253), “discurso e ação são dois componentes da troca social que, ao mesmo tempo, têm uma autonomia própria e se encontram em uma relação de interdependência recíproca, mas não simétrica”. Todo discurso está permeado de elementos culturais que representam a forma de política predominante em determinado tempo e espaço enunciativo-argumentativo.

Assim como esta cultura, o discurso político também apresenta aspectos representativos de seu grupo de pertencimento. “Todo discurso político (DISPOL) tem que falar de nós, uma vez que a justificação da sua existência é de produzir sentido para que seja reconhecido como emanção e fabricante de uma comunidade de cidadãos, ou seja, de um sujeito coletivo politicamente organizado”. (DAHLET, 2016, p. 220). A sociedade vive e convive por meio da língua, efetivada na linguagem e, assim sendo, precisa dela para se manter atuante e integrante do contexto ao qual faz parte.

Se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação. A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, apriori benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor. (CHARAUDEAU, 2013, p. 33).

O discurso mais do que uma fala é um processo que emana uma vontade de fazer algo, a fala busca uma aceitação para se transformar em ação concreta. Na concepção de Dahlet (2016, p. 214), “a encenação de um sujeito coletivo constitui a condição de funcionamento do discurso político”, assim aquele que discursa está, em realidade, representando a sua coletividade, o seu grupo e não somente a sua concepção pessoal, individual. O discurso representa o elo entre uma cultura enraizada e propícia ao momento enunciativo-argumentativo, ilustrado, com texto, da esfera jornalística, conforme Quadro 1.

O texto escolhido para ilustrar que a cultura e a política estão imbricadas no fio discursivo é uma constatação real da situação em que se encontra o magistério estadual gaúcho, na visão de um dos mais renomados pesquisadores no campo da Comunicação e do Jornalismo: Juremir Machado da Silva, visto que seu trabalho com as palavras é tão expressivo e relata o sentimento de toda uma classe: os professores.

Na data de 03 de janeiro de 2022, o jornalista em questão foi demitido do jornal Correio do Povo onde assinava uma coluna desde 2002. Conforme o próprio Juremir, o desligamento seria um ato editorial ideológico da direção do Jornal.

Quadro 1- Texto ilustrativo sobre o magistério gaúcho

<p>Magistério estadual congelado Sem aumento salarial há sete anos</p> <p>Juremir Machado da Silva </p> <p>Velhas imagens para eternos problemas. O que é o magistério estadual na expectativa da sociedade? Tudo. O que ele parece ser do ponto de vista oficial com sete anos de salário congelado e inflação acumulada no período de 45%? Nada. O que ele pode vir a ser? Alguma coisa. Se tiver um aumento que lhe permita parar de sangrar e de perder seu poder de compra. O que é o professor na perspectiva dos pais e do futuro dos alunos? Tudo. O que tem sido o docente com o seu meio de subsistência mantido no freezer governamental durante 70% de uma década? Nada. O que ainda pode vir a ser se alguma esperança lhe for dada? Tudo. O que se espera do professor? Tudo. Que seja culto, inteligente, competente, resiliente (não pode faltar palavra da moda), afável, gentil, otimista, perseverante, meio pai de substituição, meio psicólogo, enfermeiro, consultor, amigo, formador.</p>
--

O que se tem oferecido de estímulo a esse herói do cotidiano, esse lutador das manhãs frias e cinzentas, dos dias quentes e sufocantes, dos ônibus lotados, do poder aquisitivo limitado, das contas pendentes e das tarefas intermináveis? Nada. O que se deveria conceder imediatamente para arrancá-lo da situação desesperadora em que se encontra? Alguma coisa. O que foi o frio de alguns dias atrás perto do congelamento dos proventos dos professores da rede estadual desde 2014? Nada. Quase um veranico. O que pode significar para um mestre manter a sua capacidade de comprar o indispensável para se manter? Tudo. Absolutamente tudo. O que sinaliza a autoridade quando deixa o tempo passar sem repor as perdas daqueles a quem pede tudo? Sinaliza que essas podem esperar, de preferência em silêncio.

O Terceiro Estado, segundo Sieyes, era tudo, embora tratado como nada, podendo vir a ser alguma coisa. Que estado é o magistério na ordem das prioridades da sociedade que nele deposita tantas fichas e dele tanto cobra? Quarto, quinto, centésimo? Como se sente o jovem quando se torna, cheio de ideais, professor? Tudo. Como se sente depois, hoje, a cada dia vendo o seu dinheiro se desintegrar, trazendo para casa sempre menos itens dos supermercados da vida, pedindo ajuda a familiares e amigos para enfrentar cada final de mês? Nada. O que ele quer? Ser alguma coisa. O que diz o senso comum sobre a situação dos professores? Eles são muitos. Não podem voar. É tudo. Repor a inflação seria demais? Nada disso. Seria alguma coisa, um direito, um respeito, um pouco de dignidade e acerto.

Todos os dias eles fazem tudo certo, acordam cedo, estudam, ensinam, aprendem, trabalham, ajudam, consolam, lutam, sonham, sofrem e não recebem o que merecem. Na olimpíada da vida, competem apaixonadamente, mas não são recebidos no pódio nem cobertos de medalhas. Certamente que, em meio à luta renhida, pensam: o que somos mesmo? Tudo. O que temos sido agora? Nada. O que podemos ser em breve? Alguma coisa. Ao menos, alguma coisa que permita se manter firme para fazer TUDO de novo. E alguém pergunta: o que foi? Nada. O que é isso no olho? Alguma coisa. Um cisco. Isso, um cisco.

Fonte: Jornal Correio do Povo - 09/08/2021

O texto usado como ilustração, conforme consta no Quadro 1, mostra que o discurso, em suas mais variadas formas e expressões, resulta de uma relação intertextual com textos anteriores, ao mesmo tempo em que projeta discursos futuros. O veículo de informação no qual a publicação foi divulgada, jornal Correio do Povo, é uma representação do povo gaúcho pela justiça e direitos, tanto almejados nas lutas diárias em sala de aula quanto em outro problema social expressivo que é o não pagamento do piso nacional do magistério, objeto de estudo nesta tese.

Quando uma cultura é representada por meio de um falar coletivo, um discurso preparado para orientar e convencer, denominado político, instaura-se uma construção de concepção distinta, mas que se orienta numa perspectiva comum: a democracia. Amossy e Koren (2016, p. 131) destacam que “em Aristóteles, o discurso deliberativo, destinado a regular a vida da pólis, está no centro no dispositivo retórico. Fundado na exortação e na dissuasão, ele visa ao futuro em termos de vantagens e inconvenientes”. Diante disso, o

discurso político serve para direcionar opiniões e convencer quem é seu destinatário em determinado núcleo social e em uma determinada esfera de comunicação.

A cultura está, assim, representada e é reproduzida nos mais distintos discursos quando a aceitação do outro é o objetivo principal. Desse modo, temos a concepção de que ao discursar o político envolve todos, uma vez que “a meta democrática seria uma democracia ideal” (BAQUERO, 2008, p. 384), um espaço onde todos tivessem o poder de escolher, cobrar e fazer. Ao enunciar acontece a aproximação entre os objetos que fazem parte da construção enquanto ser social e uma ligação de pertencimento com a mesma causa é estabelecida, visto que o discurso político assim age para construir imagens de sujeitos de seus interesses.

A construção desse sujeito pode ser entendida como o resultado de um processo enunciativo no qual as relações do locutor com seu(s) interlocutor(es) estão integradas a uma comunidade de interesses e projetos, revelando que para cada um(a) são a vontade e a necessidade de todos que valem. (DAHLET, 2016, p. 214).

O processo que envolve a comunicação discursiva depende das intenções do grupo, representam anseios e bagagens daquela determinada comunidade cultural. De acordo com Charaudeau (2006, p. 255), “todo ato de linguagem está ligado à ação através das relações de forças estabelecidas entre os sujeitos, e que é dessa forma que se constrói o laço social”. Sendo assim, inferimos que a língua é o recurso da comunicação, o elemento que nos organiza na sociedade por meio do ato de comunicar, informar, enunciar, quando repassamos nossa cultura e nossos ensinamentos ao outro. Ela é inata, vai sendo moldada com o passar dos anos e das experiências, é colocada em prática no discurso quando ganha vida e significado.

O discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabrique discurso e que esse, num efeito de retorno, a modifique. A língua é voltada para sua própria organização, em diversos sistemas que registram os tipos de relação que se instauram entre as formas (morfologia), suas combinações (sintaxe) e o sentido, mais ou menos estável e prototípico de que essas formas são portadoras segundo suas redes de relações (semântica). Descrever a língua é, de um modo ou de outro, descrever regras de conformidade, a serem repertoriadas em gramáticas e dicionários. (CHARAUDEAU, 2013, p. 40).

No discurso político, constatamos que a língua, assim como o homem, sofre alterações de acordo com suas concepções culturais e regras normativas para significar, e sua identidade “é definida historicamente, e não biologicamente.” (HALL, 2006, p. 13). O contexto baseado na história e na sua cultura é que geram o mecanismo de significados que são representados

no discurso, não nasceram com ele, mas moldaram-se no caminho por meio das vivências estabelecidas com outros seres sociais.

Já o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois polos. (CHARAUDEAU, 2013, p. 40).

A aproximação entre os termos língua, discurso e cultura é que organiza a identidade de uma nação, suas representações, anseios, perspectivas, representa, pois, a intenção de ambos os polos comunicativos no ato do discurso. Dessa forma, na sequência, apresentamos uma síntese no Quadro 2 relacionando as principais noções teóricas abordadas neste capítulo, algumas delas integrantes do dispositivo metodológico de análise.

Quadro 2 – Síntese teórica e autoral

Cultura e discurso político		
Temáticas	Conceitos	Principais teóricos
Cultura	Formas e maneiras distintas de expressarmos nossa representação em determinado espaço social.	Aristóteles (2017) Brasil (1989) Clifford Geertz (2015) Cristina Fioreze (2009) Stuart Hall (2006)
Cultura Política	Conhecimento enraizado que parte das concepções passadas e atualiza-se com o passar da História.	Aristóteles (2017) Cristina Fioreze (2009) Marcello Baquero (2008) Patrick Charaudeau (2013, 2016, 2017) Wander Emediato (2016)
Discurso Político	Gênero que tem como fundamento principal persuadir o outro, suas ideologias e doutrinas pelo poder das palavras.	Dominique Maingueneau (2008a) Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017) Stuart Hall (2006) Wander Emediato (2016)

Elo do discurso	Relação entre a teoria e a prática: manifestação da cultura e da política por meio de enunciados discursivo-argumentativos.	Marcello Baquero (2008) Patrick Charaudeau (2006, 2013) Patrick Dahlet (2016) Ruth Amossy & Roselyne Koren (2016) Stuart Hall (2006) Wander Emediato (2016)
-----------------	---	--

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Diante do exposto, reafirmamos que a cultura e o discurso político são construídos e amparados por uma formação discursiva, conceito abordado e discutido teoricamente no capítulo seguinte deste estudo juntamente com princípios da semântica global, bem como seus desdobramentos cenas da enunciação e ethos discursivo.

3 PRIMADO DO INTERDISCURSO, COMPETÊNCIA E PRÁTICA DISCURSIVA

Trabalhar com a análise do discurso é um processo que se consolida mediante as múltiplas dimensões existentes em sua construção e manifestação; é, portanto, abordar algo que está em constante movimento para se expressar na ordem da língua. Portanto, neste segundo capítulo teórico a temática de estudo versará sobre os elementos que constituem o texto enquanto gênero discursivo a partir das escolhas e restrições semânticas que sua construção possibilita até chegar ao seu público-alvo.

Inicialmente, é importante inserir a noção de discurso, pela vertente teórica, de linha francesa, com base em Maingueneau (2015). O discurso, nesta concepção de análise, e pela vertente das acepções que envolvem as ciências da linguagem é uma organização além da frase e está submetido a regras que o organizam e o constituem como tal de maneira abrangente e ampla. Também representa uma maneira de agir, realizar algo dentro do contexto enunciativo-argumentativo. (MAINGUENEAU, 2015).

A necessidade do eu e do outro no processo discursivo demonstra que “a atividade verbal é, na verdade uma *interatividade* que envolve dois ou mais parceiros”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 26, grifo do autor). A atividade discursiva, assim, realiza-se mediante a troca comunicativa de um discurso contextualizado, inserido em determinado tempo e lugar e assumido por um sujeito, alguém que legitima o dizer, apropriando-se dele. (MAINGUENEAU, 2015).

Na concepção de Maingueneau (2015, p. 27), “a atividade verbal, tanto quanto qualquer comportamento social, é regida por normas”, sendo que “os gêneros de discurso são conjuntos de normas que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal”. Isto é, as regras estabelecidas é que organizam a construção do discurso, bem como moldam a sua forma de manifestação ao outro.

Ao falar ou escrever buscamos sempre um sentido social, manifestamos o discurso particular com o objetivo de significar ao outro, pois “a noção de discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 29). Mesmo que não se compartilhe das mesmas crenças ideológicas, o discurso exerce a função de aproximação entre os diferentes, em uma determinada esfera socialmente organizada e compartilhada no âmbito de um mesmo contexto enunciativo. “Se o enunciador é discursivamente competente para falar a partir de determinada formação discursiva, então o próprio sistema semântico pelo qual o sujeito fala

lhe dará condições de lidar com quaisquer materiais semânticos, por mais inéditos que sejam”. (GONÇALVES, 2020, p. 57).

Assim, todo discurso também está impregnado de outros dizeres: “o discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 28, grifo do autor). A interpretação de todo e qualquer enunciado está ligado consciente ou inconscientemente a outros enunciados sobre os quais se apoia. (MAINGUENEAU, 2015). Nenhum discurso é totalmente novo ou original, mas resultado de discursos outros proferidos anteriormente e que organizam o contexto enunciativo.

Ao abordar o primado do interdiscurso, estamos nos inscrevendo numa perspectiva que estabelece uma relação entre o eu e o outro, ou seja, uma heterogeneidade constitutiva (MAINGUENEAU, 2008a). Além disso, “é preciso afirmar em alto e bom tom que não há análise de texto nem análise de discurso possível, se não se tem um conhecimento profundo dos sistemas (fonético, morfológico, sintático e semântico) da língua”. (CHARAUDEAU, 2020, p. 250). Além do discurso relacionar-se com outros enunciados que o constituem, também segue normas prescritivas estabelecidas na gramática normativa que passam a significar e adquirir sentido quando do uso concreto nas diferentes instâncias da comunicação.

O discurso existe e acontece porque se relaciona, ao mesmo tempo, com os discursos anteriores a ele, pela interdiscursividade e, também, porque segue as regras impostas por um conceito tradicional entre o certo e o equivocado na ordem da língua. “Tudo isso é possível pela existência das palavras da língua e das suas possibilidades de ordenação morfológica, sintática e semântica”. (CHARAUDEAU, 2020, p. 250-251). Essas acepções enquadram-se nos conceitos definidos como o “turbilhão do discurso” de Charaudeau (2020), por suas várias possibilidades de construção e significação em um mesmo contexto enunciativo-argumentativo.

Abordar o discurso é compreender que “as unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 16). Dessa forma, a comunicação discursiva abrange mais do que a língua, mas também a história que o constitui enquanto formação discursiva e cultural pertinente a cada indivíduo e que se manifesta na ordem das relações de coletividade.

De acordo com Maingueneau (2008a, p. 48, grifo do autor), “o sistema de restrições *semânticas* que teremos de definir não visa de forma alguma produzir frases gramaticais, mas definir operadores de individuação”, visto que as escolhas realizadas é que organizam e

significam o discurso conforme as possibilidades de escolhas que estão na ordem da língua e acrescenta “um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto de textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 48). A concepção de pertencimento a uma ou outra formação discursiva passa pela seleção do(s) gênero(s) discursivo(s), pela escolha dos elementos lexicais e pelo objetivo comunicativo.

O discurso ou os discursos, dessa maneira, “são governados por um sistema de restrições único, que deve ser concebido como uma *competência discursiva*”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 48, grifo do autor). A partir dessa competência de ordem comunicativa, instaura-se o discurso como forma de representação de uma comunidade específica dentro de um contexto próprio, isto é, o discurso é individual, na sua manifestação, mas coletivo na sua abrangência.

A partir do exposto, concebemos o discurso como um processo comunicativo envolto em uma significação ampla, global, que necessita de vários planos constitutivos para de fato fazer sentido e ser compreendido. Na sequência, apresentamos a semântica global como abordagem teórica que auxilia na análise dos recursos discursivos que remetem à compreensão de sentidos em eventos sociocomunicativos que caracterizam o campo e espaço do político na sociedade.

3.1 SEMÂNTICA GLOBAL: CONSTRUÇÃO E (RE)SIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO

O termo discurso pode ser compreendido como o recurso enunciativo e argumentativo que orienta as relações de ordem comunicativa em uma determinada comunidade organizada social e linguisticamente. Maingueneau (2008a, p. 19) reforça a concepção de discurso ao afirmar que

O discurso não é nem um sistema de “ideias”, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passível de levantamentos topográficos, mas um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação.

Trabalhar com o discurso, diante disso, é reforçar a ideia de que o enunciado está em movimento e ressignificação constante, não é estático, mas algo maleável que se adapta às mais diversas situações de emprego comunicativo. Também precisa ser compreendido como

um artefato complexo que envolve subjetividade e opções de escolha que se organizam e passam a assumir significância no momento da troca comunicativa.

Maingueneau (2008a), em sua obra *Gênese dos discursos*, registra o início da teoria, a qual explica, conceitua e exemplifica os sete planos constitutivos que um mesmo discurso utiliza para chegar até seu público. Na teoria, denominada Semântica Global, esse teórico apresenta pistas fundamentais para compreender o discurso, independentemente de qual cena genérica (gênero discursivo) esteja inserido, pois todas as marcas linguísticas e restrições semânticas são significativas e têm sua devida importância na construção dos diferentes sentidos no contexto a que são inseridas.

O discurso não se consolida como algo estático, mas representa a construção do sentido por vários ângulos, “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 75). E, o discurso caracteriza-se por uma semântica global determinada pela sua formação discursiva. Portanto, a semântica global, conforme Maingueneau (2008a), considera os diferentes planos constitutivos do discurso: a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão.

Na concepção teórica de Maingueneau (2008a), todo e qualquer discurso é amparado e constituído por uma semântica global, isto é, traz consigo estratégias que são percebidas na individualidade, mas que somente na coletividade assumem importância de processo enunciativo. Nesse sentido, o discurso político é um gênero que depreende os planos constitutivos da semântica global, porque as marcas enunciativas desse discurso servem de pistas à compreensão do enunciado e organiza-se conforme uma competência para significar, são estratégias que delimitam seu enunciar. “O princípio de uma competência discursiva permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e a capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele decorram” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 52). Essa competência é que orienta e delimita a relação entre discurso, sujeito e campo interpretativo do enunciado, pois serve de base à compreensão do sentido dado e constituído.

O primeiro plano compreende a intertextualidade, a qual instaura os “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77), uma vez que o contexto do discurso político, no caso desta pesquisa, não existe nada original, tudo se baseia em algo que resulta das ações pretendidas em uma relação de apropriação de elementos anteriores. A intertextualidade depende do posicionamento

discursivo, da competência discursiva de certo campo, pois é na junção daquilo que já foi enunciado que o novo discurso ampara-se para assumir sua legitimidade.

Outro plano que constitui a semântica global é o vocabulário, pois, conforme Maingueneau (2008a, p. 80), “a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente”, mas “além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81). Dessa maneira, a palavra empregada de forma isolada não assume os sentidos pretendidos, mas no conjunto do discurso, isto é, no encadeamento com outros termos é que a função de enunciar efetiva-se.

Os temas também se configuram como parte constitutiva da semântica global, sendo definido por Maingueneau (2008a, p. 81) como “aquilo de que um discurso trata, em qualquer nível que seja”, sendo que “sua ação é perceptível em todos os pontos do texto”. Classificar um ou outro tema como mais importante dentro de um mesmo discurso não é algo simples, pois o sentido, a semântica é que instaura a relevância daquilo que é proposto.

Tanto o enunciador quanto o destinatário apresentam o seu próprio lugar e espaço; o enunciador projeta uma imagem de si no discurso legitimado por ele. Desse modo, o estatuto do enunciador e do destinatário representa mais um dos planos propostos pela semântica global: “sendo que cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87, grifo do autor). Assim, estruturam-se, no âmbito do discurso, as imagens recíprocas do eu (enunciador) e do tu (destinatário) que desencadeiam a competência para articular informações, enquadradas em um espaço onde a imagem de si projeta-se e se legitima.

O discurso também apresenta marcas que o situam no quadro enunciativo de tempo e espaço, denominada dêixis enunciativa. Esse plano constitutivo requer para cada discurso uma maneira própria de enunciar que se “constrói em função de seu próprio universo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 88), ou seja, são as marcas que legitimam aquilo que é afirmado. As marcas de tempo e espaço, de acordo com Maingueneau (2008a, p. 89), são compreendidas como “uma instância de enunciação legítima, delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação”, sendo que isso se legitima em conformidade com tudo aquilo que se enuncia, no contexto discursivo.

Para compreendermos como a dêixis, na concepção de Maingueneau (2008a), está presente e se relaciona dentro do enunciado, é necessário retomar os aspectos referentes à enunciação do teórico Émile Benveniste (1902 - 1976) quando aborda o próprio ato linguístico de transmitir algo a alguém, centrado no aqui e agora. A enunciação, assim, é um

reflexo daquilo que se acredita em uma esfera enunciativo-discursiva inserida em determinado contexto.

Conforme os conceitos enunciativos, os quais estão interligados à dêixis discursiva, a comunicação passa pelo homem que se apropria da língua para fazer o uso de acordo com os marcadores de tempo e espaço. Utilizar essas marcas linguísticas é reafirmar que a situação que constrói o discurso concretiza-se com base naquilo que se pretende enunciar, visto que nada significa na individualidade, fora do discurso. A dêixis, assim sendo, representa um enquadramento do discurso conforme o contexto e o momento enunciativo e, seu valor está condicionado ao emprego e sentido que lhe é convencionalizado.

Além desses aspectos, a semântica global também enfatiza a maneira de dizer como um dos planos constitutivos essenciais, pois esse modo de enunciação desencadeia a concepção de que “o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer um texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 91); isto é, cada discurso apresenta formas específicas e normativas para enunciar aquilo que pretende, e tudo depende do momento em que acontece a enunciação.

A partir dessas considerações, inferimos que “o sentido que o discurso libera se impõe por esse meio tanto quanto pela doutrina, sem que jamais se possa supor a menor exterioridade entre os dois aspectos”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 93). Isto é, existem as categorias da incorporação, da vocalidade e do fiador que também estruturam e organizam a enunciação discursiva. Estabelece assim a junção entre o discurso e seu destinatário, com uma voz própria, e uma imagem estabelecida por crenças, regras e valores.

O último elemento constituinte dos planos discursivos elencado por Maingueneau (2008a, p. 94) refere-se ao modo de coesão: “maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas”; trata-se de uma interdiscursividade, específica de cada formação discursiva, sendo que “cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro. Todas essas junturas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga da semântica global”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 96). Dessa forma, o discurso considera tudo aquilo que o circunda para construir o sentido específico em cada ato enunciativo. Os planos constitutivos, assim, organizam o discurso de tal forma que ele passa a significar e estabelecer relações com outros enunciados amparado em uma cena enunciativa que o valida no processo de organização discursiva.

Todos os constituintes dos planos discursivos da semântica global podem ser definidos como artefatos de construção de sentido, não existe a escolha de um ou exclusão de outro plano constitutivo, mas um entrelaçamento deles para construir a cena enunciativa. Assim, o discurso organiza-se conforme uma semântica que poderá envolver todos ou somente alguns de seus planos constitutivos, demonstrando que não existe preferência ou hierarquia, mas escolhas enunciativas.

O discurso está organizado conforme essa semântica global. Assim também ocorre com o discurso político, uma vez que esse “relaciona-se com a paixão e com a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão de ideias que não passe pelos homens”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). Diante disso é que a cena enunciativa instaura-se para enquadrar o discurso em determinado campo, neste caso, o político, e realizar seus desdobramentos na ordem enunciativo-discursiva da língua e da comunicação, o que é explanado na próxima seção.

3.2 CENA ENUNCIATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO DISCURSO

O discurso político ampara-se em uma cena enunciativa para validar seu dizer, instaurando, assim, um quadro cênico que organiza e significa discursivamente. Diante desses apontamentos, enquadramos o discurso em uma cena que é conceituada como validada e atua, ao mesmo tempo, no interior e no exterior do discurso ao qual se manifesta. De acordo com Maingueneau (2008b, p. 80-81), “tal cena de fala pode ser chamada de cena validada, em que ‘validada’ significa ‘já instalada na memória coletiva’, seja como antitemodelo, seja como modelo valorizado”. Isto é, no discurso político é necessário que aconteça o domínio das palavras empregadas para construir uma imagem de si, enquanto político, que garanta a adesão de seu público.

A partir disso, reafirmamos que a concepção da semântica global, conforme Maingueneau (2008a), corrobora para reafirmar que o discurso é concebido na interação entre todos os planos que o constituem, por isso é que todo discurso constrói um quadro enunciativo. Maingueneau (1997, p. 75, grifo do autor) acrescenta: “o enunciado não é um ponto de origem estável que se ‘expressaria’ dessa ou daquela maneira”, mas está enquadrado em determinada cena enunciativa que constrói o sentido e significa na esfera comunicativa.

Consoante Maingueneau (2020, p. 19), “essa enunciação faz interagirem diversos níveis” quando a cena passa a validar, a legitimar a enunciação. A cena de enunciação de um

discurso torna-se possível devido às três cenas que o constituem: a englobante, a genérica e a cenografia. Na junção delas é que se estrutura o quadro enunciativo do discurso.

A cena englobante relaciona-se diretamente com o tipo de discurso: educacional, filosófico, institucional, político etc. A cena genérica diz respeito ao gênero do discurso, isto é, a maneira como é estruturado para desencadear a enunciação, seja através de notícia, depoimento, entrevista, reportagem etc. Além dessas cenas, outra também está presente no discurso: a cenografia, pois, conforme Maingueneau (2020), essa não corresponde somente à ideia de teatro, mas a uma situação de enunciação que legitima o discurso.

Dessa forma, a cena englobante não basta para explicitar todas as interações verbais, por esse motivo é que acontece o entrelaçamento com a cena genérica porque juntas organizam o espaço e geram sentido no enunciado. Assim, tanto a cena genérica quanto a englobante imbricam-se como parte fundamental de todo e qualquer discurso.

Além dessas duas cenas, a cenografia é aquela que assume espaço no quadro enunciativo do discurso, pois prevalece sobre as demais. Maingueneau (2020, p. 19) informa que “a cenografia deve ser legitimada ou relegitimada pela própria enunciação que sobre ela se apoia: o universo construído pelo enunciador deve especificar e validar a cenografia através da qual ele surge”. Essa cena não é imposta pelo gênero, mas resultado de uma construção no próprio texto (MAINGUENEAU, 2020) e conforme as escolhas feitas e articuladas.

“A cenografia torna-se produto e processo daquilo que o discurso constrói. É por meio dos índices localizáveis na materialidade do texto que a cenografia se mostra, ela não é pré-construída, mas é fabricada de acordo com aquilo que o discurso diz”. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 108). Conforme o discurso é produzido, também vai se elaborando a cenografia que o circunda, isto é, organiza os planos discursivos e constrói o quadro enunciativo que gera o sentido do texto discursivamente.

Com base nesse raciocínio, chama atenção o fato de se relacionar a cenografia ao discurso político, porque esse tipo de discurso, como cena englobante, cria um quadro cênico do qual depreendem-se os sentidos, uma vez que sua organização se enquadra nos “[...] gêneros que por natureza exigem a escolha de uma cenografia”. (MAINGUENEAU, 2010b, p. 206). Não se enquadra simplesmente o enunciado em uma cenografia, mas esta o integra para validar o discurso, para fazer significar na esfera individual e social.

Assim sendo, torna-se viável mencionar Charaudeau (2007) quando aborda a questão de que a cena enunciativa, no contexto político, toma outras proporções pelo fato de estar relacionada à compressão do outro para que o sentido pretendido seja de fato efetivado, desencadeando assim uma cena que intitula de política.

A cena política se caracteriza por um dispositivo que é posto a serviço de uma expectativa de poder. Esta última coloca em presença uma instância política e uma instância cidadã. A instância política está toda direcionada a um “agir sobre o outro” que deve ser acompanhado de uma “exigência de submissão do outro”, o que explica que essa tensão seja orientada em direção à produção de efeitos. (CHARAUDEAU, 2007, p. 247).

Dessa maneira, todo e qualquer discurso implica uma situação de enunciação específica e com o discurso político não é diferente: “as significações do discurso político são fabricadas e mesmo refabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 53). Assim, a cenografia é parte constituinte do sentido no discurso político, visto que apresenta um contexto particular para representar aquilo que se pretende ao enunciar.

Reitera-se que os planos do discurso, constituintes da semântica global, contribuem para a construção do contexto enunciativo-discursivo, o qual necessita do amparo da cenografia instaurada e do ethos projetado para significar. Os conceitos teóricos envolvendo a cenografia instaurada e o ethos discursivo são temáticas da sequência deste estudo por embasarem, posteriormente, a análise do corpus.

3.3 CENOGRAFIA E ETHOS: PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO DISCURSO POLÍTICO

Os termos cenografia e ethos foram, inicialmente, introduzidos por Maingueneau (1997), em sua teoria, na obra *Novas tendências em análise do discurso*, sendo que, a partir desse momento, são usados recorrentemente pelo autor em seus estudos teóricos. Inferimos, assim, que a relação entre enunciador e destinatário acontece por meio da construção de um ethos discursivo, em que o enunciador constrói uma imagem de si atrativa aos olhos do outro, uma vez que lemos o discurso mais a imagem da pessoa.

O político, em seu discurso, pode ser comparado a um ator, pois se ampara em uma cenografia, cena instituída, e um ethos, imagem de si, que emolduram seu enunciar. Charaudeau (2007, p. 246) enfatiza que “uma fala que circula no espaço público é uma fala que é lançada sem que se tenha o total domínio dos efeitos que ela produzirá, mas com a suposição racional de que ela será interpretada de diferentes maneiras”, ou seja, é na cena enunciativa que entra em jogo a luta de interesses sociais, porque a palavra remete às posições ocupadas que legitimam o discurso.

A partir deste quadro enunciativo instaurado, é que se relaciona o discurso político, pois esse gênero cria todas as cenas para se enquadrar no jogo de persuasão na busca pelo convencimento, porque ao legitimar o discurso a cenografia, modo como o texto se apresenta, é parte constituinte desse e deve obedecer a algumas particularidades da ordem normativa.

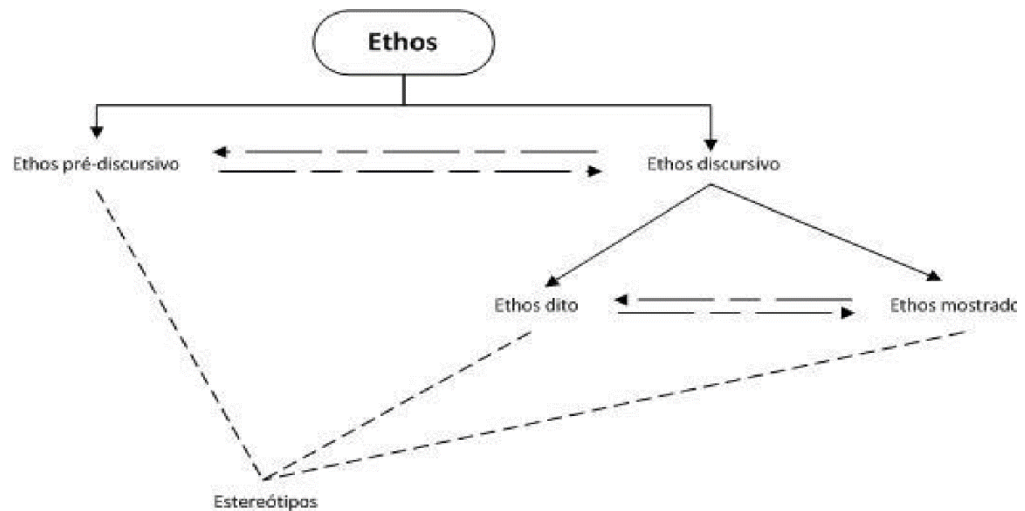
Consequentemente, quando falamos, somos, ao mesmo tempo, constrangidos pelas normas e convenções da linguagem que partilhamos com o grupo, e livres – ainda que relativamente – para proceder a um uso discursivo que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização (CHARAUDEAU, 2017, p. 51).

O fenômeno de fazer as ideias sair do corpo e dar a sua modelagem à elas é o que “a tradição retórica chama de *ethos*, que, face ao *logos* e ao *pathos*, é o que permite ao orador parecer “digno de fé”, credível e amável”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 72, grifo do autor). Essa individualização passou a fazer parte dos conceitos que envolvem o *ethos* e recebeu importância de estudo e análise com a Filosofia, com um filósofo, em especial, Aristóteles.

“Para Aristóteles, o *ethos* seria a imagem que o orador construiria de si mesmo no discurso e não corresponderia, portanto, necessariamente, à identidade dele, mas a uma imagem criada e mostrada no momento da enunciação, para persuadir o auditório”. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 109). O termo *ethos* relaciona-se com a construção de uma identidade, de uma imagem de si, um fazer enunciar próprio, uma forma específica de chegar até o outro, única e intransferível, nesta análise com o discurso político.

“Estudar o *ethos* é se apoiar em um dado simples, intuitivo, coextensivo a todo uso da linguagem: o destinatário constrói uma representação do locutor por meio daquilo que ele diz e de sua maneira de dizê-lo” (MAINGUENEAU, 2020a, p. 09), pois o *ethos* liga-se ao seu enunciador pelo fato de que esse assume uma tomada de posição frente ao discurso. Inferimos que o *ethos* se relaciona com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo (MAINGUENEAU, 2008b), ou seja, enuncia com uma intenção marcada e específica, no caso de convencer o outro. Assim, o discurso evoca esta cena para validar ou não aquilo que enuncia, pois tem competência para tanto, conforme Figura 2:

Figura 2: Esquema do ethos



Fonte: Maingueneau (2008b, p. 83)

Com base na Figura 2, podemos perceber que o ethos discursivo é resultante da interação, troca, de fatores diversos que constituem o discurso. Tanto os aspectos anteriores quanto aqueles efetivados na enunciação, bem como a projeção deste enunciar, amparada em concepções cristalizadas, imbricam-se para efetivar o ethos discursivo, pois

[...] requer que vejamos o ethos como a engrenagem de um processo interativo, pois busca uma legitimação por meio da imagem que constrói de si para o outro. A noção de ethos apreendida no discurso não se refere a uma imagem de um locutor fora da enunciação. A imagem de um enunciador só pode ser concebida pelo viés da enunciação, uma vez que é somente por meio da linguagem – especialmente, do discurso – que os fatores psicológicos e sócio-históricos encontram mecanismos para a composição do ethos, instância enunciativo-discursiva, e expressão de um mundo ético em particular. (GONÇALVES, 2020, p. 77).

“Durante mais de 2.000 anos, o conceito de ethos esteve reservado à arte oratória”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 07). Somente nos anos de 1980 é que começou a fazer parte dos estudos envolvendo a análise do discurso e, ao longo dos últimos anos, foi percebido como uma noção conceitual que aborda mais do que a diversidade dos gêneros e tipos discursivos, mas uma presença enunciativa. Os recentes estudos de Maingueneau (2018) apontam um novo debate sobre a noção do ethos discursivo quando realiza um retorno crítico a essa noção conceitual e propõe três dimensões de abordagem: categorial, experiencial e ideológica.

Segundo a vertente teórica de Maingueneau (2020, p. 24), “o conteúdo conferido ao ethos certamente depende, de forma muito ampla, dos tipos ou gêneros que estudamos”, por esse motivo a importância de perceber o ethos nesta tríade dimensional desenvolvida pelo

autor. A dimensão categorial aborda os recursos discursivos e extradiscursivos que constituem o enunciador. A dimensão experiencial aborda as “características sócio-psicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 322). A dimensão ideológica vincula-se ao posicionamento assumido pelo enunciador dentro de determinado campo discursivo, sua formação e expressão.

Com base nisso, “é preciso considerar mais que as etiquetas dadas pelos rituais sociolinguageiros ou pelos campos discursivos. É preciso olhar para o comportamento do enunciador e sua movimentação na enunciação”. (GONÇALVES, 2020, p. 78). Cada enunciação representa um processo novo, não se repete por isso a maneira como cada enunciado é referido e que passa pelo crivo do campo da discursividade. Com o universo político esse crivo é latente, porque o enunciador político é também alguém que assume um papel de personagem ao assumir sua posição, um ponto de vista perante seu público.

Dessa maneira, “o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 64). O ethos pode então ser compreendido como o elemento que estrutura a relação de comunicação entre o enunciador e o seu destinatário, uma vez que “quando falamos de discurso político é evidentemente nisso que pensamos: um corpo falante” (MAINGUENEAU, 2020a, p. 114), que se legitima na relação social de comunicação entre os participantes de uma mesma cena enunciativa, neste estudo o governador do RS e o público a quem se dirige discursivamente.

Depreendemos também que “[...] o ethos é tributário de um imaginário e se alimenta de estereótipos de sua época: a imagem do locutor está necessariamente dominada pelos modelos culturais.” (AMOSSY, 2018, p. 91-92). Ao enunciar, se está trazendo consigo marcas amparadas em um mundo que lhe é próprio projetando, assim, a imagem de si do enunciador com base em conhecimentos adquiridos antes da enunciação acontecer, o que se caracteriza como ethos pré-discursivo ou prévio (MAINGUENEAU, 2008b), associado a uma imagem construída antes do discurso, pela apresentação corporal através dos gestos, posturas, vestimentas.

A imagem que está associada anteriormente pode ou não ser chancelada, dependendo do momento discursivo, pois na sequência há o ethos efetivado no discurso. “Em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o ethos se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Os aspectos que diferem o ethos dito e o ethos mostrado são discretos, mas para amparar a compreensão enfatizamos que

“o *ethos* dito vai além da referência direta do enunciador a sua própria pessoa ou a sua própria maneira de enunciar (‘eu sou um homem simples’, ‘eu lhes falo como um amigo’ etc.).” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 80). Assim sendo, o *ethos* dito é construído durante a leitura do enunciado sem estar exposto direto ou explicitamente; e o *ethos* mostrado apresenta o dizer na própria enunciação, é identificado no discurso.

Ao se dirigir ao público, o objetivo do discurso político é deixar as marcas de um *ethos* próprio, bem como reafirmar sua cenografia enunciativa que é única e irrepetível. Uma das marcas do processo político democrático é o lugar que o outro assume para legitimar seu dizer, suas concepções, suas doutrinas, valendo-se da imagem que se projeta sobre si mesmo.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2017, p. 115, grifo do autor).

O *ethos* pode então ser percebido como o elemento que estrutura a relação de comunicação entre o enunciador e o seu destinatário, representa as diferentes maneiras de se encenar, uma vez que “é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 118). O *ethos*, assim, legitima-se na relação de comunicação entre os participantes de uma mesma cena enunciativa instaurada que constrói o cenário do discurso nas interações sociodiscursivas.

No ato enunciativo, associam-se alguns aspectos que compõem o cenário discursivo, que são: tom, caráter e corporalidade. “O próprio ‘tom’ se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 92, grifo do autor). É na junção desses recursos que o discurso materializa-se perante seu enunciador e destinatário, uma vez que são elementos indissolúveis que organizam a compreensão, representando uma maneira de dizer, de ser, de agir que remete à incorporação.

Ao mesmo tempo em que acontece a incorporação deste discurso, também se projeta uma encenação, uma vez que o discurso político é associado à questão das máscaras. “O campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 64). Todos esses recursos que englobam o universo

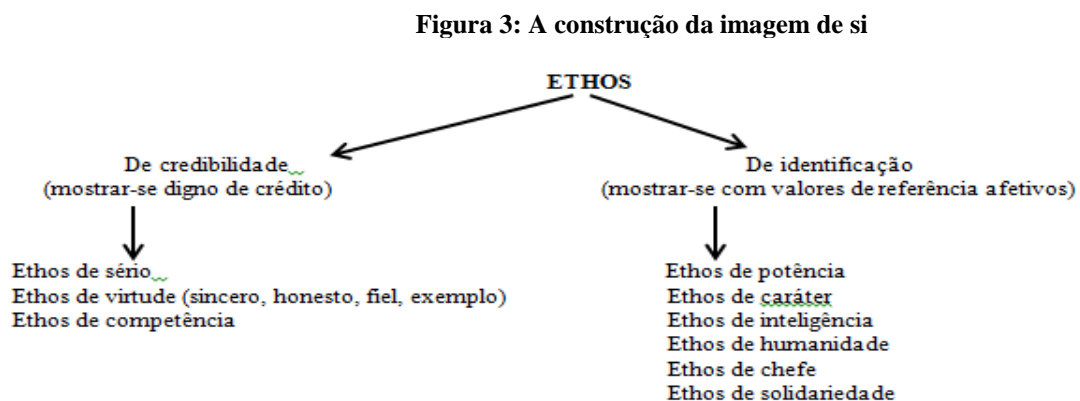
político da enunciação precisam estar em correlação para que a imagem de si do político seja construída, projetada e aceita.

A partir dessas considerações sobre ethos discursivo, é preciso, então, considerar que o discurso valida uma representação, uma imagem de si, uma voz própria que remete ao ethos discursivo, pois “temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profere do que em razão de seu programa político”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 78). Porém, é a imagem construída e repassada que garante a persuasão, pois vale muito mais aquilo que se projeta do que aquilo que se efetiva, ou seja, um ethos bem validado é o que determina o êxito do discurso e, conseqüentemente, do político, visto que a imagem nem sempre representa o real.

Um fator determinante no processo de construção do ethos é que, consoante Charaudeau (2013, p. 67), “os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação”, precisam conhecer seu público para estabelecer a construção da imagem de si que represente aquilo que se busca na figura do político. Discursar politicamente, nesse sentido, representa muito mais do que fala e imagem, mas uma postura construída na enunciação-argumentativa.

Ao se dirigir ao público, o objetivo do discurso político é marcar um ethos próprio, bem como reafirmar sua cenografia enunciativa, “[...] mais ou menos livremente, sua cenografia, a saber, um roteiro preestabelecido que lhe convém e que lhe impõe, logo de início, certa postura.” (AMOSSY, 2018, p. 85-86). Dessa forma, uma das especificidades do processo político democrático é o lugar que se assume para legitimar o dizer, suas concepções, suas doutrinas, valendo-se da imagem de si, isto é, o ethos discursivo.

Esse ethos construído passa a ser projetado no outro, para validar o discurso. Dessa forma, temos as diferentes manifestações do ethos pelas concepções de Charaudeau (2017), organizadas na Figura 3, pelo olhar de um de seus estudiosos.



Fonte: Emediato (2016, p. 41)

Com base na Figura 3, podemos afirmar que a distinção do ethos em duas grandes categorias, realizada por Charaudeau (2017), entre credibilidade, associada à razão e identificação, associada à emoção, demonstram que o discurso político constrói a imagem de si do seu enunciador a partir das representações da razão ou da emoção que ele busca ao enunciar. O processo comunicativo, nessa instância, valida a cena e o discurso do outro com base em suas representações que o legitimam.

A credibilidade representa um crédito, um voto de confiança no enunciador com papel político, “repousa sobre um *poder fazer*”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 119). Na concepção de Charaudeau (2017, p. 120, grifo do autor), “no discurso político, a credibilidade é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder. [...] o político procura construir para si o *ethos* de *sério*, de *virtuoso*, e de *competente*”, desdobramentos esses associados à ideia de credibilidade depositada na figura do representante político.

O ethos de sério pode ser associado a declarações realizadas sobre si mesmo; o ethos de virtude representa que o político deve servir de modelo, um exemplo seria de permanecer sempre no mesmo partido; e o ethos de competência representa conhecer, de maneira acertada, os trâmites políticos e realizar sua efetivação na prática.

A identificação, por sua vez, na teoria de Charaudeau (2017, p. 137) é percebida como um ethos em que “o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político”. Ao mesmo tempo que o político assume uma representatividade, ele também apresenta características de aproximação com o seu público, tornando-os interlocutores identificáveis por partilhar das mesmas ideias.

Nesse desdobramento dos ethos de identificação podemos inferir que cada um dos tipos elencados apresenta uma característica peculiar para assim ser definido como tal. O ethos de potência representa a vitalidade, uma energia proveniente do físico; o ethos de caráter assume uma relação com a maneira como o político se portou para construir sua trajetória; o ethos de inteligência relaciona-se com a capacidade de assimilar conhecimentos e reproduzi-los em atitudes; o ethos de humanidade leva em consideração o lado humano do homem, antes do lado político; o ethos de chefe lida com as formas como se é visto pelo outro, como um pai, um amigo, um bom-pastor...; e o ethos de solidariedade que se liga ao de humanidade e pensa sempre e se responsabiliza pelo outro também.

Recentemente, Maingueneau (2020, p. 24) afirmou que “a lista de predicados capazes de caracterizar um ethos é aberta”, o que reavivou as concepções de ethos discursivo ao

abordar as três dimensões suscitadas como imagem de si. Ainda, conforme esse autor, existe uma diversidade de *ethos*, os quais não podem proliferar-se de maneira descontrolada e, portanto, dimensioná-los é o melhor caminho de análise, realizando uma retomada à noção crítica do *ethos*. Dessa maneira, englobam-se as dimensões categorial, experiencial e ideológica e condicionam o discurso a enquadrar-se numa moldura enunciativo-discursiva, conforme o gênero, os traços linguísticos e o contexto.

“A dimensão “categorial” abrange tanto os papéis *discursivos* quanto os estatutos *extradiscursivos*”; “a dimensão “experiencial” do *ethos* recobre as caracterizações sociopsicológicas estereotípicas” e “a dimensão “ideológica” remete a posicionamentos”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 25, grifo do autor). A dimensão categorial envolve a cena genérica e também a atividade exercida; a experiencial aborda as características e a ideológica, as concepções construídas no espaço de convívio. Assim, as três dimensões do *ethos*, categorizadas por Maingueneau (2020), na obra “Variações sobre o *ethos*”, servem de base teórica atualizada para enquadrar as diferentes concepções formuladas por Charaudeau (2017), em seu consagrado livro “Discurso político”, juntando e complementando duas teorias produtivas que fundamentam nosso trabalho de pesquisa.

O Quadro 3, apresentado na sequência, sintetiza as principais temáticas, conceitos e teóricos que foram abordados ao longo do capítulo.

Quadro 3 – Síntese teórica e autoral

Formação discursiva e interdiscurso		
Temáticas	Conceitos	Principais teóricos
Primado do interdiscurso, competência e prática discursiva	Relação com discursos anteriores estabelecida conforme regras normativas que visam a comunicação enunciativo-discursiva	Iverson G. R. Gonçalves (2020) Dominique Maingueneau (2008a, 2015) Patrick Charaudeau (2020)
Semântica Global: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão	Sete planos constitutivos do discurso	Dominique Maingueneau (2008a) Patrick Charaudeau (2017)

Cenas da enunciação	Artefatos de organização do discurso no tempo e no espaço, conforme características do gênero	Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2010) Patrick Charaudeau (2007, 2017) Rita C. V. Fumagalli e Ernani C. Freitas (2016)
Cenografia e ethos: pré-discursivo, dito, mostrado e discursivo (dimensões categorial, experiencial e ideológica)	Quadro cênico da imagem de si	Bakhtin/Volóchinov (2014) Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2018, 2020) Iverton G. R. Gonçalves (2020) Patrick Charaudeau (2013, 2016, 2017) Ruth Amossy (2018)

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Diante do exposto, analisaremos os discursos políticos por meio de uma cenografia instaurada e de um ethos discursivo, como imagem de si, construído no discurso. Na sequência, apresentamos a contextualização da pesquisa e do nosso objeto de estudo e, posteriormente, os procedimentos metodológicos de análise que fundamentam e sustentam a pesquisa.

4 TECENDO OS NÓS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Este capítulo tece os nós metodológicos da pesquisa, o passo a passo que organiza as análises com base nas concepções teóricas abordadas ao longo do estudo. Também optamos pela palavra “nós” pelo seu duplo sentido gramatical estabelecido: enquanto substantivo, por significar junção; enquanto pronome, por representar a coletividade. E foi justamente isto que buscamos ao longo do nosso trabalho: juntar a coletividade, aproximar duas esferas tão importantes no cenário histórico e cultural que são a política e a educação.

Para tanto, a tese defendida é a seguinte: o ethos discursivo, construído nas cenografias, projeta uma imagem de si de conciliador/articulador no discurso populista do governador do RS, Eduardo Leite, com amparo nas cenas enunciativas e nas restrições semânticas contextuais.

Na realização desta pesquisa, foram selecionadas três notícias que constituem o corpus da tese e apresentam como característica principal a sua inserção no quadro cênico do discurso político, com a temática piso salarial do magistério estadual gaúcho. O discurso político, base da pesquisa, é oriundo de discurso direto proferido pelo governador e reproduzido em notícias publicadas no veículo de informação e comunicação jornal Correio do Povo. Compreendemos que a análise passa pelo crivo da língua, com suas convenções, pela marcação temporal, que difere para cada indivíduo, até desencadear na esfera discursiva, isto é, no processo de comunicação do discurso político.

O corpus de pesquisa e análise é baseado em situações concretas vivenciadas enquanto professora de educação básica de escola pública que reconhece um projeto nacional da mídia de não valorizar a educação. Ao longo dos últimos 10 anos, no exercício da profissão docente em sala de aula, acompanhei a trajetória de luta entre professores, representantes da classe e governantes, para garantir o pagamento do piso do magistério público estadual, conforme estabelecido na lei nacional que trata da temática. Entre as múltiplas opções de seleção dos textos, optamos por três discursos em específico, os quais têm em comum a promessa de campanha desta garantia de lei e a efetivação parcial durante o período à frente do Palácio Piratini, no RS.

As publicações (notícias) analisadas representam discursos políticos do candidato e governador Eduardo Leite, no período compreendido entre a campanha eleitoral do ano de 2018, o primeiro ano (2019) e o terceiro ano de governo (2021). Esses discursos, organizados em ordem cronológica, apresentam dados sustentando a possibilidade de aumento real do piso salarial para atingir o valor mínimo estabelecido por lei para a remuneração dos professores

no Brasil. O olhar proposto tem por finalidade analisar as promessas feitas no curso da campanha e comparar com as concretizadas ao final do mandato; por esse motivo é que os discursos selecionados apresentam elementos que na campanha são prometidos e no exercício do cargo são questionados e cobrados, o que merece a atenção no desenvolvimento da pesquisa.

Os discursos políticos analisados têm em comum o fato de possuírem elementos culturais constitutivos da semântica global como estrutura enunciativa de construção do sentido, através de uma representação social pela linguagem, desencadeada pela cenografia e pelo ethos discursivo. Também se considera o tema abordado e a sua importância na atualidade, pois somente se aceita uma ideia pela relevância proposta, isto é, pela posição defendida pelo ethos que a legitima. As amostras selecionadas, em seus discursos, foram divulgadas no jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, RS) que apresenta ampla circulação e impacto estadual no RS como importante veículo de informação, ao mesmo tempo que se posiciona perante os problemas que circundam a realidade gaúcha e nacional, como, por exemplo, o pagamento do piso do magistério enfatizando sua posição ideológica.

O objetivo geral, neste trabalho, visa descrever e analisar a construção do ethos discursivo recorrente nos discursos políticos, como imagem de si, apreendido de cenas enunciativas e restrições semânticas da situação contextual que denotam cenografias na tessitura do discurso de um governador do RS. As análises amparam-se em concepções teóricas especialmente com Aristóteles (2017), Clifford Geertz (2015) e Stuart Hall (2006) sobre cultura e política; Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2010, 2013, 2016, 2017, 2020) com o discurso político; Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2010, 2015, 2018, 2020) e seus estudiosos pela perspectiva da semântica global, da cenografia e do ethos.

A pesquisa classifica-se como descritiva quanto aos objetivos, porque objetiva explicar, compreender e interpretar os discursos apresentados como corpus de análise. A pesquisa denomina-se descritiva “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Este estudo enquadra-se nessa classificação, pois envolve as ciências humanas e sociais na esfera política e educacional.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é do tipo bibliográfica: “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54). Nesta fase

da pesquisa, é primordial verificar as fontes bibliográficas selecionadas, porque essa é a melhor maneira de trazer veracidade e credibilidade ao texto.

Uma outra classificação que se enquadra na pesquisa é a documental, quanto aos procedimentos técnicos, visto que os materiais analisados caracterizam-se como documentos que estão colecionados, arquivados, guardados e têm acesso público, porém ainda “não receberam determinado tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Também podemos tipificar a pesquisa como *ex-post-facto*: “quando o ‘experimento’ se realiza depois dos fatos”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 65, grifo do autor). Os discursos analisados já foram proferidos, veiculados e acessados antes mesmo de servirem de objeto de análise, são de conhecimento público e receberam o olhar e o crivo social. Conforme Gil (2008, p. 54), esse tipo de pesquisa é “uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis”.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de estudo qualitativo, visto que explora a construção de imagem de si, através de uma cenografia instaurada e de um ethos discursivo, por meio da identificação das marcas enunciativas que estão circunscritas na materialidade linguística dos corpus. Na concepção de Prodanov e Freitas (2013, p. 70), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Ressaltamos que a escolha do corpus de pesquisa deve-se ao fato de que todo discurso político-jornalístico (cena englobante) é configurado por uma cenografia, condição que o valida e define o estatuto do enunciador e do destinatário. A linguagem desse discurso representa uma encenação que se constrói mediante fundamentos das cenas enunciativas manifestadas no gênero discursivo notícia, em sua materialidade de análise neste estudo, revelando pistas linguístico-discursivas que remetem aos planos constitutivos da semântica global que emana uma cenografia e, como consequência, o ethos do discurso como imagem de si, reforçado pela não neutralidade do veículo de comunicação e divulgação.

A explicação metodológica, na sequência, serve como subsídio para orientar a análise do corpus. Primeiramente, apresentamos a relação entre a cultura e a política no cenário discursivo; na sequência, a interação dos sete planos constituintes na construção e projeção do discurso político. Após, apresentamos a cena enunciativa, a cenografia e o ethos construído, os quais vão desencadear no dispositivo metodológico de análise.

4.1 CULTURA E POLÍTICA: SENTIDOS DEPREENDIDOS NA RELAÇÃO ENUNCIATIVO-DISCURSIVA

O sistema cultural tem a política como alicerce na construção discursiva e social, visto que “a cultura é pública porque o significado o é”. (GEERTZ, 2015, p. 9). Ao viver em contexto de pertencimento a uma ou outra sociedade, também buscamos o reconhecimento neste espaço pelo processo da comunicação democrática, no qual a visão é de que a política é restrita a alguns. “Na história do país, ao invés de rupturas radicais capazes de subverter a estrutura social, o que ocorreu foram períodos conflituosos que, por mais que tivessem gerado mudanças significativas para o país, nunca promoveram uma transformação radical [...]”. (FIOREZE, 2009, p. 227). Aliados ao conceito de cultura, que é definida historicamente (HALL, 2006), temos ainda o de democracia, de coletividade e de sociedade, os quais servem de suporte para amparar a análise tendo como base os fundamentos teóricos abordados nos respectivos capítulos deste trabalho, realizando uma interface com os planos constitutivos da semântica global.

Primeiramente, destacamos que a cultura, como artefato de construção social, é expressa no individual e representa a imersão em um determinado grupo de pertencimento no qual cada ser é único e apresenta determinadas aptidões. Conforme Aristóteles (2014, p. 40), “exigir a virtude em um e não exigir em outro seria um absurdo”, fato observado na política quando se busca no representante ao cargo competências para legislar. Na sequência, inferimos que a democracia também é um elemento de análise, por representar o poder de escolha de um povo ou civilização, já que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. (BRASIL, 1989, Art. 5º, IV, p. 05). Com os cargos políticos não é diferente: são os representantes que foram elevados ao poder pela decisão do voto direto e livre e que são cobrados para satisfazer os anseios neles depositados.

Viver significa fazer parte de algo que remete à coletividade, ninguém está sozinho e é nessa relação que o discurso se inscreve como elo entre o saber individual e o que passa a ser de todos. “O político diz respeito às instituições, às razões do Estado e a tudo o que permite reunir um conjunto de pessoas sob o manto de uma coletividade, uma comunidade. Já a política concerne a tudo o que sedimenta a relação entre governantes, representantes e cidadãos”. (EMEDIATO, 2016, p. 20). Assim, a sociedade é o segmento que chancela enunciados e que aprova ou refuta os discursos, conforme suas concepções e doutrinas com base nas concepções do político e da política, sendo que não existe neutralidade.

Com relação ao discurso político, corpus de análise, apresentamos os conceitos essenciais para compreender além da sua essência, o mecanismo de apropriação enunciativa: encenação, logos e pathos, os quais têm relação direta com o ethos, por fazerem parte da retórica e culminar na competência discursiva. De acordo com Emediato (2016, p. 20), “o povo não tem a sabedoria do sábio e ainda seria dominado pelas paixões, ao contrário dos sábios que seriam, na sua concepção, orientados pela racionalidade”. O discurso político faz parte de uma encenação que, através de suas figuras retóricas, se efetiva no ethos discursivo construindo, assim, uma imagem de si do enunciador.

Reforçamos que o cenário político ampara-se na construção de enunciados persuasivos que estão organizados conforme os sete planos constitutivos da semântica global de Dominique Maingueneau (2008a), teoria abordada na sequência do dispositivo metodológico de análise.

4.2 SEMÂNTICA GLOBAL: OS SETE PLANOS CONSTITUINTES DO DISCURSO POLÍTICO EM INTERAÇÃO

Analisar o discurso político pela teoria enunciativo-discursiva de Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b, 2010, 2015, 2018, 2020) requer que seja percebido o texto enquanto objeto inscrito em um contexto amplo, globalizado, uma semântica que orienta e significa. Assim, cada categoria teórica mobilizada na análise representa os planos constitutivos da Semântica Global que auxiliam a organizar, primeiramente, a lente categorial:

- a) intertextualidade: relação com algo produzido anteriormente; tem uma fonte na qual se busca o amparo discursivo conforme classifica Maingueneau (2008a, p. 78): “restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo” e que “há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras”;
- b) vocabulário: não significa por si somente, por isso representa a escolha lexical para aquele momento enunciativo apropriado; relaciona-se ao valor linguístico de cada palavra, pois se caracteriza pelas “explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 80);
- c) temas: associados às significações no discurso; são coerções estabelecidas pelo meio ao qual está inserido; assim, “um tema desenvolvido por um só discurso

estará logicamente em estreita conformidade com ele”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 83);

- d) estatuto do enunciador e do destinatário: plano constitutivo que estabelece uma proximidade com o ethos e sua subjetividade, imagens que são recíprocas. Maingueneau (2008a, p. 87) infere que aqui acontece “certa relação do enunciador e do destinatário com as diversas fontes do saber”, com a necessidade da competência discursiva para articular as informações a quem se destina o discurso;
- e) dêixis enunciativa: não representa, necessariamente, as marcas do tempo e do espaço exatos, “não se trata, pois, das datas, dos locais em que foram produzidos os enunciados efetivos, tanto mais que o estatuto textual dos enunciadores não coincide com a realidade biográfica dos autores”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 88). É um momento único amparado por um contexto específico destinado àquela enunciação e não outra;
- f) modo de enunciação: a maneira como o discurso é enunciado está associada a uma imagem de si projetada, pois, conforme Maingueneau (2008a, p. 91), “o discurso, por mais escrito que seja, tem uma voz própria, mesmo quando a nega”. Também está associado ao caráter, ao tom, à corporalidade e ao fiador, estabelecendo suas crenças e valores ao discurso;
- g) modo de coesão: elemento próprio de cada formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008a); tem relação estreita com o interdiscurso, visto que expressa uma parte do todo que apresenta uma identidade cultural que atravessa outros dizeres discursivos para significar.

Como parte seguinte da estrutura metodológica, apresentamos os fios que entrelaçam a análise da trama discursiva.

4.3 OS FIOS DA TRAMA DISCURSIVA: CENA ENUNCIATIVA, CENOGRAFIA E ETHOS COMO IMAGEM DE SI

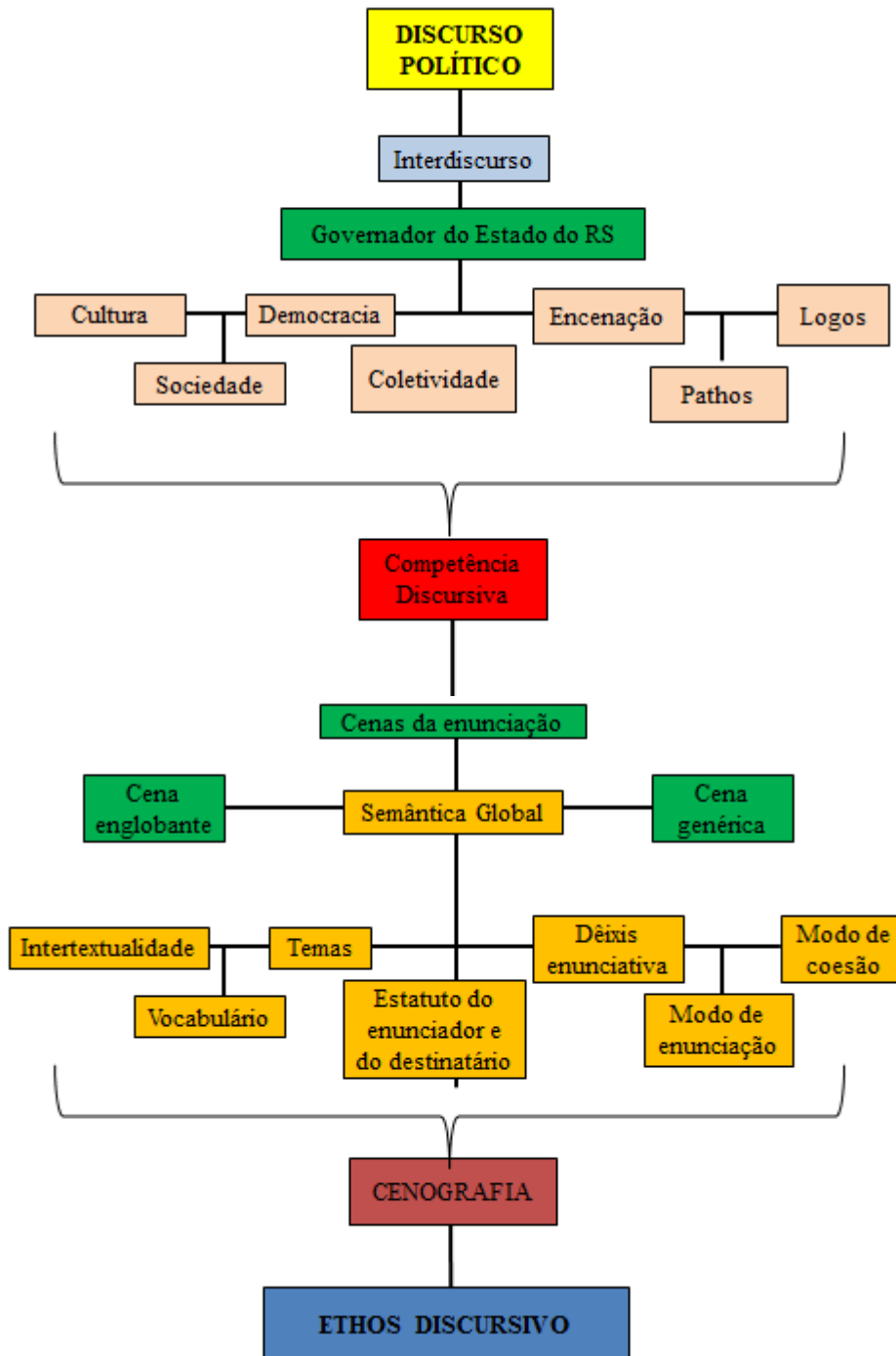
A pesquisa apoiou-se em fontes bibliográficas, por meio dos conceitos abordados na fundamentação teórica, e assim a análise do corpus desenvolve-se com base nos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) na primeira instância, realizamos a leitura dos recortes de discursos políticos, veiculados em forma de notícia, para contextualizarmos o corpus de análise;

- b) na sequência, as pessoas do discurso são identificadas mediante a posição do enunciador (candidato, governador do estado) e dos destinatários (professores da rede estadual e sociedade inserida no cenário político-educacional);
- c) posteriormente, sob o prisma da enunciação, os elementos dêiticos são reconhecidos e integram a análise, já que remetem ao modo de enunciação, bem como à relação de tempo (cronografia) e espaço (topografia) inscritos no discurso, e também ao que diz respeito ao tom, à vocalidade, à incorporação e ao fiador do discurso;
- d) no quarto momento, o vocabulário é analisado considerando que as palavras enunciadas marcam a posição do enunciador no campo discursivo;
- e) na sequência, damos ênfase ao modo de enunciação porque delimita a cenografia do discurso;
- f) na progressão, destacamos o ethos dito que é marcado por palavras do enunciador e o ethos mostrado, que está implícito no dizer;
- g) por fim, a partir das categorias teóricas descritas, analisaremos a construção da cenografia e dos ethos discursivos, como imagem de si, manifestados em suas três dimensões nos discursos políticos do candidato e governador Eduardo Leite.

Realizar uma pesquisa com conceitos voltados à semântica global, à cenografia e ao ethos requer um roteiro teórico que seja compatível e coerente com a metodologia proposta, para que assim se compreenda o discurso que se inscreve em um quadro cênico em que pistas linguísticas fazem emergir sentidos que significam e ressignificam no entrelaçamento dos fios do discurso. Diante disso, apresentamos uma melhor compreensão da cultura, do discurso político, da semântica global, de seus planos constituintes, da cenografia e do ethos, porque a pluralidade discursiva é que constitui o discurso (MAINGUENEAU, 2008a), por meio da síntese metodológica apresentada na Figura 4.

Figura 4 - Dispositivo de análise



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

A Figura 4 apresenta o percurso realizado pela pesquisadora quanto aos procedimentos metodológicos de análise adotados. Retoma os principais conceitos relacionados à cultura/cultura política, discurso político e o interdiscurso, planos constitutivos da semântica global, bem como incorporação, cenografia instaurada e imagem de si (ethos discursivo). Da

cenografia enunciativa resultará, pelos planos constitutivos da semântica global, o ethos discursivo, legitimando o discurso por meio de uma competência discursiva.

Neste trabalho, enfatizamos que, durante cada um dos diferentes processos que envolvem a construção, a leitura e a interpretação dos discursos, faz-se necessário que os conceitos trazidos ao longo do embasamento teórico estabeleçam relação de articulação, de maneira que teoria e materialidade linguístico-discursiva estejam em harmonia para construir sentido através da posição discursiva do ethos.

Entendemos, dessa forma, que uma teoria assume sua função social no momento em que se utiliza da praticidade da vida diária de cada um dos seus indivíduos, provando assim sua importância e necessidade na sociedade contemporânea, em seus diversos contextos sócio-históricos. Nenhuma informação é totalmente nova ou surge do nada, mas sim é reelaborada e ressignificada com outro sentido ou referente para atingir o objetivo proposto, desencadeando-se na originalidade do momento enunciativo.

Na continuidade, efetivam-se as análises dos discursos políticos selecionados, corpus neste estudo, conforme os procedimentos metodológicos antes descritos.

5 O DISCURSO POLÍTICO COMO PRÁTICA SOCIAL: ANÁLISE DE DISCURSOS DO GOVERNADOR DO RS, EDUARDO LEITE

Este capítulo é destinado à análise do corpus de pesquisa, o qual é composto por três discursos políticos divulgados, por meio de notícia, no Jornal gaúcho Correio do Povo, através do discurso direto marcado pelo recurso das aspas, do candidato e governador do estado, Eduardo Leite (2018 - 2022). A ordem das análises observa a cronologia estabelecida pela campanha, início e andamento do mandato. Com a finalidade de melhor estruturar a análise, assim organizamos: em um primeiro momento, apresenta-se o corpus e sua leitura compreensiva; posteriormente, são identificados o estatuto do enunciador e do destinatário, os elementos dêiticos, a explanação do vocabulário e do modo de enunciação; na sequência, instauram-se a cenografia e o ethos discursivo depreendidos das cenas enunciativas que resultam das noções de cultura e de discurso político, enquanto gênero social de representação.

No início da pesquisa, discursos de Tarso Genro e José Ivo Sartori, dois governadores que antecederam Eduardo Leite, também foram selecionados como prováveis objetos de análise. Constatou-se que as imagens construídas por estes mandatários, no que se refere ao pagamento do piso do magistério, diferiam quanto às ideologias partidárias, mas, na prática, assemelhavam-se. Ou seja, foram promessas de campanha eleitoral dos candidatos, porém não se concretizaram quando os governadores foram eleitos.

Diante dessas e outras situações, envolvendo as temáticas política e educação, é que direcionamos nossa pesquisa e, após o segundo processo de qualificação, como sugestão muito enriquecedora da banca, focamos nosso estudo na figura política do governador, Eduardo Leite, mais especificamente em três discursos políticos proferidos por ele e reproduzidos, em forma de notícia, pelo jornal Correio do Povo. Os discursos apresentam a cronologia dos fatos políticos, sendo eles a campanha, o início e o andamento do mandato, período que coincide e compreende a construção da pesquisa desta tese.

Na sequência da pesquisa, apresentamos alguns apontamentos sobre o gênero notícia que contribuem para o estudo e à compreensão global do discurso, sendo que a origem da palavra deriva da Língua Latina, e está, historicamente, ligada ao sentido de conhecimento repassado por meio de informações. Segundo, Mendonça Jorge (2006, p. 01), “os conceitos de notícia encontrados nos livros são frios. Alguns tratam a notícia como mera transcrição de um fato ocorrido, outros a veem como um produto das rotinas jornalísticas, outros ainda a encaram como mera forma de representação da realidade”. De fato, conceituar um gênero tão

importante na esfera da comunicação jornalística é um exercício de aprendizado constante e de estabelecimento de relações contextuais, como acontece com o lide da notícia.

O interesse em analisar trechos de discursos políticos, inseridos em uma notícia, é a projeção do dizer na criação de um quadro enunciativo-discursivo que instaura uma cenografia e constrói uma imagem de si do enunciador. Por ser um gênero que trata da comunicação, em suas múltiplas instâncias discursivas, o suporte de publicação nos é essencial, assim como os seus enunciadores e destinatários. “O estudo da notícia é uma das maneiras de analisar as ideologias em atuação na mídia, já que o principal produto do jornalismo está sujeito a filtros ideológicos e pode ser usado na crítica sistemática à democracia (*system blame*), feita pelos meios de comunicação”. (MENDONÇA JORGE, 2006, p. 01). Como este estudo atenta para o discurso político do candidato e governador do RS, a ideologia partidária, a cultura, a coletividade e a democracia são espelhos da sociedade que refletem a busca pela informação expressas nas páginas jornalísticas.

De acordo com Traquina (2005), o gênero notícia compõe a história mundial, passando pelo processo democrático de cultura e poder na sociedade. Assim sendo,

o “campo jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o séc. XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o processo tecnológico e a emergência da imprensa como “mass media”. As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social. (TRAQUINA, 2005, p. 20).

A notícia constitui-se, dessa forma, como um gênero informativo de cunho jornalístico que desempenha um serviço ao informar a população sobre os acontecimentos atuais em nível local, regional, territorial e mundial. Representa a cobertura dos fatos em tempo real, priorizando o conteúdo em primeira mão e o melhor enfoque na imagem. A partir dessas concepções, optamos por nos amparar em notícias que reproduzem o discurso do candidato, posteriormente governador e, atualmente, ex-governador do estado do RS, Eduardo Leite, compondo a seção Política do jornal gaúcho Correio do Povo/RS.

A intenção de analisar os discursos selecionados é compreender a realidade educacional com relação ao pagamento do piso salarial do magistério gaúcho nos quatro anos em que a pesquisa desenvolve-se, isto é, um recorte espaço-temporal. Por esse motivo, os discursos selecionados trazem consigo as marcas polêmicas dos entraves, conflitos presentes em todo o trabalho de pesquisa e amenizados pelo então governador, entre a lei e a prática,

durante as lutas pela remuneração e também pela vida com a pandemia da Covid-19. Dessa forma, analisaremos o primeiro discurso que apresenta as promessas de campanha referentes ao nível educacional (pagamento do piso do magistério) durante o processo eleitoral ao Palácio Piratini; o que foi cumprido com o segundo discurso datado de dezembro de 2019, final do primeiro ano de governo; e, o terceiro, ao final do ano de 2021, quando as restrições, tanto sociais quanto econômicas, estavam mais flexibilizadas e se voltou a abordar a questão do piso, antes adormecida (em parte) pela pandemia da Covid-19.

O representante legal dos professores na luta pelo pagamento do piso e salários em dia, com vantagens conquistadas pela categoria, é o CPERS - Sindicato, uma entidade que nasceu em 1945. Desde sua origem, a luta foi pela garantia dos direitos dos professores, tanto no início quanto no fim da carreira. Atualmente, conta com mais de 80 mil associados (as) que buscam a efetivação da Lei do Piso homologada em 2008, mas ainda representa embate entre professores e gestores, refletindo o contraste entre educação e política.

Como filtro da pesquisa, o suporte de divulgação é essencial e para tanto optamos por um jornal do RS, tipicamente gaúcho, que apresenta além da linguagem, hábitos e costumes próprios, também o calor do seu povo em cada página: Jornal Correio do Povo. Esse jornal representa a história do povo gaúcho contada há 127 anos que serão comemorados em 01 de outubro de 2022, sendo lido por número expressivo de gaúchos, desde a versão impressa até a digital. Além do resgate histórico, tão essencial, também preserva-se o lado humano com os traços inovadores que os tempos exigem; a participação discursiva desse Jornal neste trabalho aborda a sua veiculação digital.

As mudanças impostas pelos novos tempos serviram de motivação e incentivo para o jornal Correio do Povo se reinventar, sem esquecer a grande identificação cultural com o estado do RS, surgida em suas páginas na data de 01.10.1895, quando o material impresso era a maior fonte de informação. (MASSARO, 2019a). Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior foi o jornalista responsável por iniciar a história de sucesso do jornal gaúcho, homem que gostava de poesia, mas não era um apaixonado nem por advocacia, nem por política. Uma figura visionária, à frente de seu tempo, que fez do Correio do Povo um veículo representativo na esfera da comunicação do RS e também do país.

Esse veículo de informação e comunicação sempre evidenciou um posicionamento político claramente assumido e passou a fazer parte do grupo Record, em março de 2007, quando a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, comprou o jornal Correio do Povo, um dos mais tradicionais do Rio Grande do Sul, juntamente com outras empresas do grupo, a TV Guaíba e as rádios Guaíba AM e FM. (MASSARO, 2019a). O negócio também

incluiu o edifício histórico Hudson, situado na rua Caldas Júnior, no centro da Capital, onde funciona a redação do jornal desde 1946.

De acordo com Massaro (2019a), esse importante Jornal, que iniciou de forma modesta suas atividades, hoje representa uma parcela da população que busca em suas páginas, sejam impressas ou digitais, a informação precisa e atualizada, de acordo com as exigências dos tempos tecnológicos. A seção Política que apresenta o corpus desta tese prima pelos fatos que impactam diretamente o RS.

Com base nessas informações contextuais sobre a pesquisa e o objeto, chegamos à identificação das marcas linguísticas que orientam e definem a análise quanto aos aspectos culturais e políticos, com os conceitos de cultura, democracia, sociedade, coletividade, discurso político, encenação, logos e pathos, incorporando-os aos planos constitutivos da semântica global e, por fim, relacionando às concepções de cenografia e ethos discursivo. Ressaltamos, também, que os textos trazidos com opinião dos representantes do Sindicato da categoria - CPERS - são meramente ilustrativos, representam a oposição ao candidato e governador e não se configuram como base de análise.

Na sequência, apresentamos a análise do Discurso 1 - Promessa de campanha, que aborda o discurso político do então candidato Eduardo Leite no pleito ao Palácio Piratini.

5.1 ANÁLISE DO DISCURSO 1 - PROMESSA DE CAMPANHA

O primeiro discurso analisado faz referência ao período eleitoral do ano de 2018, quando o candidato a governador Eduardo Leite surgia como a esperança de dias melhores no contexto econômico, político e, principalmente, educacional do estado. Os governos que passaram pelo Palácio Piratini formularam as mesmas propostas de pequenos reajustes aos professores, o que nunca se efetivou e sempre gerou lutas, conflitos e greves, como forma de não acatar o que não era considerado justo.

O então candidato Eduardo Leite, dessa forma, representava o futuro da categoria do magistério, por ser jovem, ex-prefeito de Pelotas e, principalmente, filho de professora. Essa foi a imagem criada para se reportar ao candidato, na época, um ethos pré-discursivo de “salvador da pátria”. A postura sempre alinhada, com relação às vestimentas e modos, apresentaram um político diferente dos tradicionais e, então, a aceitação dos eleitores é intensificada, especialmente pela classe do magistério que, juntamente com a Segurança

Pública e demais servidores públicos, elevam o candidato a próximo governador do estado do RS, através de um discurso midiático.

A notícia que apresenta o primeiro corpus de análise, conforme Quadro 4, foi publicada pelo Jornal Correio do Povo, na seção Política e, posteriormente, reportada à Rádio Guaíba, emissora afiliada do jornal, na data de 03 de setembro de 2018. Compõe o cenário de uma série de entrevistas realizadas com os candidatos ao governo do estado naquele ano, as quais são reproduzidas pelo veículo de informação. Desde o título, “Eduardo Leite defende revisão do plano de carreira e prorrogação das alíquotas por 2 anos”, remetemo-nos para um novo cenário, principalmente ao gerar expectativas aos servidores estaduais que veriam no político a possibilidade de melhoria nas condições salariais.

Quadro 4 - Discurso do candidato Eduardo Leite

Eduardo Leite defende revisão do plano de carreira e prorrogação das alíquotas por 2 anos

Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano



Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano | Foto: Guilherme Almeida

O candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PSDB, Eduardo Leite, defendeu, em entrevista ao programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, uma revisão na estrutura do funcionalismo público e no plano de carreira. Para o ex-prefeito de Pelotas, é necessário rediscutir incorporações e benefícios concedidos, respeitando o direito adquirido.

"Temos que discutir a estrutura de carreira dos servidores, a previdência do Estado. Atualmente a folha de pagamento compromete grande parte dos recursos, então, é necessário reavaliar este modelo. O plano de carreira do RS é anterior a Constituição de 1988". Leite disse ser a favor da privatização da Sulgás, CEEE e CRM, estatais que estão em xeque em razão da necessidade de um plebiscito para que seja autorizada a negociação.

O candidato tucano, porém, fez a ressalva de que a Fundação de Economia e Estatística (FEE) deveria ter sido mantida.

O candidato defende a prorrogação por dois anos das alíquotas de ICMS para que o governo que entre tome real conhecimento real das finanças do Estado e assim elaborar um plano de ação para equilibrar as contas. Com um discurso técnico, o postulante ao Piratini falou em revisão de estrutura do Estado, avaliar secretarias e servidores baseados em critérios objetivos e reduzir a burocracia. Eduardo diz que não cabe mais o "esforçado não ser recompensado e o relapso não ser punido." Sobre os salários, ponto central destas eleições ao governo, Eduardo Leite se comprometeu em colocar em dia já no primeiro ano de governo. "Reconheço a dificuldade financeira do Estado, mas é possível e sem alterar a data de pagamento."

Fonte: Jornal Correio do Povo e Rádio Guaíba - 03/09/201, 13:43, atualizado 16h10min

O discurso, reproduzido no Quadro 4, em resposta às indagações relacionadas às propostas de governo do candidato ao Palácio Piratini, reflete o ano de 2018 que foi marcado, como acontece sempre a cada quatro anos, pelos pleitos eleitorais em nível estadual e federal, cenário propenso a debates múltiplos, acusações e promessas. O plano de carreira dos servidores estaduais foi a pauta da pergunta e serviu de temática para o então candidato a governador apresentar a sua versão política desse embate gaúcho. Há longos anos arrasta-se a polêmica salarial que não encontra aporte para ser ajustada conforme a realidade dos anos 20, nem tampouco apoio dos representantes políticos que “representam” o povo, uma vez que os funcionários públicos parecem ser percebidos como estorvos aos interesses políticos.

O candidato Eduardo Leite, dessa forma, surgiu como a opção que resolveria os problemas do estado de forma rápida e eficaz, otimizando qualidade e quantidade na geração de resultados positivos com uma imagem de si notadamente populista, conforme construção do veículo de informação em que o discurso foi divulgado. Os governadores que estiveram à frente do executivo gaúcho antes dessa eleição travaram inúmeros conflitos com os servidores pelo fato de não apresentar uma solução relacionada ao plano que gerencia a vida pessoal desses profissionais. No entanto, o candidato em questão se comprometeu, desde sua primeira aparição pública, em colocar os salários em dia no primeiro ano de governo, em vista que, além de serem pagos parcelados, aconteciam com constantes atrasos. No entanto, para viabilizar a sua promessa, seria necessária uma reestruturação em todas as instâncias administrativas do governo, o que, pela lógica temporal, compromete o prazo prometido.

Dentro desse quadro do funcionalismo está a parcela denominada profissionais do magistério, isto é, os professores e é nesses servidores que a análise será focada. Temos a concepção clara e a certeza de que a educação é o único caminho para uma sociedade melhor,

pois povo culto é povo próspero. No entanto, a situação da educação gaúcha há anos é tratada em segundo plano, uma vez que os recursos destinados são insuficientes quando deveria ser o contrário, construindo uma imagem administrativa de que educação não é prioridade por ser um dos estados brasileiros que pratica a Lei do Piso.

O Plano de Carreira, que apresenta direitos e deveres como amparo legal ao funcionalismo, é anterior à Constituição de 1988, sendo necessária e urgente uma revisão para se adequar às novas demandas educacionais, pois a educação não é mais a mesma na contemporaneidade. Por ser um documento produzido há mais de três décadas não atende à solicitação do Governo Federal que, no ano de 2008, instituiu e regulamentou a Lei do Piso que ainda hoje o estado gaúcho não conseguiu suprir cem por cento desse déficit salarial no bolso do professor. É importante reforçar que toda categoria profissional necessita de um amparo que tenha a legislação como texto principal; no caso dos professores, esse documento existe, porém não condiz mais com as necessidades atuais.

A Lei do Piso, que gera polêmica, discussões e diferentes pontos de vista, é um documento que busca nivelar os vencimentos dos professores da educação básica e pública do país todo, instituindo um vencimento inicial padronizado e que, conforme o nível de escolarização, o tempo de serviço, as atividades desempenhadas, as vantagens são acrescidas. No entanto, o estado gaúcho, dez anos após a implantação da Lei, não cumpriu com as responsabilidades financeiras com o seu funcionalismo, os profissionais da educação, e isso serve de combustível nas campanhas eleitorais, tal como acontece com o discurso político em análise. “O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 39). Essa foi uma das bandeiras de luta da campanha do candidato Leite que almejava o Palácio Piratini, conquistando seus eleitores por meio de uma linguagem de apoio ao funcionalismo e representação do povo gaúcho.

Os problemas são apresentados como símbolo de que é possível fazer diferente e ele faria se eleito fosse, existe diferença na postura do candidato e dos demais, pois ele seria alguém que detém ideias inovadoras em um cenário populista de vantagens ao povo. “Eduardo Leite defende revisão do plano de carreira e prorrogação das alíquotas por 2 anos” é o título da notícia à qual o discurso vincula-se; o candidato está instigando o funcionalismo a se mobilizar para garantir seus direitos, com a reestruturação do seu documento legal que é base para sustentar a carreira. Ao mesmo tempo que se compromete, também responsabiliza os outros por tomar a iniciativa de melhorias, por estar inserido em um contexto de embates históricos entre governo e classe dos professores, representados pelo CPERS - Sindicato.

A situação enfrentada pelo magistério gaúcho é de conhecimento público, porque as lutas se arrastam há anos e passaram por vários governos sem ter uma solução clara e definitiva do problema. A cobrança dos professores é por algo que está na lei e a justificativa do governo é a de que com um plano defasado essa garantia não está assegurada, gerando no estado o menor salário brasileiro pago aos profissionais da área da educação. Com a afirmação: “Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano”, um novo cenário político-administrativo é vislumbrado, pois receber de forma parcelada e com atrasos recorrentes não seria mais o pesadelo dos professores, criando entre eles e o candidato uma certa relação de proximidade.

Eduardo Leite representa a candidatura do partido PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), conhecidos popularmente como tucanos, e promete um estado com mudanças significativas, principalmente para os professores e demais servidores públicos estaduais por meio do direito à remuneração garantida e assegurada pela lei, o que ocorrerá se houver o voto de confiança. Como afirma o filósofo Aristóteles (2014, p. 54): “mas, querendo-se dar-lhe um sistema de educação, é estranho pensar que isto bastará para tornar o Estado virtuoso, e julgar que se poderá fazer a reforma por tais meios, e não pelos costumes, pela Filosofia e pelas leis!” A educação representa uma questão cultural e não deveria ser temática de jogo político; deveria sim ser o comprometimento maior dos representantes públicos, considerando o ser humano em sua totalidade. Os fundamentos que organizam nossas relações em sociedade servem, no entanto, como trampolim para impulsionar alguns políticos em suas campanhas e como poço, para afundar outros.

O cenário político-educacional, situação em que o discurso foi proferido, insere-se no período enfático de campanha eleitoral a nível estadual e federal, o que gera alteração de ânimos e acusações de todas as tipicidades; para quem almeja o poder maior na instância executiva, o discurso político é sinônimo de combustível. Uma declaração do candidato também protagonizou polêmica quando mencionou que os problemas do estado seriam resolvidos se o atual governador, José Ivo Sartori, “tirasse a bunda da cadeira”. Os conflitos gerados por esse posicionamento foram diversos, em função do termo pejorativo empregado, e, principalmente, por criticar o que não foi realizado durante o mandato de Sartori. O contexto enunciativo-discursivo dessa acusação protagonizou mais capítulos polêmicos na campanha ao Piratini, dividindo opiniões em prol do governador Sartori e em prol do candidato Leite.

Diante desses apontamentos, que situam nosso discurso no tempo e no espaço, afirmamos que o enunciado com modelagem política, então classificado como discurso

político, apresenta uma história do seu enunciador, bem como uma diferença entre as gerações que estão marcadas discursivamente pelas lutas de classe (HALL, 2006), na qual temos em uma extremidade o governo e seus aliados, na outra, os professores e sua representação sindical - CPERS. Assim sendo, o discurso político do candidato a governador do RS traz esperança e “uma luz no fim do túnel” para aqueles que preparam o aluno para o mercado de trabalho e para a vida, tendo a escola como um espaço onde as manifestações repercutem em forma de medos e abalos sociais (HALL, 2006). A educação é tão importante hoje que somente por ela e por seus protagonistas (professores e alunos) a construção de uma sociedade melhor pode ser projetada, por isso a luta pela garantia dos direitos necessários de todos que representam esse segmento de transformação sociocultural.

As relações de trabalho referentes à educação mudaram e, além da Lei do Piso, também temos como orientador o documento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que regulamenta a prática docente. Enquanto que o Piso do Magistério garante o rendimento financeiro do professor, a BNCC institui o aprendizado do aluno na educação básica. A discrepância entre o trabalho do professor e a remuneração recebida é um ponto essencial da campanha de Leite, visto que garantir o pagamento em dia é o primeiro passo para motivar o professor em sua prática docente para que os resultados positivos apareçam.

Conforme consta no enunciado do corpo da notícia, “Para o ex-prefeito de Pelotas, é necessário discutir incorporações e benefícios concedidos, respeitando o direito adquirido”, isto é, o candidato tem uma experiência em gestão pública na esfera do executivo e seu discurso tem por base a defesa de que os direitos conquistados sejam incorporados aos rendimentos dos servidores em um plano estruturado. A postura assumida na campanha é de aproximação com os servidores por meio de promessas de pagamento correto e em dia, contradizendo os demais candidatos ao governo que apontam os dados reais e comprovam que o pagamento não é uma promessa tão fácil de ser cumprida, muito menos em curto espaço de tempo. O discurso político populista do candidato Leite apresenta desafios que podem ser superados com a aproximação dos servidores.

A posição do CPERS - Sindicato é de contrariedade em relação à forma como a educação gaúcha foi debatida, encarada e valorizada nas últimas gestões, por esse motivo o candidato Leite apresenta-se como alternativa de mudança para melhor. Desde que José Ivo Sartori, no ano de 2015, assumiu o governo do estado, a crise estabelecida na educação solidificou-se até chegar aos níveis extremos. Conforme aquele governador, a crise financeira que o estado enfrenta é um dos mais graves entraves para não se investir mais na educação básica, seja na parte física ou de pessoas, no caso os servidores. A representação sindical dos

professores defende, entretanto, que a crise é uma falsidade e que esse seria o pior governo que o RS teve em termos educacionais.

Diante disso, torna-se possível perceber que as semânticas contraditórias entre governo e professores fazem parte da história e da cultura gaúcha. Um dos argumentos defendidos pelos professores e seus representantes, com relação ao pagamento do piso salarial, amparado por um plano de carreira, é o fato de o estado do RS apresentar um cenário com enorme potencial agrícola que poderia reverter em investimentos na educação. A expressão “com discurso técnico”, no corpo da notícia, demonstra que o candidato orquestrou seu discurso de forma a agradar seu público, conquistando o apreço e, conseqüentemente, o voto.

A notícia, em sua linha-fina, é uma chamada do jornal que reproduz o discurso do pretendente ao Palácio Piratini, apresentando uma promessa de campanha que seria efetivada assim que assumisse o cargo. “Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano”, informação essa que reforça a posição de quem sabe do que precisa falar e como apresentar soluções. Mais do que uma promessa, “o vínculo entre o chefe e o povo deve ser de ordem sentimental mais do que ideológico, num face a face entre o líder e as massas suscetível de lhe conceder uma legitimidade plebiscitária”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 108-109). Ao buscar o voto, prometendo o que o povo, servidores e professores esperam seria a garantia da conquista política: chegar ao poder executivo do estado do RS.

A situação de comunicação, marcada pela figura do candidato a governador e do jornal, apresenta diferentes esferas sociais que convergem para uma encenação que busca a comunicação por meio das marcas linguísticas expressas ou não na materialidade discursiva. “[...] apenas falar, é emitir as palavras e frases apropriadas, nas situações sociais apropriadas, no tom de voz apropriado e com a indireção evasiva apropriada”. (GEERTZ, 2015, p. 38). Nessa situação enunciativa, fica marcado o discurso politizado e populista do candidato e as inferências dos jornalistas do veículo de informação, cada um à sua maneira de se apresentar ao outro: professores, representantes da classe, leitores e políticos.

O candidato, enquanto enunciador que detém as artimanhas políticas, apresenta suas propostas de governo para o funcionalismo público, destinatário das promessas de campanha, como sendo aquele que vai restituir a dignidade financeira da classe, inclusive dos profissionais do magistério que há anos não conseguem a restituição mínima salarial, mesmo com as leis a seu favor. "Reconheço a dificuldade financeira do Estado, mas é possível e sem alterar a data de pagamento", enfatizou o candidato. O ponto chave de seu discurso é a informação do pagamento em dia dos salários, já no início do seu mandato, se eleito for, o que

agradou a todos os servidores estaduais e, conseqüentemente, familiares e amigos, ocasionando um efeito cascata de adesão ao candidato do PSDB.

As marcas do jornal, como a foto com o enunciador candidato centralizado, discurso direto e indireto intercalado e verbos de opinião, enquanto instância discursiva e veículo de informação, também estão presentes no enunciado pela maneira como o texto foi produzido e projetado ao público. Os discursos diretos do candidato foram selecionados com o intuito de responsabilizá-lo pelo que foi dito e isentar a posição do jornal: reforçando sua postura imparcial. “O candidato tucano” é uma construção discursiva que demonstra como a imprensa está enxergando a pessoa de Eduardo Leite, aludindo seu partido ao pássaro que os representa, isto é, aproximando o candidato e o jornal, mantendo a postura humana da instituição. O veículo jornal serve como intermediário entre o enunciador, candidato, e seus destinatários por meio da transcrição direta das suas promessas de campanha.

A foto do candidato, articulado ao discurso político proferido por ele, apresenta uma construção organizada para o momento enunciativo, pois o assunto em pauta é importante e a postura do representante tucano condiz com a seriedade que deve ser tratado. O jornal, também, é responsável pela apresentação da notícia reforçando a promessa de campanha: “Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano”. Essa transcrição, em ordem indireta, evidencia o posicionamento da instituição jornalística com relação aos rendimentos dos funcionários públicos.

O candidato constrói uma encenação discursiva para apresentar suas propostas de campanha e vai direto ao ponto que gera tanta polêmica: reestruturação do plano de carreira, pois somente após este estudo será possível pensar no pagamento do piso. “No campo político, a credibilidade dos atores é frequentemente afetada tanto por fatos que contradizem as intenções declaradas, quanto, como afirmado, por adversários que não se furtam a questioná-la”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 126). Por ser motivo de tanto desgaste no mandato do governador em exercício, José Ivo Sartori, abordar e apontar uma solução definitiva e a curto prazo para o pagamento em dia dos salários representa pontos positivos para Eduardo Leite. Porém, sua postura será questionada por outros candidatos e pelo público com o intuito de perceber o que de fato é a promessa e o que pode ser efetivado.

A partir desse momento enunciativo-discursivo, a relação entre enunciador e destinatário é fator que determina a progressão e a aceitação do discurso político do candidato, visto que “todo ato de linguagem é um agir sobre o outro”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 253). Ao discursar politicamente, o candidato ao Palácio Piratini busca a adesão dos eleitores para conseguir sucesso no pleito e mais do que isso, o apoio das esferas sociais que

estão insatisfeitas com o governador atual, porque a sua propaganda está justamente no discurso alinhado às necessidades imediatas dos servidores. Dessa maneira, o plano enunciativo - do estatuto do enunciador e do destinatário - é estabelecido pelas propostas de campanha que irão suprir as carências orçamentárias do funcionalismo no prazo de um ano, o que estabelecerá uma trégua entre governo e trabalhadores do serviço público, mais especificamente os professores.

Nessa conjuntura, afirmamos que, para compreender o discurso político do candidato, é necessário enquadrá-lo perante o estatuto do enunciador e do destinatário que, por sua vez, acrescenta a dêixis enunciativa com os apontamentos cronológicos (tempo) e topográficos (espaço). Consoante a Maingueneau (2008a, p. 89), “esses são o lugar e o momento que esse discurso produz como autoridades para legitimar tal enunciação”: estado do RS durante campanha eleitoral ao Palácio Piratini no ano de 2018. O discurso em análise, dessa maneira, também trabalha com a atemporalidade, porque as promessas, nesse momento enunciativo, representam resquícios e heranças de tempos de outrora que não foram cumpridos.

Tanto a cronologia quanto a topografia são artefatos da construção enunciativo-discursiva que vão se moldando de acordo com o momento da enunciação, uma vez que o político pode estar atuando “fora da governança”, no caso do candidato em análise, ou “dentro da governança”, no caso dos políticos eleitos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 258). Em ambas as instâncias enunciativas e posições políticas acontece uma situação em que a comunicação é essencial passando pelo crivo do tempo e do espaço, isto é, quando e onde o discurso faz sentido e pode ser manifestado: campanha eleitoral no RS.

“A ação política se desenvolve no tempo e no momento em que o homem político pronuncia promessas ou engagements, ele não sabe de que meios ele poderá dispor nem quais serão os obstáculos à sua ação”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 262). Como se está em clima de pleito eleitoral ao cargo máximo do executivo gaúcho e chegar neste local é sinônimo de conquista de poder, a conquista de adeptos e, conseqüentemente, de votos é o desafio, por isso as promessas são necessárias. “Temos que discutir a estrutura de carreira dos servidores, a previdência do Estado”, com essa informação o candidato se inclui como parte integrante da categoria. O emprego do verbo na primeira pessoa do plural e o sujeito oculto (nós) chancelam as marcas do enunciador (candidato) que se vê nas angústias e esperanças do funcionalismo.

O discurso do candidato Leite prossegue e é reproduzido na sequência: “Atualmente a folha de pagamento compromete grande parte dos recursos, então, é necessário reavaliar este modelo. O plano de carreira do RS é anterior a Constituição de 1988”. A informação, como

parte integrante do discurso, faz referência ao tempo presente com o emprego do vocábulo “atualmente”; no caso, o mês de setembro de 2018, quando se realizam as campanhas políticas. Também enfatiza o contexto histórico relacionando à lei maior que ampara os servidores gaúchos à Constituição Brasileira, reafirmando que é importante e urgente adequar a legislação vigente às exigências da contemporaneidade.

Ao expor sua posição de candidato, o discurso de Eduardo Leite passa a ser composto por um tom, uma vocalidade, também reproduz o caráter humano e expressa sua corporalidade no gestual e no modo de se portar. No discurso ora analisado, o tom apresentado é de seriedade e preocupação em resolver os problemas que se arrastam há tempo e envolvem aqueles que estão na linha de frente de produção do estado: os seus servidores públicos. Esse dizer parece ser manso e o tom tranquilo é reforçado pela postura de um ethos pré-discursivo de pacificador do candidato que traja roupa formal, casaco escuro aberto e camisa de cor clara, uma das marcas evidenciadas na maioria dos seus discursos, diante de uma cena validada de promessa de campanha.

Entendemos que “esse discurso supõe um enunciador cujos conhecimentos sejam abundantes e diversificados, capaz de tecer as redes de correspondências entre as múltiplas regiões do saber”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87). Ao colocar seu nome à disposição do partido político (PSDB), enquanto candidato, acontece uma relação de concordância com as ideologias partidárias e com os anseios populacionais na busca por uma aceitação nas urnas, pois são os estatutos do enunciador e do destinatário que legitimam o discurso. Sendo assim, tanto o enunciador e o destinatário precisam estar em consonância discursiva para corresponder e compreender o enunciado da esfera política.

Além da relação estabelecida e organizada pelo tempo e espaço enunciativos, configurados pela dêixis, o vocabulário é outro plano constituinte que corrobora na construção discursiva. Assim, a escolha lexical condiciona o enunciador a apresentar os dados e fatos de maneira que a naturalidade seja evidenciada e as propostas de campanha sejam possibilidades reais de intervenção. “Atualmente” e “Constituição de 1988” são empregos vocabulares que reforçam a opinião do candidato com relação aos entraves econômicos e financeiros: o primeiro, contextualiza o cenário gaúcho no momento presente e o segundo, realiza uma alusão histórica à lei máxima brasileira. Conforme Maingueneau (2008a, p. 80), “ não há muito sentido em falar do vocabulário desse ou daquele discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio”, visto que o vocabulário não significa sozinho, mas sim no sentido que lhe é atribuído.

O emprego vocabular possibilita a construção de sentidos, pretendidos ou não, no discurso porque toda palavra tem consigo uma valoração que justifica a escolha realizada. “As palavras usadas em situações recorrentes pelos mesmos tipos de locutores acabam por tornar-se portadoras de determinados valores”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 48). Esse valor é confirmado pelo emprego da expressão vocabular “data de pagamento”, a qual se tornou uma marca discursiva do candidato para justificar suas promessas em relação aos salários em dia, que eram pagos de maneira parcelada e com atrasos quando do seu discurso. Ao pronunciar essa expressão vocabular, os eleitores, principalmente os que compõem o quadro do funcionalismo gaúcho, projetam suas esperanças e expectativas em Eduardo Leite.

O discurso, embutido de múltiplos significados, rotula as possibilidades de leitura para configurar-se na materialidade linguística e assumir sentido de acordo com suas restrições contextuais (CHARAUDEAU, 2013). Essa associação faz parte do plano constitutivo denominado modo de enunciação. Aquele a quem se destina o discurso, denominado destinatário, possui crenças e valores que passam a ser interpretados a partir da apropriação do sistema linguístico realizada pelo enunciador, no caso, o candidato a governador. “Nessa perspectiva, o destinatário não é somente um consumidor de “ideias”. Ele acede a uma “maneira de ser” através de ‘uma maneira de dizer’”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 94, grifo do autor). A maneira como o discurso foi proferido criou nos profissionais do funcionalismo, especialmente os professores, a expectativa de pagamento em prazo certo o que garante que os compromissos assumidos na campanha passarão a ser válidos se o candidato receber o aval, por meio do voto da maioria.

Na concepção de Maingueneau (2008a, p. 94), “os conflitos entre formações discursivas evidentemente não se deixam reduzir a conflitos de classes sociais, mas, de um modo ou de outro, trata-se de fato de organizar uma relação com o mundo através da linguagem de uma comunidade”. As projeções de melhorias salariais para o funcionalismo público gaúcho projetam um cenário favorável ao enunciador discursivo, candidato Eduardo Leite, porque ele constrói um ethos confiável, do político populista comprometido com a situação do povo.

A construção da retomada temporal com a expressão vocabular “anterior a Constituição de 1988”, possibilita ao seu destinatário inferir que somos amparados por uma lei nacional, mas que é originária de mais de três décadas e, assim como o plano de carreira do magistério estadual, necessita de revisões. Portanto, “compreende-se que a constituição de um modo de enunciação específico articulado sobre esquemas corporais se torne crucial”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 94). O enunciador, além de apresentar um discurso de

convencimento e aceitação do seu destinatário, necessita da confiança, o que é realizado pelo candidato como forma de assegurar que seu posicionamento condiz com seu dizer, de político preocupado com o futuro do estado, o que também é reforçado pelo jornal.

Assim sendo, o discurso, construído por meio de um quadro enunciativo, associa-se às cenas enunciativas englobante, genérica e cenografia que passam a significar de forma global (MAINGUENEAU, 2020). Essas cenas são construídas e projetadas na esfera do discurso por intermédio da enunciação que modaliza e seleciona o léxico, diante da possibilidade de pagamento em dia, sem atrasos e parcelamentos, bem como de um novo cenário com a reestruturação do plano que ampara a categoria dos servidores do funcionalismo. Os fatos abordados no discurso do candidato, bem como em todo o corpus de análise, configuram o tempo e o espaço da cena enunciativa e apresentam as formações discursivas, construídas na imagem do enunciador e do destinatário, uma vez que “qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75). Na sequência, esta análise foca-se, especificamente, nas cenas da enunciação.

O discurso político, sob análise, configura a cena englobante da enunciação, por enquadrar o enunciado conforme seu estatuto pragmático (MAINGUENEAU, 2008b), isto é, o tipo de discurso, no caso, o político jornalístico. Essa cena valida as intenções do enunciador, então candidato, no contexto de campanha política ao governo do estado do RS, reforçando suas crenças e ideologias. A cena genérica é a notícia e “é a de contrato associado a um gênero” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75). O gênero jornalístico notícia relata os acontecimentos retratados em sua apresentação, pois o jornal, enquanto enunciador, tem o compromisso da veracidade dos fatos com o seu público destinatário.

Conforme Mendonça Jorge (2006, p. 04), questionamentos como “qual a exata importância de uma informação dada por um político ou do que foi dito em um simpósio científico, ou melhor, a informação dada é mais importante que outra?”, são fatores que organizam a construção da notícia. Diante disso, é que as escolhas lexicais condicionam a uma leitura específica e, nesta análise, remetem a uma possibilidade de melhoria na vida funcional dos servidores do estado, de acordo com a construção discursiva escolhida e reproduzida pelo jornal Correio do Povo.

O Quadro 4 apresenta a materialidade linguística em análise e, a partir da sua leitura, constatamos que a cenografia é parte constituinte discursivamente, sendo produzida pelo próprio discurso. Isto é, uma forma de pertencer ao dizer que “legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-lo, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é

precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência [...]”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 73). As propostas de campanha do candidato Eduardo Leite, assim, têm a intenção de projetar um novo cenário ao funcionalismo gaúcho, com possibilidade de melhora em um curto espaço de tempo.

A cenografia estabelece a relação entre o enunciador e o destinatário discursivo e os seus pathos, paixões, no discurso, “pois os que procuram comandar devem se tornar legítimos e fidedignos, e os que aceitam submeter-se por delegação interposta procuram controlar o poder outorgado e mesmo reivindicar o direito de questionar sua aquisição”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). Dessa forma, a informação “Candidato ao governo do Rio Grande do Sul promete salários em dia já no primeiro ano”, possibilita ao eleitor escolher um representante que compartilhe das mesmas paixões que as suas, no caso, a valorização do funcionalismo gaúcho, em especial do magistério.

Outra cenografia é construída com a afirmação “é necessário rediscutir incorporações e benefícios concedidos, respeitando o direito adquirido”, isto é, para melhorar os vencimentos salariais é preciso, antes de tudo, analisar e partir dos benefícios e direitos existentes, visto que “a persuasão relaciona-se com a paixão, mas também com a razão”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). Para buscar a aceitação do seu público eleitor, o candidato mobiliza suas paixões, mas também apresenta a sua realidade.

A cenografia mobilizada apresenta um cenário de perspectivas melhores para o funcionalismo gaúcho com a pessoa do candidato Eduardo Leite, porque os salários em dia são o ponto central das eleições e ele surge como a imagem de mudança. Essa cenografia representa que “a autoridade das instituições políticas representativas se encontra nesse espaço desestabilizada e contestada pelas críticas da sociedade civil”. (AMOSSY, 2016, p. 134). O candidato Leite projeta uma imagem de si, de propulsor, de melhoria no quadro salarial do funcionalismo gaúcho que não se encontra em acordo com o atual governo.

O discurso do candidato ao Piratini aponta como possível solução uma análise das leis que amparam os trabalhadores com incorporação de alterações, conforme o cenário atual. “O candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PSDB, Eduardo Leite, defendeu, em entrevista ao programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, uma revisão na estrutura do funcionalismo público e no plano de carreira”. Instaura-se, dessa maneira, uma cenografia a partir de uma cena validada que está posta, registrada na memória discursiva da comunidade e projeta mudança para os funcionários estaduais.

A cenografia aí construída faz referência a essa cena validada já disponível, representa melhorias no cenário salarial dos funcionários estaduais, constrói um ethos

discursivo de comprometimento com o povo porque, conforme Leite, não cabe mais o “esforçado não ser recompensado e o relapso não ser punido.” Os funcionários precisam ser valorizados de acordo com o retorno, em forma de trabalho prestado, que apresentam ao estado.

Com base nas cenografias instauradas, o discurso político passa a ser válido quando assume uma apresentação do enunciador ao seu destinatário, uma imagem de si construída e projetada na enunciação pelo ethos discursivo. Assim sendo, o dizer do candidato Eduardo Leite, configurado como discurso político de campanha, constrói um ethos que procura a adesão dos seus eleitores, porque “o modo de dizer autentica a mensagem”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 26). Isso pode ser verificado em “Temos que discutir a estrutura de carreira dos servidores, a previdência do Estado”, que projeta um ethos de solidariedade com os funcionários, representado pelo verbo na primeira pessoa do plural como forma de adesão à causa. Também possibilita afirmar que a reestruturação da lei será orquestrada por ele e por seus aliados no espectro político-partidário.

O jornal ao informar que “O candidato defende a prorrogação por dois anos das alíquotas de ICMS para que o governo que entre tome real conhecimento real das finanças do Estado e assim elaborar um plano de ação para equilibrar as contas”, verificamos ocorrer a incorporação desse dizer procurando um fiador para o discurso, isto é, o governador que será eleito. Assim, a enunciação é legitimada, porque infere à necessidade de ações para concretizar as promessas de campanha, conhecendo as reais situações financeiras do RS, visto que a noção de ethos apresenta “seu laço crucial com a reflexibilidade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Desse modo, o discurso político do candidato permite afirmar que “equilibrar as contas”, significa pagar em dia o funcionalismo.

Ao abordar a temática salarial, o modo de coesão discursivo é constituído no todo e o título da notícia, no qual o discurso político está inserido, apresenta o posicionamento do candidato com relação ao funcionalismo estadual, do qual fazem parte os professores, temática do estudo: “Eduardo Leite defende revisão do plano de carreira e prorrogação das alíquotas por 2 anos”. Ao estudar e analisar a lei estadual que ampara os funcionários e prorrogar prazos de pagamento, é possível pagar em dia, sem parcelamentos ou atrasos.

Com base na abordagem dos planos constitutivos da semântica global enfatizados nesta análise – estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e vocabulário – compreendemos e depreendemos o ethos discursivo do candidato a governador Eduardo Leite. A temática salarial possibilita inferir que, mesmo não sendo

hierarquizante, apresenta importância no discurso político analisado e na construção enunciativo-discursiva da materialidade linguística, visto que “os temas mais importantes são aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81). O tema, portanto, possibilita estabelecer uma relação de intertextualidade no discurso político do candidato com promessas realizadas por outros candidatos, mas que não foram cumpridas.

Dessa maneira, o corpus de análise pertence à construção de um quadro enunciativo-discursivo, no qual o ethos discursivo é projetado, pois o sentido passa a ser validado a partir da formação discursiva e das semânticas contraditórias nas pessoas do enunciador e do destinatário. O ethos “é uma noção *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento social avaliado, que só pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação histórica e socialmente determinada”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 13, grifo do autor). Assim, o discurso político em análise está amparado em uma voz, um tom, um caráter, uma corporalidade e uma incorporação do seu eleitor, enquanto fiador do processo político; são esses elementos que garantem a eficácia comunicativa, visto que o candidato revela firmeza e moderação ao realizar seu discurso. Tais aspectos possibilitam a projeção de promessas passíveis de efetivação, bem como de valorização do funcionalismo.

O ethos discursivo manifesta-se de maneira vinculada à enunciação, uma vez que pode ser compreendido “como um comportamento, um costume”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). A partir das cenas validadas, constitui-se o ethos pré-discursivo ou prévio de esperança, pois o candidato a governador Eduardo Leite, no seu discurso, projetou uma imagem de aproximação com o funcionalismo público estadual ao se posicionar “a favor da privatização da Sulgás, CEEE e CRM, estatais que estão em xeque em razão da necessidade de um plebiscito para que seja autorizada a negociação”. Com base nessas negociações, o pagamento em dia do funcionalismo seria algo possível de ser efetivado, já que teria disponibilidade financeira, caixa para tanto.

O enunciador é configurado por um ethos discursivo, que projeta uma imagem de si no discurso político e mostra que “é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito”, quando ele é sugerido, e o “mostrado”, entre os comentários sobre a fala e o que não decorre disso”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12, grifo do autor). Ao afirmar que reconhece a dificuldade financeira do Estado, o candidato projeta um ethos dito de conhecimento da situação, aquilo que ele enunciou e, ao mesmo tempo, instaura um ethos mostrado pela informação afirmando que “mas é possível e sem alterar a data de pagamento”. As

informações estão imbricadas da mesma maneira que os *ethos* aqui presentes, isto é, que as dificuldades existem, porém o destinatário interpreta ser possível superá-las.

Conforme Maingueneau (2008a), o *ethos* dito é aquilo que acontece efetivado no enunciado e o mostrado é a manifestação interpretativa desse dizer. A partir dessa colocação, podemos afirmar que o *ethos* discursivo do candidato, enquanto incorporação do dito e do mostrado, é reforçado pela postura populista que busca a aproximação e a urbanidade com os seus eleitores, especialmente com os funcionários estaduais, neste trabalho, compreendidos como os destinatários professores. O candidato a governador manifesta seu *ethos* discursivo em um dizer politizado que busca a persuasão e a aproximação com seus eleitores e, principalmente, com o funcionalismo público estadual, demonstrando sua personalidade passivadora, configurada como imagem de si.

A organização do discurso político passa também pelas três dimensões do *ethos*. (MAINGUENEAU, 2020). A dimensão categorial, representada pelo jovem candidato ao governo do estado, Eduardo Leite; a experiencial, que aborda o bom senso do candidato ao pronunciar seu discurso e a ideológica, abordando os posicionamentos políticos do candidato que o caracterizam como populista. Essas categorias, além de apresentar as marcas linguísticas na enunciação, também representam os elementos que envolvem a cultura, o *logos* (argumentos discursivos), o *pathos* (paixões) e o *ethos* discursivo (imagem de si) do candidato que busca os votos da população gaúcha para assumir o governo do RS.

O candidato a governador, ao ter enfatizada pelo jornal a informação, "Reconheço a dificuldade financeira do Estado, mas é possível e sem alterar a data de pagamento", afirma existir uma realidade nas finanças estaduais que projetou o cenário atual, porém, em seu governo, o funcionalismo receberá o salário em dia. A informação configura o seu *ethos* discursivo, resultado do que é dito e do que é mostrado, de aproximação com os profissionais estaduais, visto que "o leitor pode ver a representação do espaço por meio da cenografia". (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 116). Dessa forma, a cenografia construída estabelece relação de espaço e tempo no discurso com o estado do RS, durante a campanha eleitoral do ano de 2018, e projeta um *ethos* discursivo que chancela as propostas do candidato.

As escolhas enunciativo-discursivas, reproduzidas em discurso direto pelo jornal, representam afirmações feitas pelo candidato a governador do RS, Eduardo Leite, em seu discurso político de campanha e apresentam pistas relacionadas à construção de seu *ethos* discursivo: "o *ethos* é uma *noção discursiva*, ele se constrói mediante o discurso, não se trata de uma "imagem" do locutor externa à fala". (MAINGUENEAU, 2020, p. 13, grifo do autor), uma vez que toda enunciação apresenta um propósito, no caso, a aceitação nas urnas e passa a

ser validada quando aceita pelo destinatário. Objetivando apresentar as cenas enunciativas, as cenografias e os ethos construídos, a partir da notícia, elaboramos o Quadro 5 como resumo do discurso político-jornalístico analisado.

Quadro 5 – Cenografia e ethos discursivo do candidato Eduardo Leite

Discurso que defende revisão do plano de carreira		
Cena englobante: discurso político/jornalístico		
Cena genérica: notícia		
Cenas enunciativas: cultura, democracia e sociedade	Cenografias construídas: coletividade, encenação, logos, pathos	Ethos discursivo: projeção da imagem de si
Revisão do plano de carreira do funcionalismo gaúcho	Cenografia de melhores condições salariais	Ethos de pacificador, de tranquilo
Discurso político com preocupação social	Cenografia de comprometimento do governo com o funcionalismo	Ethos de confiabilidade, de crédito
Aumento salarial representa mudança para melhor	Cenografia de valorização do funcionalismo	Ethos de comprometimento, seriedade
Discurso de que é possível organizar as finanças estaduais	Cenografia de mesmos anseios entre governo e funcionalismo	Ethos de solidariedade, de chefe
Ethos discursivo de conciliador/articulador com relação à classe do funcionalismo (magistério)		

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Com base nessa análise, constatamos que o ethos discursivo instaurado no discurso político populista representa a imagem de um candidato que busca a garantia dos votos do eleitorado gaúcho para implementar suas ideias e assumir a posição executiva de governador do RS. A apresentação de propostas que são anseios do funcionalismo projeta o ethos discursivo, por meio da imagem de si construída, de conciliador/articulador com relação à classe do funcionalismo gaúcho, em especial, o magistério que, há anos, luta pelos seus direitos.

Na sequência, apresentamos o segundo discurso de análise que é datado ao final do primeiro ano de mandato do governador à frente do Palácio Piratini.

5.2 ANÁLISE DO DISCURSO 2 - A LEI DO PISO: PRIMEIRO ANO

O segundo corpus de análise é um discurso político, reproduzido em forma de notícia, do então governador do estado do RS, em evento no Vale do Taquari na data de 13 de dezembro de 2019, divulgado na Rádio Guaíba, em Porto Alegre, por Lucas Rivas (13/12/2019, às 21h50min), quando nega que o reajuste do magistério seja fictício.

Na sequência, inserimos o Quadro 6, quando da inauguração de um complexo avícola em Arroio do Meio (RS), no Vale do Taquari, o governador, Eduardo Leite, no fim de seu primeiro ano de mandato, destacou que a diferença de remuneração entre o professor de início ao fim de carreira saltou de 52% para 75%. Essa notícia foi divulgada no dia seguinte à apresentação de dados referentes aos percentuais e respectivos níveis e classes, realizada pelo executivo gaúcho.

Quadro 6- Discurso político do governador

Leite nega que nova proposta para o Magistério envolva reajuste “fictício”

Governador citou Churchill e Margaret Thatcher e criticou suposto “delírio” do Cpers em defender que piso seja vencimento inicial



Eduardo Leite falou sobre proposta para o Magistério | Foto: Felipe Dalla Valle / Palácio Piratini / Divulgação / CP

Após o Cpers Sindicato ter criticado o novo projeto para o Magistério, apresentado ontem pelo Executivo, o governador Eduardo Leite (PSDB) negou, nesta sexta-feira, que seja “fictícia” a possibilidade de aumento real, em três anos, de 19,8%. Ao participar da inauguração de um complexo avícola em Arroio do Meio, no Vale do Taquari, Leite destacou que a diferença de remuneração entre o professor de início ao fim de carreira saltou de 52% para 75% com o novo texto sugerido.

Conforme o Executivo, a proposta separa os professores com Mestrado dos com Doutorado, unidos no mesmo nível no projeto original. Com os novos valores, a remuneração chega a R\$ 4,7 mil para doutores em fim de carreira, em 2020, e a R\$ 5,3 mil, em 2022. Já para profissionais em início de carreira o salário passa de R\$ 2,5 mil, em 2020, para R\$ 3,2 mil, em 2022.

“Não tem nada de fictícia a mudança. É dinheiro no bolso do professor, especialmente para aqueles que estão em sala de aula. Hoje, um professor recebe R\$ 2,3 mil de salário básico, mas como o valor está abaixo do Piso Nacional, ele precisa de um corretivo de R\$ 226. Com a nossa proposta, este professor, com graduação, vai sair destes R\$ 2,5 mil para mais de R\$ 3 mil, nos próximos anos. É dinheiro no bolso de 40 mil professores beneficiados”, reforça.

Leite parafraseou os ex-primeiros ministros do Reino Unido, Winston Churchill e Margaret Thatcher e ainda classificou de “delírio” a proposta do Cpers – de estabelecer o piso como valor inicial para servidores ativos e aposentados no Rio Grande do Sul. “Aquilo que o sindicato pensa, quer e deseja, que foi um delírio e que ele estimulou a muitos, é absolutamente impossível, que é aplicar o piso como vencimento inicial na tabela existente, o que significaria os 100 mil professores aposentados receberem R\$ 4 bilhões, por ano, a mais. Isso não é melhorar a educação, é um dinheiro que o Estado não tem. Então, talvez o sindicato seja um sindicato dedicado aos aposentados porque, pela Educação, não é”, criticou.

Eduardo Leite reiterou confiança para aprovação do pacote de reformas, previsto para começar a ser votado na próxima terça-feira. Segundo o tucano, caso as propostas sejam chanceladas no Legislativo, o Estado vai poder, no fim de 2020, abrir mão de R\$ 3 bilhões anuais provenientes, hoje, da majoração de ICMS.

Promessa de colocar salários em dia fica mais distante

Leite também foi questionado sobre a promessa de campanha, de colocar em dia os salários atrasados e parcelados dos servidores após primeiro ano de mandato. O chefe do Executivo lamentou ter herdado um passivo de R\$ 700 milhões, e lembrou que receitas foram antecipadas pela gestão passada.

Além disso, elencou como ponto determinante o recuo para venda das ações do Banrisul, com as quais o Estado previa arrecadar mais de R\$ 2 bilhões. “As iniciativas mais importantes, infelizmente, não frutificaram, especialmente a venda das ações do Banrisul. Mas, isso não significa de forma alguma que desviaremos do nosso objetivo, que é colocar o salário em dia e nunca mais atrasar”, concluiu.

Fonte: Rádio Guaíba, por Lucas Rivas (13/12/2019, às 21h50min)

O discurso, no Quadro 6, foi pronunciado em momento posterior a uma crítica ao novo projeto apresentado aos representantes da educação no estado - CPERS Sindicato. Segundo

essa entidade, tanto o projeto quanto às possibilidades de efetivação não condizem com o cenário atual, sobre o qual comentamos na sequência, argumento defendido antes mesmo da apresentação formal da proposta. O governador, notadamente populista, minimiza o conflito existente entre as diferentes instâncias discursivas e seu discurso foi interpretado como ameaça por parte da classe na época, ao afirmar que “é dinheiro no bolso do professor, especialmente para aqueles que estão em sala de aula”, isto é, o benefício será para aqueles que estão na ativa.

A educação gaúcha, por meio de seus representantes legais, vem há anos lutando por direitos, mesmo que assegurados pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabeleceu o valor mínimo do piso salarial do magistério, valor que não se consolida no RS, instaurando uma situação de crise na educação pública gaúcha. “Somos, portanto, seres ao mesmo tempo coletivos e individuais, duas componentes que, ao dialogarem entre si, se enriquecem mutuamente e se determinam reciprocamente”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 51). Os problemas relacionados à falta de estrutura física e humana, parcelamento e achatamento de salário, bem como pagamento do piso básico – rendimentos iniciais ao ingressar na classe do magistério - são agravantes em uma constante mobilização dos órgãos representantes dessa classe, como o CPERS - Sindicato que apresenta um discurso contrário ao do governador, enfatizando o aumento real.

Muitos foram os pedidos de atenção à classe de professores do estado do Rio Grande do Sul, sob a forma de greve, paralisações, audiências públicas, entre outras maneiras e manifestos para garantir a legitimação dos direitos do magistério público. O cenário atual, além de diversas crises já ocorridas ao longo dos anos, também enfrentou uma pandemia mundial – Covid-19 – visto que as escolas permaneceram com as aulas suspensas e o retorno foi um momento de muitas incertezas. Na concepção de Hall (2006), quando isso acontece é para refletirmos sobre as verdades e os ideais, o fechamento dos muros serve de aprendizado e reinvenção. A educação reestruturou-se para enfrentar o novo ensino, na mescla entre o presencial e o remoto, desafios que fazem parte e que fomentam o processo de ensinar.

O governador Leite, após explicar, no dia anterior, em um quadro os níveis e vencimentos do funcionalismo, reafirmou que os professores “receberão” mais do que o valor estipulado em lei: “É dinheiro no bolso de 40 mil professores beneficiados”, representando as implicações do jornal. Essa afirmação não condiz com a realidade de sala de aula: professores mal pagos e com parcelamentos salariais há algum tempo, além de estrutura física inadequada, excesso de alunos por turma, ou seja, o discurso parece mascarar uma situação conflitante, pois não estaria levando em conta a situação em que se encontra a educação do

RS. Apresenta-se também a conjunção adversativa “mas”, que faz total diferença no discurso, visto que assume uma posição de contrariedade em relação ao afirmado anteriormente, isto é, o pagamento não está ajustado ao valor estabelecido pela Lei do Piso.

A realidade educacional não é reflexo da atual gestão gaúcha, mas resultado de mais de três décadas de conflitos entre a classe dos professores e os governos estaduais. Como prega Aristóteles (2014, p. 20), “o estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo”, as enjambrações políticas acontecem, muitas vezes, sem conhecer a realidade ou sem levar em conta o ser humano, mas os interesses pessoais. É nesse cenário que o governador Eduardo Leite encontrava-se naquele momento: ajustar a realidade do magistério gaúcho aos constantes vai-e-vem discursivos amparados pelos movimentos políticos que tentam romper com a continuação da prática política de governo anterior, tais como o pagamento atrasado, abaixo do piso e parcelado arrasta-se dos mandatos de governos antecessores.

No ano de 2022, temos um novo cenário político, social e educacional, o pagamento está acontecendo em dia para os profissionais do magistério, bem como não se apresentam mais os constantes atrasos de épocas passadas e, ao mesmo tempo, se sustentam perspectivas de melhorias. O problema do não pagamento do piso salarial não é exclusividade surgida na gestão do atual governador do RS, pois são resquícios e lacunas deixados por administrações passadas, porém, estando à frente da administração estadual, compete ao atual governo administrar e gerir os impasses.

Esse discurso político assume importância social no momento em que acontece a declaração do governador Eduardo Leite, que provocou troca de acusações entre professores, representados pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS - Sindicato), por meio de redes sociais, rádio, televisão e aliados do Governo. A classe do magistério gaúcho percebia na figura política do futuro governador alguém que, no poder, solucionaria todos os problemas financeiros do estado do RS em um curto prazo de tempo; transmitiu confiança e recebeu o apoio da população, porém não conseguiu efetivar até então as promessas da campanha. O cenário é de alguns avanços, como por exemplo, o pagamento em dia dos servidores do magistério, porém ainda são demandados ajustes que consomem mais tempo e espaço. O governador restituiu algumas faltas expressivas reivindicadas pela categoria, porém tem as suas exigências: não será possível que todos recebam de forma igualitária.

Nesse momento da análise é importante apresentar uma posição contrária àquela do governador, por meio de fragmentos de uma notícia, também publicada no jornal Correio do Povo, na seção Política, datada de 15.10.2019, que traz a versão e o posicionamento do

CPERS- Sindicato, antes mesmo de o governador discursar com seu quadro das progressões e vantagens. O texto é uma resposta à proposta que foi apresentada de maneira sintetizada e didática pelo governador, mas, conforme a representante da categoria, Helenir Schürer, não é condizente com a realidade da educação gaúcha. Segundo ela, “as propostas do governador Eduardo Leite que alteram a estrutura do funcionalismo público gaúcho vão resultar no fim do Plano de Carreira dos professores”. Também classificou a iniciativa como “nefasta e nociva”, além de ser um “achatamento” histórico da carreira, adjetivos negativos que nada agradam à classe no seu dia comemorativo.

A realidade da educação gaúcha representa as oposições de força entre governo e educação fomentados pela Lei do Piso do Magistério e as alterações no Plano de Carreira percebidas como “uma forma desumana de fazer caixa”, conforme a representante da entidade, Helenir Schürer. Continua seu posicionamento enfatizando que “jamais digam que o governador Leite pagou o piso para o Magistério do Estado do Rio Grande do Sul, porque não é verdade, quem vai pagar o seu próprio piso é o professor”, afirmou. A retirada de vantagens como triênios e quinquênios, conquistas asseguradas pelo tempo de serviço, são exemplo de que o pagamento em dia afetou a economia do professor, pois esse perdeu direitos que antes faziam parte da sua folha salarial.

As posições contrárias são claras, tanto que o governador recebeu denominações reproduzidas em cartazes levantados por professores. “Leite é o dragão do mal” e “Eduardo Leite, o exterminador do futuro”, são expressões adjetivas que caracterizam como a imagem do representante maior da política do estado foi percebida na esfera educacional. A cenografia construída, por meio dessas manifestações, representa um cenário de crise entre o governo e o magistério gaúcho. Isso se deve à retirada das vantagens conseguidas após anos de luta produz um achatamento no Plano de Carreira do Magistério e não condiz com o que reforça a Lei do Piso Nacional defendida pela instituição sindicalista CPERS, instaurando assim um ethos conflitante entre o governo e os professores.

Outro ponto muito enfatizado pelo Sindicato, enquanto instância discursiva, é a progressão salarial como mérito pela busca de mais conhecimento e formação. “Lembro a palavra do governador dizendo que ia mexer no plano para tornar a carreira mais atrativa. Pergunto a vocês: qual a atração de um professor se qualificar, fazer pós-graduação, mestrado, doutorado, e saber que a diferença do salário será de 7%?”, indagou a presidente do CPERS, Helenir Schürer.

Com base nas declarações da representante dos professores, constata-se que o discurso político do governador já estava em tramitação há algum tempo e passou pelo crivo dos

interessados. A intenção com a apresentação desse texto é contrapor os dois lados de uma mesma moeda, no caso, o pagamento do piso do magistério. Ao apresentar o vocábulo “nova” para se referir à proposta, instaura-se uma possibilidade que antes não existia, tudo que é novo significa que antes não fazia parte do contexto.

A situação de comunicação do discurso político em análise envolve na enunciação o governador, professores e jornalista e, nesse processo comunicacional, pistas são deixadas por uma fala amparada em um processo da encenação. Stuart Hall (2006, p. 59) comenta que “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. O enunciador, então governador, rompe com o esperado, mediante a situação atual do magistério, para afirmar o reajuste salarial e a valorização financeiramente daqueles que há tanto lutam por seus direitos: os professores.

De um lado, o governador refere-se à classe do magistério estadual com certo afastamento, pois utiliza determinados termos para se referir ao professor que legitimam o estatuto de enunciador em seu dizer: “do professor”, “aqueles”, “ele”, “um professor”, “este professor”, “professores”. Aqui se reafirma a conduta de que o governador não faz parte dessa classe, existe certo distanciamento, mas ele está tendo seriedade para articular mudanças significativas. Por outro lado, temos marcas de um destinatário que infere a postura dos professores: “após o CPERS - Sindicato ter criticado o novo projeto para o Magistério”, esse comentário, do jornalista responsável pela notícia, reafirma a crítica à maneira como o pagamento do piso vem sendo encarada na atual gestão do Palácio Piratini.

Também temos as marcas do jornalista no enunciado que ao selecionar determinados trechos do discurso direto do governador, está a intermediar o discurso e a transcrever em ordem direta o texto que não é de sua autoria, reproduzindo um discurso politizado sobre a temática salarial. Ao produzir a notícia, o enunciador adere à linha editorial do jornal, que é de informar com um viés histórico, inovador e humano, conforme a instituição defende. A construção da notícia corrobora para criar uma imagem do governador, por meio do discurso indireto que traz a posição jornalística. A palavra discursiva “fictício” apresenta o encapsulamento da polêmica (conflito) do piso, marcado pelo recurso linguístico das aspas posicionando a imprensa contrária ao governador, é um outro discurso inserido na notícia.

O jornalista enunciador, Lucas Rivas, obedece às regras do campo linguístico da cena genérica da notícia ao apresentar o discurso político do governador por meio da marcação direta das aspas, intermediando a fala do governador. De acordo com Traquina (2005, p. 14),

“não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da cultura dos profissionais que dedicam as suas horas e, às vezes, as suas vidas, a esta atividade”. Entretanto, esse profissional é o construtor do texto, é o jornalista quem fala, apresenta uma maneira, um estilo próprio de construção discursiva, faz as escolhas que julga relevantes naquele momento enunciativo e configuradas pelo alinhamento político editorial do jornal.

A informação “Governador citou Churchill e Margaret Thatcher e criticou suposto “delírio” do Cpers em defender que piso seja vencimento inicial” comprova seu posicionamento em relação ao discurso do governador: ele cita a “dama de ferro” porque também pensa como ela, é intransigente, não muda de opinião, mesmo que os dados apontem de forma contrária. Tanto a figura política de Churchill quanto a de Thatcher configuram uma cenografia conservadora, desencadeada pela nossa memória discursiva e são enfatizadas pela instituição discursiva representada pelo jornal. Aqui temos um ethos de autoridade construído em uma cenografia de poder na busca por fiadores que validem o discurso político do governador, configurando assim a adesão do jornalista à fala do então governador.

A postura de fala do governador constitui-se, enquanto representação, como uma encenação do discurso. “A máscara não é necessariamente o que esconde a realidade. É verdade que em nosso mundo ocidental ela tornou-se – nas representações – um signo de dissimulação e mesmo de fraude: quanto mais ela oculta, mais simula”. (CHARAUDEAU, 2017, prólogo). Torna-se válido, desse modo, levar os professores a pensar que as informações são verídicas, não comentar a real situação e deixar que os dias transcorram normalmente, buscando a persuasão pelo poder da argumentação, recurso próprio de líderes políticos populistas.

A relação entre enunciador e destinatário pode ser traduzida com a inferência de que este “incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 73). Assim, esse plano enunciativo – do estatuto do enunciador e do destinatário – é representado pelas promessas de melhoria: “negou, nesta sexta-feira, que seja “fictícia” a possibilidade de aumento real, em três anos, de 19,8%”. O então governador, enquanto enunciador, informa que o aumento salarial vai ocorrer construindo uma cenografia com números reais de pagamento e instaurando um ethos positivo que remete a um progresso nas interlocuções.

O estatuto do enunciador e do destinatário instaura a dêixis enunciativa a qual representa a inserção do discurso em determinado tempo (cronologia) e espaço (topografia). De acordo com Maingueneau (2008a, p. 89), “de uma maneira ou de outra, trata-se de estabelecer uma cena e uma cronologia conforme as restrições da formação discursiva”. No

caso do discurso político analisado, o tempo e o espaço estão marcados: o mandato de governador do estado, dezembro de 2019; o espaço constitui a situação de enunciação e é o próprio estado do RS com seus eleitores, mais especificamente profissionais do magistério ou pessoas que dependem, direta ou indiretamente, do contexto educacional. O discurso analisado, mesmo datado, pode ser classificado como ainda relevante ou persistente em razão dessa luta de classe antiga, uma vez que há mais de uma década buscam-se os direitos de remuneração justa, conforme trabalho docente realizado pelos profissionais que atuam em escolas estaduais.

Para cada momento enunciativo, faz-se necessário construir os elementos cronologia e topografia, visto que, nem sempre, esses estarão marcados no próprio discurso, “uma vez que o comportamento humano é visto como ação simbólica”. (GEERTZ, 2015, p. 8). No corpus em análise, existe a presença concreta do tempo e espaço quando se tem a data do discurso e o ambiente a que ele se destina, pois a situação do discurso representa o aqui e o agora configurados como marcas do tempo e do espaço linguístico.

A informação, apresentada no discurso político do então governador, “é dinheiro no bolso de 40 mil professores beneficiados” parece sugerir que uma quantidade expressiva de profissionais terá seus rendimentos reajustados e, assim, uma condição mais favorável entre trabalho e renda. A relação com elementos quantitativos precisa ser considerada, porque o pagamento do piso incide sobre todos os profissionais da área e, conseqüentemente, aumenta os custos com a folha salarial para o estado, mas melhora a economia individual e social. No entanto, a diferença salarial entre os níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado na formação acadêmica de cada professor é que determina a porcentagem real de reajuste, além do tempo de serviço na carreira do magistério.

Destacamos que o discurso apresenta um tom, uma vocalidade que emana de seu enunciador, bem como o caráter e a corporalidade (maneira de se vestir e apresentar ao destinatário). No caso do governador Leite, há um tom de representante sério, que se materializa na maneira de se apresentar em público, tanto em suas vestimentas quanto em suas atitudes. Esse discurso político fundamenta-se em dados reproduzidos em um quadro comparativo, alinhada à camisa social, em tom claro, repassando um ethos de autoridade e de influência política diante de uma cenografia que projeta credibilidade, honestidade, legitimidade e configura, assim, uma possível melhora para os profissionais da educação. A junção desses elementos icônicos constrói o discurso populista do governador, repassado ao público que o questionou sobre a Lei do Piso.

A partir de então, compreende-se que “os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87), pois são os estatutos do enunciador e do destinatário que legitimam todo e qualquer dizer. As imagens discursivas do enunciador e do destinatário podem ser compreendidas como recíprocas, porque um manifesta seu dizer para corresponder às expectativas do outro, tendo competência discursiva para articular as informações.

Em conformidade com a relação de tempo e espaço, estabelecidos pela dêixis, o vocabulário empregado também constrói uma cena que se valida no discurso. A seleção lexical confere ao enunciador marcas enunciativas que traduzem a motivação em apresentar dados estatísticos: “a possibilidade de aumento real, em três anos, de 19,8%”, que instauram um quadro real ao magistério. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 81), “os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo”, a escolha por esses termos desconstrói o que se tinha como real até o momento: a possibilidade do não reajuste.

O vocabulário “fictícia” também apresenta um valor real na materialidade da língua, porém foi destituído da sua carga semântica habitual para depreender outras possíveis interpretações. “Todo homem político sabe que lhe é impossível dizer tudo, a todo instante, e dizer as coisas exatamente como ele as imagina ou pensa, pois suas palavras não devem entravar a sua ação”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 261). Os sentidos atribuídos ao vocábulo “fictícia” podem ser explorados como produto da imaginação ou de uma história inventada, mas o enunciador deixa claro que seu reajuste não apresenta tais definições, mas projeta o embate de natureza pública com o CPERS que pleiteia processos de mudança desde os anos 90, e que ainda só estão na promessa.

Contamos, ainda, com o vocábulo “delírio”, ao final do corpus, que representa um jogo discursivo da linguagem e se relaciona com os profissionais que estão na ativa, mas também com aqueles que já têm cumprido seu tempo de serviço, estão aposentados, ou inativos. É necessário destacar que equiparar o salário inicial entre esses não seria o melhor caminho para garantir o pagamento em dia do piso, uma vez que alguns pagariam para todos.

O discurso, compreendido como uma inscrição social, é caracterizado por uma maneira própria e específica de dizer na materialidade linguística. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 90, grifo do autor), “mas um discurso não é somente determinado conteúdo associado a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário, é também uma “maneira de dizer” específica, a que nós chamaremos um *modo de enunciação*”. A forma como o discurso chega até o público interessado, quando o candidato interagiu, em tom de

seriedade, e apontou as vantagens de ser professor, a longo prazo, evidenciou que a valorização financeira da educação é algo sério, não é irreal, projetando uma cenografia de mudança, com um ethos de convicção na melhora salarial.

Assim, “o ‘modo de enunciação’ obedece às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo do discurso”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 93, grifo do autor). O paralelo traçado entre o salário atual com o emprego do termo “hoje” e o futuro, que ainda é muito incerto, com “a longo prazo”, representa que tal problemática não apresenta solução imediata, mas sim com o passar do tempo, “hoje” também está relacionado ao modo de enunciar, podendo ser instituído enquanto dêixis, de tempo (cronografia).

A partir do quadro enunciativo instaurado, depreendemos que o discurso está associado a cenas enunciativas (MAINGUENEAU, 2020), as quais orientam e ordenam o sentido pretendido e são elas: englobante, genérica e cenografia. A construção dessas cenas é projetada no discurso por meio da enunciação através das modalizações verbais e da seleção lexical, diante do comparativo entre a remuneração que o professor possuía e as vantagens elencadas em longo prazo. A sequência de fatos e dados apresentados configuram o tempo e o espaço da cena enunciativa, bem como as imagens de si do enunciador e do destinatário caracterizadas pelas suas formações discursivas. A partir deste momento, referimo-nos às cenas da enunciação que validam o ethos discursivo.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso que se pretende repassar; nesta análise, diz respeito ao discurso político-jornalístico que procura mostrar as reais intenções do seu enunciador em relação ao destinatário. Dessa maneira, “o discurso político relaciona-se com a paixão e com a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão de ideias que não passe pelos homens”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 94). As propostas apresentadas ao magistério condizem com um quadro instaurado como caótico, mas que apontam luz no fim do túnel. A cena genérica classifica-se enquanto notícia e, de acordo com Mendonça Jorge (2006, p. 12), “a notícia vem sendo definida pelos critérios que o jornalista vê como relevantes para transformá-la de fato em relato”. As escolhas lexicais realizadas é que vão desencadear na compreensão global do enunciado que constrói um ethos de certeza, de convicção do governador ao sinalizar que o aumento é possível e irá ocorrer, conforme retratado pelo jornal.

Na materialidade analisada, conforme consta no Quadro 6, temos também a cenografia que é tecida no próprio discurso, ou seja, instaura-se como forma de pertencimento e acontece “com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 73). Essas ideias, repassadas durante o discurso, projetam uma

imagem de si do então governador, quando da intenção de trazer à realidade um aumento que soa como irreal, mas que está sendo projetado, em longo prazo, para se efetivar com base no pressuposto de antes havia o passivo e agora se busca o ativo.

Em uma cenografia estabelecida existe a associação dos estatutos do enunciador e do destinatário, no caso o então governador e o seu público eleitor, pois “o discurso político realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 91). Assim, sempre se espera que o discurso do político, representante de tão importante cargo, seja de afinidade com o que a população busca ao participar do processo eleitoral.

Podemos fazer outro apontamento cenográfico com a asserção: “é dinheiro no bolso de 40 mil professores beneficiados”. O salário irá melhorar muito, tanto que o professor terá dinheiro no bolso, algo inédito para uma categoria que mal consegue sobreviver com o valor que recebe por ensinar os futuros profissionais do estado. Diante disso, instaura-se um lugar e um tempo próprios desse discurso.

A cenografia instaurada representa uma educação que irá resolver os problemas não somente dos professores, mas da economia, pois tendo “dinheiro no bolso” o poder aquisitivo melhora e o consumo também. Esse jargão popular simboliza que a remuneração pelo serviço prestado ou produto comercializado gerou grandes lucros, a barganha comercial em forma de mantra discursivo que pretende convencer o destinatário ao convocar a memória discursiva. Representa “[...] mais ou menos livremente, sua cenografia, a saber, um roteiro preestabelecido que lhe convém e que lhe impõem, logo de início, certa postura.” (AMOSSY, 2018, p. 85-86). A cenografia construída no discurso do governador Eduardo Leite é de melhora na educação, progresso econômico para a classe do magistério.

A expressão “não tem nada de fictícia a mudança” instaura uma cena validada que faz relação direta com o imaginário, com outras situações em que existiu a promessa como meta de campanha, mas que não aconteceu o prometido. Os números apresentados pelo governador não condizem com a realidade e, portanto, a mudança parece ser irreal, visto que o RS vem, há anos, lutando para sanar os débitos com a folha de pagamento da educação; então, projetar o aumento salarial – o piso - significa migrar do âmbito da realidade para sim dar voz à ficção, pois não existiriam recursos financeiros disponíveis.

Essa cenografia construída é de perspectiva de melhoras no quadro educacional estadual, pois “a possibilidade de aumento real, em três anos, de 19,8%”, projeta uma progressão salarial que condiz com as reivindicações. Acontece, através desse modo de

enunciar, uma proximidade do enunciador, então governador Eduardo Leite, que pelo seu discurso chancela as doutrinas que defende a possibilidade de aumento e progressão real de salário do magistério com aos professores. A partir das cenografias instauradas, para que o discurso tenha validade, é preciso que implique uma apresentação ao seu público, uma maneira de dizer, de ser, enquanto enunciador. Surge então a questão do ethos: uma imagem construída de si no e pelo discurso que projeta um governador utópico com relação aos avanços da classe do magistério.

Dessa maneira, o discurso político “é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos, são parte integrante dele. É a razão pela qual podemos dizer que os povos são responsáveis (co-responsabilidade massa-elites) pelo regime político no qual eles vivem”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 268). O povo busca ouvir, ler, ver aquilo que lhe agrada, que lhe convence nas palavras do político, por isso que as informações apresentadas despertam o interesse. Isso é percebido em “Com a nossa proposta, este professor, com graduação, vai sair destes R\$ 2,5 mil para mais de R\$ 3 mil, nos próximos anos”, que é uma proposta do executivo, de quem não está totalmente familiarizado com a realidade da sala de aula. E mais, não é para agora, vai demorar algum tempo para que o professor conquiste seu justo salário.

A enunciação é legitimada uma vez que o discurso do então governador, enquanto administrador, argumenta no sentido de realizar uma melhoria concreta no salário dos professores “que estão em sala de aula”. Enquanto estão ensinando, serão melhores reconhecidos financeiramente. “Além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 69). As marcas linguísticas do discurso permitem inferir que “mais dinheiro” representa um ethos de progresso, de novas perspectivas pessoais e profissionais, imagem de si projetada pelo então governador.

Ao abordar o tema sobre educação, temos um modo de coesão discursivo constituído no todo; o próprio título do discurso traz o apontamento coesivo de que as afirmações do governador podem ser verdadeiras: “Leite nega que nova proposta para o Magistério envolva reajuste ‘fictício’”. Ao negar essa forma de reajuste, o enunciador estabelece uma relação com seu destinatário, pois se nega é porque há quem diga que é fictício, no caso, muitos que ainda podem acreditar que as promessas de campanha não poderão efetivar-se. Assim sendo, o termo fictício é retomado no texto, em sua forma feminina, com o emprego de fictícia com a finalidade de manter a coesão do discurso, reafirmando que os números apresentados são sim passíveis de efetivação, porém a longo prazo.

Mediante o estudo dos planos constitutivos da semântica global abordados nesta análise – estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e vocabulário – descrevemos e analisamos o ethos do então governador Eduardo Leite como uma imagem de si populista e visionária. Ao abordar o tema da educação em seu discurso, percebemos que estamos diante de uma encenação, pois é “aquele que o discurso trata em qualquer nível que seja”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81). O tema, portanto, não pode ser concebido como hierarquizante, mas assume sua real importância durante o discurso, na maneira como passa a ser referido.

Diante disso, o discurso analisado inscreve-se em um quadro cênico dinâmico, visto que o sentido não apresenta sua construção somente com os sujeitos enunciador e destinatário, mas com as muitas pistas engendradas na formação discursiva. “Na elaboração do ethos, interagem ainda elementos de naturezas muito diversas: da escolha do registro linguístico e vocabular ao planejamento textual, passando pelo ritmo e pelo figurino[...]”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 10). Percebe-se que o discurso não está separado de uma voz, de um tom, de um caráter, de uma corporalidade e de uma incorporação. Esses elementos mostrados pelo enunciador revelam marcas de uma enunciação marcada por voz firme, tom moderado ao realizar suas explicações, caráter sério, todos refletidos em forma de corporalidade segura e que desencadeiam a incorporação de verdade e objetividade ao enfatizar que “é dinheiro no bolso dos professores”, construindo uma imagem de si projetada por um ethos de influência política e administrativa.

Depreendemos daí que o ethos não se manifesta desvinculado da enunciação, “mas os destinatários mantêm também uma representação do ethos do locutor *antes* mesmo de ele vir a falar”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12, grifo do autor). Temos, assim, o ethos pré-discursivo ou prévio de esperança, pois o governador Eduardo Leite, no seu discurso, constrói uma imagem que parece ser realista, visto que pelas propostas de mudança articularia o novo modelo de gestão no RS, com ênfase no pagamento justo e em dia do piso salarial do magistério, visando melhorias no trabalho e na remuneração do professor, ou seja, um “aumento real em três anos”. Seu discurso também permite a construção de um ethos de salvador, baseado nas promessas realizadas.

Dessa forma, as representações do enunciador configuram o ethos discursivo populista, o qual emana da construção de uma imagem de si no discurso e apresenta-se como um “ethos *mostrado*, decorrente da maneira de falar e um ethos *dito*, aquilo que o locutor diz de si mesmo enquanto enuncia”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 11). A maneira como o enunciador explicou os dados e reforçou na entrevista possibilita depreender que sua postura

é reforçada por termos marcados pela busca de soluções e fim de embates com a classe do magistério, projetados em uma cenografia de propostas distintas, representada pelo CPERS - Sindicato, instaurando um ethos de contrariedade entre o governo e os professores, à revelia das intenções do governador.

Ao afirmar que a mudança é algo que vai acontecer, instaura-se um ethos dito de convicção, marcado por palavras expressamente enunciadas pelo sujeito enunciator, no caso o governador Leite. O vocábulo “fictícia”, agregado à expressão “dinheiro no bolso”, articula uma cenografia da qual emerge construído um ethos de certeza, que a condição financeira será melhor com os reajustes. Ao enfatizar a “possibilidade de aumento real em três anos”, depreendemos que o aumento pode ser algo possível de ocorrer, isto é, temos um ethos mostrado, mas também podemos inferir que sua efetivação passa por muitos entraves não apontados, o que é passível de não se efetivar e se configura, assim, como um ethos de utopia.

Referir-se ao termo ethos e suas caracterizações é mencionar a construção da imagem de si enquanto enunciator na projeção discursiva. “O ethos dito é aquilo que o enunciator fala sobre sua imagem como forma de construir-se no discurso”, e o “ethos mostrado é o que o enunciator deixa transparecer de sua imagem em seu discurso e dessa deixa se vai formalizando a instalação do ethos”. (GONÇALVES, 2020, p. 76 - 77). O ethos dito de convicção manifesta-se no enunciado do próprio enunciator e o ethos mostrado marca-se implicitamente sendo construído pelo destinatário, como forma de interpretação. A informação “com nossa proposta, este professor, com graduação” comprova essas duas distinções, uma vez que o ethos dito transparece que a formação do professor fará a diferença na garantia do pagamento do piso, e quem não tiver essa titulação poderá ficar desassistido, enquanto um ethos mostrado de contrariedade e passível de significados distintos.

A personalidade do enunciator, Eduardo Leite, manifesta-se por meio do discurso e então se configura o ethos discursivo. O governador na sua argumentação pode parecer que estaria pretendendo persuadir seu destinatário ao apontar números reais, porém em uma situação não real. O ethos, diante disso, é resultado “da interação entre seu ethos pré-discursivo, seu ethos discursivo (ethos mostrado), os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade (ethos dito)”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). Aquilo que se acredita em termos de educação aliado à política, visto que a postura do mandatário político reflete a imagem de si que foi construída pelas marcas da sua educação e conhecimento oriundos de seu espaço de vivência.

Aqui se instaura a representação cultural, “embora uma ideiação, não existe na cabeça de alguém; embora não física, não é uma identidade oculta.” (GEERTZ, 2015, p. 8).

Culturalmente, as contradições semânticas entre governo e professores são marcas das lutas e das conquistas oportunizadas desde que a Lei do Piso instaurou um valor mínimo a ser pago ao profissional do magistério. Além das esferas política e educacional, também o cenário cultural participa da construção do discurso político que procura persuadir para gerir o RS.

A construção do discurso está amparada a um termo clássico da literatura que é “fictícia”, e o ethos do enunciador é elucidado por uma maneira de dizer e uma maneira de ser, visto que “as escolhas trazidas para o interior de um discurso podem representar, sobretudo, as posições subjetivantes do enunciador”. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 113). São as suas crenças e experiências que legitimam sua fala, ao se fazer enunciar, sua opção por uma ou outra forma de se apresentar ao destinatário efetivam marcas do discurso que remetem a uma maneira de ser, e assim se constrói a imagem de si do governador Eduardo Leite como um sujeito que busca amenizar o ambiente político-educacional.

O enunciador (então governador do RS), desde o início do seu discurso, enfatiza que os dados que resultam em aumento salarial não são fictícios. Assim podemos inferir que o ethos “deve ser percebido através de movimentos da própria fala do locutor, da entonação, da escolha das palavras e dos argumentos, permitindo ao analista depreender, através daquilo que é dito pelo sujeito, uma imagem física e psicológica do indivíduo”. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 109). Dito de outra maneira, o ethos discursivo é o resultado das manifestações discursivas do enunciador – do dito e do mostrado. Diante disso, temos o ethos discursivo do governador marcado por um dizer que se sustenta na sua figura política de boas relações e projetado nas três dimensões: categorial, no exercício de governador do estado; experiencial, marcado pela postura calma e pacata; e ideológica, representada por um político com ideologia populista.

Dessa forma, as escolhas linguísticas feitas pelo então governador do RS, Eduardo Leite, no seu discurso revelam pistas acerca da construção de seu ethos pelo destinatário: “o ethos se mostra no ato de enunciação, ele não se diz no enunciado”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 11), pois se enuncia com uma intenção. Com o intuito de apontar e vislumbrar as cenografias e os ethos construídos, a partir da notícia, apresentamos o Quadro 7 como resumitivo da materialidade linguística analisada.

Quadro 7 – Cenografia e ethos discursivo do governador Eduardo Leite

Discurso que nega reajuste “fictício” do magistério
Cena englobante: discurso político/jornalístico
Cena genérica: notícia

Cenas enunciativas: cultura, democracia e sociedade	Cenografias construídas: coletividade, encenação, logos, pathos	Ethos discursivo: projeção da imagem de si
Possibilidade real de aumento	Cenografia que apresenta dados reais/números	Ethos de realidade, de progresso
Negação de reajuste fictício	Cenografia de crise entre governo e magistério	Ethos de autoridade, de influência
Aumento salarial representa dinheiro no bolso	Cenografia de melhora na educação	Ethos de certeza, de convicção
Discurso de que é delírio a proposta do CPERS	Cenografia de propostas distintas entre governo e sindicato	Ethos de utopia, de contrariedade
Ethos discursivo de conciliador/articulador com relação à classe do magistério		

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Diante do exposto, o ethos instaurado no discurso político analisado representa uma imagem de alguém que, com o poder em mãos, gere a educação com seriedade e comprometimento, porém nem todas as promessas de campanha são concretizadas em virtude de entraves econômicos e administrativos. Não é possível ficar omissos à situação, mesmo sendo um dilema que vem de governos anteriores, pois agora é o representante de todos os grupos sociais do estado do RS, aí de forma especial a classe do magistério.

Apresentamos, na próxima seção, a terceira análise que tem como corpus um discurso político do final do terceiro ano de mandato do ex-governador Eduardo Leite.

5.3 ANÁLISE DO DISCURSO 3 - ALTERAÇÃO NO PROJETO

O terceiro discurso analisado também compõe a seção Política no Jornal Correio do Povo e foi publicado na data de 16.12.2021, final do terceiro ano de mandato do governador Eduardo Leite. Após enfrentar dois anos de pandemia, no qual o processo educacional necessitou de adaptações para não sucumbir totalmente, o pagamento do piso foi uma temática que ficou oculta em função dos protocolos de segurança para diminuir e evitar o contágio sem deixar de lado o foco no aprendizado.

Esse período, tão desafiador na história mundial, modificou o cenário educacional gaúcho que também foi abalado e precisou se reinventar. “O discurso político de raciocínio ético visa a colocar o indivíduo diante de uma escolha moral (“em nome do que é preciso agir”), enquanto o raciocínio pragmático visa a colocá-lo diante de uma responsabilidade (“quais meios utilizar para chegar aos seus fins”)”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 102). Diante

disso, o governador apresentou, ao final do ano, uma proposta mínima de reajuste alegando o forte impacto nas finanças estaduais, visto o acréscimo representado na folha dos servidores. Essa artimanha política populista parece ter por objetivo preparar o terreno para o próximo pleito eleitoral.

Como parte seguinte e estruturante do trabalho de pesquisa, apresentamos o Quadro 8, o qual compõe o corpus de análise.

Quadro 8 - Discurso político do governador



Leite apresentou aos deputados alteração à proposta de reajuste | Foto: Felipe Dalla Valle/ Palácio Piratini/CP

Diante da iminência da rejeição do projeto no plenário da Assembleia Legislativa, o governador Eduardo Leite (PSDB) apresentou, na tarde desta quinta-feira, aos deputados estaduais da base e da oposição as mudanças ao projeto de reajuste do piso do Magistério. Com o ajuste, todos os professores, ativos e inativos, receberão reajuste salarial. Isso porque a principal crítica ao texto era que um grupo de aposentados não teriam nenhuma melhoria. Agora, eles receberão 5,5% de reajuste.

O novo projeto de lei garante o reajuste de 32% na tabela inteira do subsídio, com uma nova fórmula que fará com que todos os ativos e inativos tenham aumento, variando de 5,5% a 32%. A iniciativa implica em despesas anuais de R\$ 730,6 milhões, quase 1,5% da folha de pagamento a mais por ano ao magistério. “Estamos fazendo um grande esforço para dar esse reajuste, que é importante. E precisamos ter responsabilidade do ponto de vista fiscal.

Estamos indo ao limite das possibilidades para fazer essa mudança”, enfatizou Leite após a reunião. A expectativa é de que entre em votação na próxima semana, às vésperas do início do recesso parlamentar.

A mudança buscou reduzir as resistências de deputados, especialmente de aliados, que apontaram a necessidade de mudanças. O movimento foi, inclusive, **liderado pela bancada do PP**, uma das maiores da base, e seguida por outras, como MDB, PSB e PSDB, que é do partido do governador.

Alterações repercutiu de forma positiva entre os deputados

O presidente da Comissão de Educação da Assembleia, Carlos Búrigo (MDB), celebrou a mudança. “Embora os percentuais sejam aquém do que a categoria merece e precisa. Trata-se de um avanço, o possível no momento, e sem dúvida, viabilizado a partir das mudanças estruturais e das reformas do Estado que estamos apoiando nas votações realizadas na Assembleia”. Na mesma linha, Issur Koch (PP) definiu o movimento como uma “retribuição” após a ajuda dos parlamentares na aprovação das reformas. “O governo garantiu que nenhum professor ficará sem reajuste. Caso isso aconteça, que procure e informe”, ressaltou. Ele complementou que o resultado do projeto está “muito aquém do necessário, mas já é um sinal”. “Vamos tentar melhorar”, enfatizou, após o encontro.

Fonte: Jornal Correio do Povo, por Mauren Xavier e Giullia Piaia (16/12/2021, às 18h33min)

O discurso político do ex-governador Eduardo Leite, inserido no Quadro 8, apresentou os números possíveis de reajuste na folha salarial do magistério público gaúcho, sem comprometer os recursos financeiros do estado. A decisão do mandatário estadual implica no reajuste para todos os profissionais da educação, que são professores ativos e inativos. Essa alteração aconteceu após duras críticas que tinham como fundamento a afirmação de que o reajuste seria para uma pequena parcela dos educadores.

O reajuste, para tentar nivelar os salários dos professores, vem sendo motivo de debate há décadas, e somente com a implantação da Lei do Piso, em 2008 é que o valor mínimo que deve ser pago a um educador resultou de lutas e reivindicações nas mais diferentes instâncias da sociedade: sindicato que representa a categoria, professores ativos e inativos, imprensa, familiares, alunos, pais e todos que, de uma maneira ou outra, são impactados pela educação.

Os entraves apontados pelos estados e municípios para cumprir a Lei do Piso foram debatidos em nível nacional quando foi apresentada uma solução compatível tanto para os cofres públicos quanto para os professores. No estado do RS, o governador Eduardo Leite, com sua postura populista, procurou estabilizar o embate entre as representações da classe educacional e a sua esfera política. Ao mesmo tempo em que não apresenta uma definição,

também busca tomar decisões que não desagradam nenhum dos lados. Adentrar no cenário da educação gaúcha representa um resgate de mais de décadas pela luta de direitos básicos dos professores da rede estadual, estabelecidos por lei, mas não cumpridos (apesar de terem constituído promessas de campanha) por mais de um representante do Palácio Piratini.

Os anos de 2020 e 2021 ficarão registrados na memória de todos como o período da pandemia da Covid-19, que ceifou muitas vidas, destruiu famílias, sonhos, negócios, economia, e também como a reinvenção das escolas, dos professores, dos alunos na busca pela garantia do direito básico à educação. Foi um evento de grandes dimensões globais e será preciso muito tempo para se encontrar soluções menos impactantes na esfera educacional, já que os novos, diferentes e tecnológicos métodos de ensino, necessários durante a pandemia não foram suficientes para suprir a presença física nas salas de aula.

O título da notícia “Para evitar derrota, Leite muda piso do Magistério” anuncia que a proposta do governador sofreu alterações, percebidas pelo verbo “muda”. Antes era diferente e agora será de outra forma. Não querer sofrer uma derrota é objetivo do governador que concorre às prévias do partido como possível nome de candidato à presidência. Também, ventila-se que, com a negação à esfera nacional, o governador buscaria a tão sonhada e inédita reeleição ao governo do estado.

O governador Leite, após estar ciente de que seu projeto será rejeitado pela Assembleia Legislativa do estado, apresentou aos deputados uma nova proposta buscando amenizar as situações conflitantes entre seu governo e os professores. A maneira como a sala está disposta, durante a fala do governador, reproduz um ambiente educacional de semicírculo, enfatizando que a sua conduta de dar voz e vez aos deputados representa uma das formas de disposição de como os professores trabalham. Também, temos o recurso didático da projeção de informações para tornar o conteúdo mais fácil de apreciação e entendimento.

A realidade gaúcha na esfera educacional é de conhecimento público e dos legisladores, nesse corpus de análise representados pelo governador e deputados, ainda mais, uma vez que as leis, recursos, verbas e aumentos passam pelo seu olhar e aprovação ou não. Conforme Aristóteles (2014, p. 93), “há governos em que o povo não faz parte constitutiva do Estado e que possuem assembleias gerais”, esse é um dos motivos que faz com que a representação da classe educacional lute tanto e de maneira organizada para garantir seus direitos.

O findar do ano de 2021 trouxe consigo as marcas deixadas pela pandemia de maneira preocupante na educação e serão necessários muitos anos, talvez décadas, para tentar amenizar os impactos ocasionados. Com o pagamento do piso salarial não foi diferente e para

receber em dia vantagens como triênios e progressão por tempo de serviço foram suprimidas. Em razão disso, a informação de reajuste deixou a classe em alerta pela garantia da lei maior.

A informação “com o ajuste, todos os professores, ativos e inativos, receberão reajuste salarial”, reafirma que antes o aumento salarial seria um “privilégio” de uma parcela de professores, projetando uma cenografia de discordância nos percentuais de reajuste. A maior crítica ao texto original da proposta era o fato de que uma pequena parcela de professores não receberia aumento, pois, mesmo estando inativos, eles cumpriram seu papel no passado e não seria justo esquecer os seus feitos porque agora não são mais vistos diariamente nas escolas.

A importância dessa notícia, que transcreve o discurso político do governador Eduardo Leite, deve-se ao fato de que ele está no final do terceiro ano de mandato e o pagamento do piso foi uma promessa da sua campanha eleitoral, que ainda não foi efetivada na íntegra, construindo um ethos de chefe, de potência relacionada ao cargo ocupado. De acordo com as jornalistas Mauren Xavier e Giullia Piaia, enunciadoras responsáveis por noticiar o fato, os reajustes podem variar do mínimo de 5,5 e chegar ao máximo de 32%. Esse reajuste é para que todos os professores, estando ou não em sala de aula, na ativa ou inativa, recebam o valor correspondente à Lei do Piso, instituída em 2008.

As enunciadoras jornalistas dão voz ao interlocutor através do recorte de fala e também nomeiam a alteração como “novo projeto de lei”, enfatizando sua posição contrária ao governador que alterou o projeto inicial na busca por satisfazer a pressão dos aliados e contrários políticos. Essa alteração busca garantir a vitória nas prévias do partido e na Câmara dos Deputados, o que não aconteceria caso o projeto não fosse alterado; reafirmando o posicionamento de não concordar com o governador ao informar que “a mudança buscou reduzir a resistência dos deputados”, isto é, melhor aliar-se aos deputados do que lutar contra.

A posição do CPERS - Sindicato, como outro enunciador, antes mesmo de o governador discursar com seu projeto alterado aos deputados, é de total contrariedade à proposta, porque esta não beneficia os ativos e nem os inativos no exercício do magistério. “Ora, o estado significa uma associação de homens que possuem o meio de suprir à sua existência” (ARISTÓTELES, 2014, p. 40), mas isso não está acontecendo com a classe de professores que ainda não tem garantida a quantia mínima de salário pelo seu trabalho. “Somos uma categoria só. Queremos valorização, mas sempre deixamos claro que a reposição tem que ser para todos educadores”, pontuou a presidente do sindicato, Helenir Aguiar Schürer durante manifestação na manhã chuvosa de 14.12.2021, na Praça da Matriz.

Há sete anos que a categoria do magistério anseia pela reposição salarial que, pelo menos, acompanhe a inflação, mas nem isto, até o presente momento, foi conquistado. “A

política de destruição da educação pública tem o DNA de Sartori e Leite. A nossa pauta é uma só, reposição já para toda a categoria. Seguiremos firmes fazendo toda a pressão necessária”, ressaltou o vice-presidente do CPERS, Alex Saratt. A luta pelo pagamento e efetivação da Lei do Piso não é um impasse do atual mandato governamental, mas uma realidade que se arrasta desde os governos anteriores, especialmente do ex-governador, Sartori. As manifestações são uma resposta rápida à proposta do governador enviada à Câmara dos Deputados e que iria à votação no dia 21.12.2021, última sessão agendada antes do recesso de final de ano.

As posições ocupadas e defendidas pela classe governamental e pela classe dos professores são completamente antagônicas e de conhecimento de grande parcela populacional do estado, desde àqueles que estão ligados diretamente à educação quanto daqueles que, já passaram pelos bancos escolares, e hoje em suas profissões, são espectadores. De acordo com o pensamento de Aristóteles (2014, p. 67), ao abordar a política como um segmento de construção da cidadania em uma sociedade, "é preciso que aqueles que têm as armas sejam mais poderosos que os das outras duas classes de cidadãos". Isto é, o poder de decisão está centrado no governo e as suas armas são as tomadas de decisões que, muitas vezes, não agradam a todos, no caso, os professores.

Mesmo conhecendo a realidade social e educacional, os governantes preferem à omissão ao enfrentamento, à tomada de decisões mais drásticas, e ao conflito que “uma canetada”, conforme jargão popular, resultaria na política futura. Somos apresentados, dessa maneira, aos deslocamentos culturais nos quais a sociedade e a mídia apresentam discursos que denunciam os modos e as maneiras de representação. (HALL, 2006).

A situação de comunicação desse Discurso 3 envolve nesta enunciação o governador, os professores, os representantes do CPERS e as jornalistas; também engloba uma sociedade que separa aqueles que acreditam nas esferas políticas e aqueles em que a descrença prevalece. Stuart Hall (2006) defende que o processo comunicativo, embasado nas posições assumidas e defendidas como verdades absolutas, precisa de aceitação, uma vez que acontecem transformações constantes da própria vida local e cotidiana por meio de novos conceitos e relações, flexibilizando as diferenças. Diante disso, o enunciador volta atrás em seu projeto, realizando ajustes que são pertinentes não somente à classe de professores, mas também e, principalmente, a sua aceitação como representante estadual, construindo uma cenografia de ajuste entre governo e Câmara dos Deputados e projetando um ethos de humanidade e caráter do governador Eduardo Leite.

O estatuto do enunciador e do destinatário representa a competência para articular as informações e assume papéis muito distintos nesse discurso analisado: governador de um lado

(com seus aliados), professores de outros (com seus representantes) e na mediação desse embate o enunciador das jornalistas que buscam repassar aos destinatários as informações relevantes para firmar um juízo valorativo “o que nos leva à uma dimensão intertextual”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87). Compreender as relações que o discurso do governador assume requer ir além desse discurso e adentrar no universo dos entraves estabelecidos por uma lei federal que, há mais de uma década, não conseguiu ser cumprida pelos governadores que, nesse período, passaram pelo Palácio Piratini.

O governador apresenta uma descrição da situação real, seu entendimento de mundo na ordem discursiva populista quando salienta que: “Estamos fazendo um grande esforço para dar esse reajuste, que é importante. E precisamos ter responsabilidade do ponto de vista fiscal. Estamos indo ao limite das possibilidades para fazer essa mudança”. O uso dos verbos na primeira pessoa do plural (estamos e precisamos) sinalizam que é um esforço de todo o seu governo para amenizar os embates com o magistério público estadual.

Fica claro o posicionamento de preocupação e resguardo do mandatário gaúcho com relação às finanças dos cofres públicos com as informações “ter responsabilidade do ponto de vista fiscal” e “limite das possibilidades”. A expressão “grande esforço” sinaliza, também, que a articulação entre aquilo que a lei exige e o orçamento disponível não estão na mesma sintonia. É um reajuste necessário e merecedor, tanto que houve alteração no projeto inicial visando paridade com todos os professores, porém não se pode passar dos limites quando o assunto envolve dinheiro público.

As marcas do enunciador professor são percebidas no texto quando a informação “a principal crítica ao texto era que um grupo de aposentados não teria nenhuma melhora”, é repassada. Essa constatação de contradição ao projeto inicial foi resultado do olhar crítico e atento do CPERs, a maior instituição de representação dos professores estaduais gaúchos, que busca a efetivação da Lei do Piso desde sua implantação. As marcas jornalísticas, também, estão inseridas nesse discurso e são construídas naquilo que está dito, ao fazer a seleção pontual de um discurso do governador, em ordem direta, não assumindo qualquer responsabilidade sobre as informações repassadas, pois são do enunciador Eduardo Leite.

A construção da notícia, enquanto orientação argumentativa, enfatiza o discurso político e, ao mesmo tempo, informa, com caráter de seriedade, como estão os diálogos entre educação e governo, pois não é um gênero que somente relata, mas uma construção enunciativo-discursiva (TRAQUINA, 2005). A imagem do governador construída é de administrador, alguém preocupado com números e cifras e não com pessoas, um político de

gabinete e não do povo que atende a pressão do sindicato e dos deputados para alterar o projeto de lei de reajuste do magistério estadual.

O título da notícia “Para evitar derrota, Leite muda piso do Magistério” aponta o posicionamento do jornal e de suas enunciativas quanto ao discurso do representante estadual: a mudança vai acontecer para satisfazer a pessoa política do governador e não a classe de professores. Caso não alterasse a lei inicial a derrota aconteceria, pois nem os aliados concordaram com a proposta enviada à Câmara dos Deputados Estaduais. O vocabulário “derrota” sinaliza que perder não faz parte dos planos de quem busca uma aceitação e representação política tanto no estado quanto no país. O jornal recebe a voz do enunciador e divulga, por meio de uma seleção, somente aquilo que o interessa, o que se confirma pelo emprego verbal, bem como pela linha editorial defendida.

As enunciativas, Mauren Xavier e Giullia Piaia, seguem as normas do gênero jornalístico, enquanto manifestação linguística estruturada no campo da comunicação, porém utilizam escolhas lexicais que fazem deste momento enunciativo único e irrepetível, ajudando na construção da imagem de Eduardo Leite. A informação: “Proposta prevê reajuste mínimo de 5,5% aos professores. Impacto total do projeto agora passa a R\$ 730 milhões anualmente”, enfatiza o discurso do governador e o posicionamento do jornal quanto à essa informação que é de pensar em estabilidade financeira antes dos profissionais da educação. A linha editorial do veículo que divulga esta notícia, Jornal Correio do Povo, reforça a posição conservadora do governador ao priorizar os valores e apresentar um projeto alterado para não perder alianças de poder, instância alinhada à memória discursiva dos leitores e informativa do jornal, construindo uma versão da realidade.

O posicionamento discursivo do governador condiciona a encenação da sua postura política por representar “um jogo de ser e parecer em que supostamente a pessoa não é enganada, pois reconhecer a máscara seria denunciar o simulacro”. (CHARAUDEAU, 2017, prólogo). As informações repassadas pelo chefe maior do executivo gaúcho não condizem com a situação real dos professores e os números apresentados mostram uma diferença de caixa que não vai acontecer, uma vez que os recursos existem, são liberados e o problema encontra-se na forma como são geridos e direcionados. Alternam-se as circunstâncias, porém os protagonistas e os objetivos políticos permanecem os mesmos: ascensão e aceitação.

A relação estabelecida entre o enunciador do discurso e o seu destinatário é de completude no contexto da comunicação, representa a ligação entre os pontos enunciativos. Na concepção de Maingueneau (2008b, p. 75), “o enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro

profundamente interativo”, ao enunciar, seja qual for a posição assumida (governador, representantes dos professores, jornalistas) instaura-se um momento enunciativo para aquela situação em específico e não outra. Dessa maneira, a notícia, da qual faz parte o discurso político do governador, está agregada “em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75). A importância dessa informação tem validade porque apresenta um assunto de interesse público que envolve a polêmica existente entre educação e política em um final de ano.

O plano enunciativo – do estatuto do enunciador e do destinatário – é articulado para apresentar melhoria nos rendimentos finais da folha de pagamento dos professores e representa “quase 1,5% da folha de pagamento a mais por ano ao magistério”, conforme o então governador do estado e seus aliados. No caso do enunciador governador temos um projeto, em tramitação no papel e na Assembleia Legislativa, e o destinatário professor, alguém que anseia e espera que a Lei do Piso torne-se realidade.

A inserção do discurso num tempo (cronologia) e num espaço (topografia), são instaurados pela dêixis enunciativa e assumem importância na compreensão do enunciado. A formação discursiva e as restrições semânticas que condicionam o discurso nem sempre vão trazer as marcas do tempo e do espaço com exatidão, pois o enunciado acontece no aqui e agora, porém existe a memória discursiva que nos remete a um tempo passado que corrobora para o entendimento. (MAINGUENEAU, 2008a). Nessa análise, as marcas espaço-temporal estão delimitadas e enunciadas: final do terceiro ano de mandato do Governador Eduardo Leite, dezembro de 2021, sendo a notícia datada de 16.12.2021. A situação de enunciação também é marcada pelo espaço, constituído pelo estado do RS e sua população, com um olhar mais atento daqueles que lutam em prol da educação.

Outro aspecto importante é que tanto tempo, quanto espaço não se restringem à exposição, uma vez que a luta dos professores arrasta-se há anos e a Lei do Piso tem como espaço inicial e principal o cenário federal. Cada momento enunciativo reconstrói os cenários da cronologia e da topografia, porque a enunciação é única e irrepetível e representa os ciclos da vida com suas praticidades e certas seguranças (HALL, 2006). Mesmo com a presença do tempo e do espaço de forma definida, ainda assim é fundamental analisar que o espaço linguístico do discurso determina o contexto de construção e propagação do enunciado.

A inferência seguinte colabora à compreensão do contexto enunciativo-discursivo ao qual está condicionado o corpus de análise “o novo projeto de lei garante o reajuste de 32% na tabela inteira do subsídio, com uma nova fórmula que fará com que todos os ativos e inativos

tenham aumento, variando de 5,5% a 32%”. Essa informação sobre o reajuste maior e menor, conforme critérios pré-estabelecidos, sugere que todos os profissionais que atuam ou atuaram em sala de aula serão contemplados, porque “no campo político, a linguagem se liga à ação”. CHARAUDEAU (2006, p. 258). Os números percentuais não são os mesmos para todos, pois tempo de serviço, formação, titulação e função exercida são alguns dos aspectos que estabelecem a diferença salarial.

O governador teve êxito em sua candidatura e esteve à frente da administração estadual porque contou com o apoio e voto da classe de professores que estava insatisfeita com as promessas não cumpridas, feitas pelos mandatos anteriores. Diante disso, “a virtude política não pertence a todo o cidadão, mas somente ao homem livre - e sim dir-se-á que ela pertence a todos aqueles que não têm necessidade de trabalhar para viver”. (ARISTÓTELES, 2014, p. 101). O discurso do governador busca apresentar melhorias à educação, mas sua fala está inserida dentro de outro discurso que é da imprensa jornalística, evidenciando o contraponto entre o governo e o jornal. Esse discurso politizado não condiz com o discurso informativo, pois acontece uma fala de utopia e não realidade que se tornou uma questão histórica de semânticas contraditórias entre política (representada pelo executivo gaúcho) e educação (representada pelo CPERS).

Todo discurso apresenta um tom, que é próprio de cada enunciador, e tem relação com a vocalidade; também temos o caráter (construído com base em ideologias e contextos) e a corporalidade (maneira do corpo expressar-se ao destinatário). “O próprio ‘tom’ se apóia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 92, grifo do autor). Esses elementos organizam-se para repassar as informações conforme a competência discursiva do então governador Eduardo Leite, no discurso político em análise, apresentando um tom de seriedade ao explicar as alterações do projeto, construindo, desse modo, um ethos de coragem.

A materialização do discurso de Leite é evidenciada pelo ethos construído junto aos deputados, conforme a imagem da notícia, e aos demais interessados. Consoante Maingueneau (2008a, p. 71), “se o ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale”. A sua apresentação é baseada em uma fala segura, que envolve números reais e índices, bem como dados estimativos que são projetados em tela para uma melhor visualização e compreensão, focados na figura de quem faz a explanação, no caso, o governador. Compreende-se que o estatuto do enunciador e do destinatário orientam e

legitimam o discurso, pois um não está dissociado do outro no contexto enunciativo-discursivo articulados à competência discursiva de enunciador e destinatário.

Além da relação de tempo e espaço, componentes do plano constituinte da dêixis enunciativa, o vocabulário é outro plano que organiza e valida a discursividade. A seleção lexical apresenta marcas enunciativas como com o emprego da expressão vocabular “grande esforço”, que reforçam o posicionamento do governador de que não é um reajuste fácil de acontecer, precisa de organização em diferentes esferas para que aconteça. Na concepção de Maingueneau (2008a, p. 81) “a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência”, isto é, o discurso faz sentido a determinado grupo, os professores e suas representantes, e necessita da aceitação para significar. Também envolve os deputados que irão aprovar ou não as alterações na lei.

O vocábulo “limite”, inserido no discurso político de Eduardo Leite, também assume real valor na materialidade linguística enunciativa, por ser uma prática discursiva que modifica as relações de poder na sociedade coletivamente, pois o limite financeiro para o governador representa o limite de compra para o professor. Os estereótipos culturais são distintos para cada enunciação e para enunciador e destinatário e a carga semântica do vocábulo também assume valores conforme sua situação de comunicação.

Enunciar significa transparecer uma ação conforme o contexto cultural. “O discurso político (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 252). Conforme discurso do governador, Eduardo Leite, “estamos indo ao limite das possibilidades para fazer essa mudança”, sendo que o vocabulário “limite” apresenta distinção semântica: relacionado às finanças estaduais, é até onde se pode ir em termos de gastos com a folha de pagamento dos servidores, não comprometendo além disso e cumprindo com as promessas de campanha. E, para quem recebe, o aumento na folha salarial significa uma conquista em termos financeiros e em reconhecimento profissional.

O valor semântico decorre das escolhas vocabulares, por isso que o termo “mudança” também apresenta uma valorização positiva, de melhora, progresso. Representa algo que necessitou de alteração para satisfazer uma parcela expressiva da população gaúcha, tanto da bancada de deputados, quanto e, principalmente, dos representantes do magistério. O discurso varia na escolha do léxico, já que o vocabulário não significa somente por si, mas nos contextos enunciativos-discursivos em que é utilizado.

Consoante Maingueneau (2008a, p. 93), “os textos falam de um universo cujas regras são as mesmas que presidem sua enunciação”, assim o modo de enunciação é outro plano

constituente do discurso que organiza os posicionamentos valorativos por meio das vozes sociais que o povoam. A maneira como o discurso governamental foi proferido normaliza o enunciado e transparece a preocupação do governador com a alteração do projeto tornar-se inviável ao orçamento disponível para gastos com folha de pagamento aos servidores, professores, que anseiam pela “mudança”.

Dessa forma, o modo de enunciação é o plano constitutivo no qual “o sentido que o discurso libera se impõe por esse meio tanto quanto pela doutrina, sem que jamais se possa supor a menor exterioridade entre os dois aspectos”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 93). A informação repassada pela notícia, “liderado pela bancada do PP”, sugere que o movimento de alteração do projeto inicial foi motivado pelo partido com a maior representação da Câmara dos Deputados, isto é, o meio político e a doutrina partidária corroboraram a tomada de decisão do governador, essa bancada representa também os fiadores do discurso do governador. Os sujeitos que concordam que as alterações aconteçam para melhoria do projeto.

As práticas discursivas modificam as instituições e mantém as relações de poder, uma vez que o enunciado transforma e molda as realidades a partir da instauração do quadro enunciativo-discursivo amparado às cenas englobante, genérica e cenografia que fundamentam o discurso. (MAINGUENEAU, 2020). Essas cenas são construídas e projetadas no discurso por meio das modalizações verbais e da seleção lexical que remetem à enunciação que altera o projeto inicial do governador para agradar a base e os aliados, conforme consta no subtítulo da notícia “alterações repercutiu de forma positiva entre os deputados”. Os fatos e informações apresentados condicionam ao tempo e ao espaço da cena enunciativa, assim como o estatuto do enunciador e do destinatário e suas formações discursivas, configuradas pelas cenas da enunciação que organizam e modalizam o discurso.

A primeira cena é a englobante, a qual, consoante Maingueneau (2020, p. 19), “confere seu estatuto pragmático à enunciação, integra a um tipo de discurso, a uma esfera de atividade”, isto é, o discurso político do governador ao final do terceiro ano de mandato. Além da esfera política, também aborda a educacional, gerando uma interface entre dois importantes e significativos segmentos sociais que, além de aproximar pensamentos antagônicos, geram conflitos. Essa cena configura-se como parte essencial para compreender a materialidade linguística expressada no discurso do governador ao apontar dados numéricos “agora, eles receberão 5,5% de reajuste” na alteração de projeto de lei envolvendo o magistério do estado.

A interação verbal acontece em função de determinada seleção no campo linguístico, sendo que o enunciado apresenta um suporte para projetar as informações conforme as regras

pré-estabelecidas no domínio do idioma, já que a língua existe para comunicar. O discurso ampara-se na segunda cena enunciativa denominada de genérica e apresenta-se no gênero notícia para sustentar seus argumentos, uma vez que “a cena genérica é a das normas constitutivas de um gênero ou subgênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2020, p. 19). “O estudo da notícia é uma das maneiras de analisar as ideologias em atuação na mídia”. (MENDONÇA JORGE, 2006, p. 12), pois a notícia, por seu cunho jornalístico-informativo, apresenta a veracidade dos fatos, é uma cena que valida o enunciado.

Conforme corpus de análise, que consta no Quadro 8, temos também a terceira cena que é denominada de cenografia a qual se constrói no próprio discurso e tem determinada imposição “em função de seu posicionamento no campo político e de seu ethos pré-discursivo” (MAINGUENEAU, 2020, p. 19). Os posicionamentos, construídos no discurso político do governador, apresentam a realidade financeira do estado e o quanto se pode disponibilizar de reajuste para não romper com os limites da lei “precisamos ter responsabilidade do ponto de vista fiscal”, afirmou o representante. O reajuste é necessário, está na lei, foi alterado no projeto, porém se depara com o entrave econômico do quanto se pode, de fato, pagar a mais sem comprometer os cofres públicos.

Arelados à cenografia estão os estatutos do enunciador e do destinatário (governador e representantes dos professores), pois “a cenografia não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75), a partir das compreensões entre as essas duas esferas do campo comunicativo. “A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77), é parte constituinte do discurso que altera a lei encaminhada à Câmara dos Deputados para apreciação, leitura e análise, construindo uma cenografia de discrepâncias entre governo e CPERS - Sindicato. Assim, o discurso do governador, notadamente populista, agrega sentido de preocupação com a classe dos professores, mas, principalmente, com as finanças estaduais.

Outro apontamento cenográfico ocorre com a informação de que “o presidente da Comissão de Educação da Assembleia, Carlos Búrigo (MDB), celebrou a mudança”, buscando-se a incorporação de um fiador para validar o discurso no tempo futuro e no cenário político-educacional do estado do RS.

Temos uma cenografia instaurada que apresenta um cenário educacional de progresso, de melhora nos rendimentos com o pagamento do salário reajustado. Conforme argumentos do deputado Issur Koch (PP), relatando a posição do seu partido, o com maior representação na Assembleia Legislativa Estadual, o projeto alterado ainda está “muito aquém do necessário, mas já é um sinal”. “Vamos tentar melhorar”, ou seja, a presença de mais um

fiador que se inscreve para validar o discurso político do governador. Esses argumentos endossam o posicionamento do governador de que a educação necessita de melhoras em termos de remuneração dos seus profissionais, mas o entrave está nos números disponíveis para efetivar as reposições esquecidas até o momento. “A cenografia não se desenvolve plenamente a não ser se puder controlar seu próprio desenvolvimento” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77), por isto que o cenário criado obedece ao momento enunciativo e aos seus enunciadores e destinatários e tem validade nesse contexto comunicacional: alteração de projeto para pagamento de professores.

A alegoria montada para receber os termos linguísticos, relaciona-se com a performance da escolha lexical, porque palavras e coisas são indissociáveis. (MAINGUENEAU, 2020). Com a inferência “a mudança buscou reduzir as resistências de deputados, especialmente de aliados, que apontaram a necessidade de mudanças”, repassada pelos enunciadores, na posição de jornalistas, se valida uma cena que tem relação direta com as posições defendidas pelos deputados: sem as alterações, o projeto não seria aprovado pelas bancadas, tanto de apoio quanto da oposição. O jogo político assume o viés da educação por ser temática nas campanhas políticas e representa cobranças após o cargo assumido.

Dessa maneira, o ethos construído é de esperança, de utopia, principalmente com relação ao próximo ano, uma vez que “o governo garantiu que nenhum professor ficará sem reajuste. Caso isso aconteça, que procure e informe”, de acordo com as palavras do deputado Issur Koch (PP), representante da maior base aliada do governador. A possibilidade de melhoras na educação, ocasionada pelo aumento relatado na alteração do projeto inicial, beneficia a todos os professores, ninguém ficará de fora dos reajustes.

As cenografias instauradas implicam que “o corpo humano é, ao mesmo tempo, altamente valorizado por informações privilegiadas da sociedade”, (MAINGUENEAU, 2020) onde a maneira de ser, de dizer, de agir, condicionam a uma imagem do enunciador. Temos, então, a questão do ethos que representa a imagem de si construída e projetada no discurso. “O processamento do ethos não se limita à esfera privada ou profissional. As personalidades públicas, em qualquer campo que se imagine, devem administrar sua “imagem”, quer dizer, seu ethos”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 41-42, grifo do autor). Em toda fala que envolve a figura do governador temos um discurso político que constrói uma imagem sobre o representante estadual e, assim acontece com a expressão “que é importante”, logo após o termo reajuste, enfatizando a importância de pagar um salário conforme estabelece a lei.

O discurso político do então governador legitima a enunciação, não se restringe aos enunciados ideológicos somente, pois a existência é ideológica. (MAINGUENEAU, 2020).

Mesmo precisando alterar o projeto inicial encaminhado à Câmara, por pressão dos deputados e a possível não aprovação, o representante do Piratini construiu uma imagem de quem se importa com o cenário educacional. De acordo com Maingueneau (2020, p. 42, grifo do autor) “no caso da política, a interpretação do ethos tem desafios importantes: “a imagem” da pessoa condiciona sua carreira”, e para quem busca uma ascensão enquanto representante do povo, o ethos é de seriedade e comprometimento. O posicionamento de voto contrário dos deputados, bem como as críticas dos representantes da educação, fundamentam a proposta de alteração do projeto inicial encaminhada pelo governo à Câmara dos Deputados.

As marcas linguísticas, presentes no discurso do governador, precisam da relevância da imagem projetada na notícia para compreender o modo de coesão discursivo organizado no sentido global, com junção de palavra e imagem, não daquela construída, mas daquela disponibilizada. O tema da educação, enfatizado na esfera política, possibilita que o governador projete uma imagem didática de si, reproduzida pela maneira como as cadeiras estão dispostas no espaço. O espaço discursivo, retratado pelas jornalistas, é o da sala de aula, com o professor sendo o enunciador da informação e os alunos os destinatários, aqui representados pelo governador e deputados estaduais. A maneira de organizar o ambiente e apresentar as informações constrói um ethos de aproximação com a classe educacional.

Os planos constitutivos da semântica global abordados nesta análise – estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e vocabulário – permitem descrever e analisar o ethos do governador Eduardo Leite. O tema educacional faz parte do discurso, mesmo que em alguns momentos venha a perder espaço para o campo político, no entanto, política e educação são indissociáveis na construção social. Contratempus, como ocorreram com a primeira versão do projeto, sempre vão existir e “o político é, então, levado a produzir um discurso de justificação de seus atos ou a emitir declarações para se inocentar das críticas ou das acusações que lhe são dirigidas. Isso pode ser feito *a priori*, por antecipação ou *a posteriori*”. (CHARAUDEAU, 2017, p. 126, grifos do autor). O governador, percebendo que suas ações não iriam ser aceitas, retratou-se antes do projeto ir à votação e alterou os valores propostos: “Para evitar derrota, Leite muda piso do Magistério”, conforme título da notícia.

Na sequência, afirmamos que o discurso político, conforme *corpus de* análise 3, instaura um quadro enunciativo com as figuras do enunciador e do destinatário e com as marcas discursivas de sua formação. “A eficácia do ethos assemelha-se assim ao fato de ele envolver, de alguma maneira, a enunciação sem estar explicitado no enunciado”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 11). Assim, o discurso está condicionado a uma voz, um tom,

um caráter, uma corporalidade e uma incorporação, que constroem a imagem daquele que assume a posição de enunciador do discurso. O governador apresenta um tom de voz firme, seguro e moderado, não se altera ao realizar os apontamentos que envolvem cifras. Seu caráter de seriedade é reproduzido pela disposição corporal (sentado na cadeira, perna cruzada, braços apontando para o quadro ilustrativo da projeção) e incorporando a objetividade e a clareza para assumir que o projeto inicial necessitou de alterações para não desassistir nenhum professor.

A partir dessas constatações, compreendemos que o ethos é uma manifestação da enunciação e “escolher o ethos conveniente, aliás, é decisivo nos gêneros de discurso em que os locutores têm de conquistar um público ainda não ganho para sua causa”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). Assim, identificamos o ethos pré-discursivo ou prévio do governador Eduardo Leite que é de um representante político preocupado com a sua posição político-partidária e com as finanças do estado. A prova disso é que o projeto foi alterado para evitar uma derrota na Câmara e não enfrentar a fúria dos educadores, representados pelo CPERS, o que instiga a pensar que não era a educação a principal pauta, mas sim a harmonização de alguns dos seus interesses políticos.

Diante disso, a maneira com que o enunciador aproxima-se do seu destinatário representa o ethos discursivo, que constrói uma imagem de si na esfera discursiva dividida entre o dito e o mostrado. “O ethos mostrado é uma dimensão constitutiva de toda enunciação, o ethos dito não é obrigatório: o locutor nem sempre fala de si mesmo”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12), isto é, o ethos mostrado é construído e constitui o discurso, enquanto que o dito não estará presente em todos os momentos enunciativos, pois é uma escolha no universo enunciativo-discursivo. O enunciador, governador, no discurso em análise, reforça uma imagem de que as mudanças no projeto inicial de reajuste vão ao limite possível, o esforço é grande para atender às demandas do legislativo e do sindicato.

Ao afirmar que a alteração no projeto é algo que será idealizado pela votação na Assembleia, o que é confirmado pelos líderes das bancadas, instaura-se um ethos dito, marcado por palavras enunciadas pelo sujeito enunciador, no caso o governador Leite. O ethos dito reforça um ethos de preocupação com relação aos limites dos cofres públicos do estado, o que é enfatizado pelo discurso direto do governador “precisamos ter responsabilidade do ponto de vista fiscal”. Assim, emerge um ethos de administrador populista preocupado com as finanças do RS.

“A expectativa é de que entre em votação na próxima semana, às vésperas do início do recesso parlamentar”, essa informação enquadra o discurso na esfera cronológica e

topográfica, instaurando uma cenografia no tempo e no espaço enunciativo, bem como reforçando o ethos mostrado, pois representa esperança com a votação e a reformulação do projeto. Além do legislativo “ficar de bem” com a classe dos professores, o governador também construiu uma imagem que voltou atrás em sua decisão e acatou uma opinião de terceiros, ou seja de aproximação com as bancadas partidárias e com os professores.

A expressão “para evitar derrota”, a qual compõe o título da notícia, instaura uma cenografia que resulta num ethos de flexibilidade do governador, as mudanças realizadas no projeto representam um jogo político necessário no momento para evitar uma derrota, junto à Câmara dos Deputados Estaduais e, conseqüentemente, um desgaste com a classe do magistério. Também constrói uma imagem de político que busca a aceitação daqueles que estão nas lideranças junto dele, mesmo não sendo todos aliados, configurada pela troca de ideias e uma projeção de candidatura futura a cargo elevado no cenário político federal.

“É somente por meio da linguagem – especialmente, do discurso – que os fatores psicológicos e sócio-históricos encontram mecanismos para a composição do ethos, instância enunciativo-discursiva, e expressão de um mundo ético em particular”. (GONÇALVES, 2020, p. 77). Dessa forma, o ethos dito é expressado no próprio discurso, representa as escolhas feitas durante o processo enunciativo; e o ethos mostrado busca desvendar o não dito no discurso. Esses ethos, instaurados no discurso, remetem a um contexto histórico e uma formação discursiva do enunciador, governador: sua filiação ao partido político do PSDB, suas promessas de campanha para melhorar o quadro do magistério público estadual e o não cumprimento dessas ao final do terceiro ano de mandato.

A imagem de si construída pelo enunciador, governador, manifesta-se no discurso instaurando o ethos discursivo. Durante a argumentação, reforçando os números reais dos cofres públicos, o enunciador pretende justificar-se por não enviar a proposta de reajuste a todos os professores desde o projeto inicial, conforme a notícia informa. Assim sendo, o ethos discursivo configura-se, uma vez que “o simples fato de um texto resultar de um tipo, de um gênero de discurso e de determinado posicionamento ideológico induz expectativas em termos de ethos”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). É manifestado em sua fala politizada e pretende manter uma relação de aproximação com seus eleitores e, principalmente, com a representação dos professores, sendo que este ethos assume suas três diferentes dimensões: categorial, enquanto representante do povo, governador; experiencial, marcado pelo bom senso e mansidão; e ideológica, enquanto político populista.

O ethos discursivo do governador é construído conforme sua postura se solidifica na esfera discursiva e relaciona-se a um termo clássico da política refutado por todos que é

“derrota”, nenhum candidato aceita passivamente essa situação, por isso que “os fins justificam os meios”, no cenário político. Por meio do *ethos* é possível projetar a imagem do sujeito sem que ele fale nada sobre si. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 109, grifo dos autores). Isso decorre de que o corpo também manifesta seu posicionamento por meios de gestos, posturas, roupas, crenças, ideologias e assim o *ethos* projeta uma imagem de si totalitária e não somente do discurso propriamente enunciado.

A elucidação do *ethos* discursivo do enunciador, governador Eduardo Leite, incorpora as maneiras de dizer e de ser que refletem a imagem de si construída e projetada aos olhos da sociedade que terá uma percepção individual da postura discursiva do representante gaúcho. Desde o início do seu discurso político, a postura didática e de aproximação com os professores foi resultando em uma imagem que reflete uma preocupação maior do que o pagamento do piso do magistério, mas de aceitação dos deputados como garantia de voto favorável. “Por meio das pistas encontradas no texto, o leitor vai se convencendo da cenografia que, aos poucos, vai construindo e validando o *ethos* do enunciador, possibilitando descobrir suas faces e, principalmente, suas intenções ou o que está oculto delas”. (FUMAGALLI; FREITAS, 2016, p. 117). Assim, temos uma progressão enunciativa que valida o *ethos* discursivo do governador, na junção entre o que está dito e o que está mostrado.

Dessa forma, as escolhas linguísticas, marcadas no discurso do governador do RS, Eduardo Leite, representam a construção de seu *ethos* discursivo pelo destinatário: “não se trata de uma representação estática, mas de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário por meio do próprio movimento da fala do locutor”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 10). O governador apresentou seu discurso com uma intenção: apontar os números reais de reposição salarial possível no momento à classe do magistério, pois sua preocupação é com a aceitação do projeto, mesmo que os percentuais não sejam os ideais. Como parte da compreensão das cenografias e *ethos* discursivos instaurados, com base no referencial teórico, projetamos a seguir o Quadro 09 que sintetiza a materialidade linguística do corpus de análise.

Quadro 09 – Cenografia e *ethos* discursivo do governador Eduardo Leite

Discurso que muda piso do magistério		
Cena englobante: discurso político/jornalístico		
Cena genérica: notícia		
Cenas enunciativas: cultura, democracia e sociedade	Cenografias construídas: coletividade, encenação, logos, pathos	Ethos discursivo: projeção da imagem de si
Projeto encaminhado à Câmara dos Deputados	Cenografia de discordância nos percentuais de reajuste	Ethos de chefe, de potência

Revisão do projeto como garantia apoio	Cenografia de ajuste entre governo e Câmara	Ethos de humanidade, de caráter
Reajuste salarial para toda a classe	Cenografia de melhora nos rendimentos	Ethos de esperança, de utopia
Discurso que não convenceu o CPERS	Cenografia de discrepâncias entre governo e sindicato	Ethos de coragem, de contrariedade
Ethos discursivo de conciliador/articulador com relação à classe do magistério		

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Diante do explanado, o Jornal constrói o ethos discursivo instaurado no discurso político analisado projetando uma imagem de si de um governador que trata a educação com responsabilidade, no entanto não conseguiu cumprir o que prometeu durante a campanha eleitoral. A conjuntura político-administrativa do estado e sua condição financeira permitem apontar que o cenário educacional ainda está distante de um reconhecimento salarial adequado ao trabalho prestado. Entretanto, o fato do projeto alterado ir à votação ainda no final do ano e ser aprovado, projeta um cenário no qual o aumento percentual seja incorporado aos rendimentos dos professores no primeiro mês do ano de 2022. O caminho em prol da valorização do magistério ainda é de construção, assim como dos diferentes ethos que são projetados quando os representantes políticos abordam esta conflitante temática: piso do magistério.

Na sequência do trabalho, apresentamos as considerações finais que sintetizam como foi o processo de pesquisa e os resultados obtidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CICLO QUE CHEGA AO FIM

A tese em questão estabeleceu uma relação de interface entre a teoria enunciativo-discursiva e o discurso político, mais especificamente descreveu e analisou o ethos discursivo do candidato e ex-governador do estado do RS, Eduardo Leite, em três notícias publicadas no jornal Correio do Povo/RS, na seção Política, sobre a temática do piso salarial do magistério público estadual. A seleção do corpus ocorreu em função de que o discurso político é configurado por uma cenografia que procura validar o enunciado por meio dos respectivos planos constitutivos e projetados pelo ethos discursivo.

Inicialmente abordamos os termos referentes à cultura e discurso político (CHARAUDEAU, 2017), articulados aos sete planos constitutivos da semântica global de Maingueneau (1984/2008a), por entendermos que todo discurso político está inserido em um quadro enunciativo-discursivo que desencadeia na construção de cenas enunciativas, da cenografia e do ethos como imagem de si.

O tema deste estudo teve como foco a análise do discurso político do governador do estado do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite, dirigido aos profissionais do magistério público estadual, mais especificamente no que diz respeito à construção de cenografias enunciativas e, por consequência, do ethos discursivo como imagem de si. O motivo pela delimitação por esse governante levou em consideração as promessas de campanha e o atendimento (ou não) desses compromissos ao longo do exercício do mandato, à frente do Palácio Piratini, principalmente quando o assunto piso salarial do magistério configurou-se como norteador de discursos políticos voltados à educação.

O problema de pesquisa que fundamentou a tese foi assim estabelecido: nos discursos políticos analisados do candidato e ex-governador do RS, Eduardo Leite, como são encenados os ethos discursivos, como imagens de si, mobilizados nas cenografias construídas no plano enunciativo-discursivo?

Esse problema de pesquisa emanou da prática social e profissional, que é o parcelamento do salário do magistério, fruto de promessas de campanhas políticas do governador eleito e sua não efetivação durante o mandato, ou seja, um conflito instaurado pelo discurso político por meio das diferentes ideologias e siglas partidárias. As hipóteses de pesquisa decorrentes dessa problematização foram assim configuradas e explicadas:

- a) O interdiscurso organiza e possibilita analisar o discurso político pela perspectiva enunciativo-discursiva de cunho sócio-histórico. Essa hipótese foi confirmada, uma

vez que a teoria possibilitou a análise do discurso e do interdiscurso no contexto enunciado a partir da história e cultura política de seus enunciadores.

- a) As práticas culturais orientam a posição assumida na construção da cenografia no discurso político. A cultura está atrelada ao contexto político, pois a posição ideológica assumida condiciona nossas crenças na construção do ethos discursivo, amparado no logos e no pathos, confirmando essa hipótese.
- b) As restrições semânticas implicam o discurso político do enunciador de acordo com seus destinatários. Cada momento enunciativo é único; as escolhas semânticas possibilitam a interação entre o enunciador e seu destinatário por partilharem de conhecimentos comuns. A hipótese foi confirmada, porque o discurso político foi construído para persuadir seu público.
- c) O ethos discursivo configura-se como uma manifestação distinta da imagem de si quando a posição política é de candidato daquela quando governador eleito. A posição política sofreu alteração, bem como o cargo, isto desencadeou em ethos distintos, de esperança e de aproximação, pois nem todas as promessas de campanhas foram efetivadas no exercício do cargo.

Em decorrência da problematização e das hipóteses previstas, o objetivo geral, neste estudo, visou descrever e analisar a construção do ethos discursivo recorrente nos discursos políticos, como imagem de si, depreendido de cenas enunciativas e restrições semânticas da situação contextual que denotam cenografias na tessitura do discurso de um governador do RS.

Diante das particularidades do discurso político à luz da semântica global e dos pressupostos teóricos da cena enunciativa, da cenografia e do ethos discursivo, salientamos que o objetivo ao qual nos propusemos no estudo foi alcançado, uma vez que ao abordarmos os planos constitutivos do discurso (semântica global), compreendemos a situação de enunciação no discurso mediante as marcas enunciativas, suas respectivas cenas, pelas quais foram construídas as cenografias e o ethos discursivo do governador Eduardo Leite, que foram caracterizadas no tecer discursivo.

Em conformidade ao objetivo geral, os objetivos específicos foram definidos e atingidos de acordo com o que comentamos na sequência:

- a) compreender como o discurso político sobre o piso do magistério se manifesta a partir do interdiscurso. A interdiscursividade possibilitou afirmar que o discurso político apresenta marcas de discursos anteriores para embasar seu posicionamento.

- b) examinar as práticas culturais materializadas na construção da cenografia do discurso do governador. Constatamos que a cultura faz parte da política e suas manifestações condicionam o posicionamento por determinada ideologia partidária.
- c) verificar as restrições semânticas que sustentam o discurso para o funcionalismo gaúcho, do magistério estadual. As escolhas realizadas pelo enunciador, o governador do RS Eduardo Leite, para construir o discurso político, condicionaram na sua aprovação ou não pelo público do magistério, bem como as promessas realizadas.
- d) relacionar as diferentes projeções do ethos discursivo, por meio de cenas enunciativas e de cenografias construídas nas manifestações político-discursivas do governador do RS, objeto deste estudo. Os ethos discursivos foram construídos de maneiras distintas ao longo do período eleitoral, na posição de candidato e também na efetivação no cargo de governador, visto que ao mudar a postura política também se reformulou a imagem de si construída junto ao público, seu destinatário.

Com base nesse contexto teórico-metodológico, defendemos neste estudo a seguinte tese: o ethos discursivo, construído nas cenografias, projeta uma imagem de si de conciliador/articulador no discurso populista do governador do RS, Eduardo Leite, com amparo nas cenas enunciativas e nas restrições semânticas contextuais.

As cenografias foram identificadas com base em marcas linguísticas existentes nos textos das notícias analisadas, a partir de um contexto histórico e social validadas pelo ethos discursivo, pois a imagem de si construída pelo governador Leite, em seu discurso, ressalta as particularidades do discurso político e a simbiose entre o político e o jornal. A projeção dos diferentes ethos discursivos, resultados das cenas de enunciação que moldaram cenografias, através de escolhas lexicais do enunciador, possibilitaram a identificação de ethos discursivos mostrados no e pelo discurso que buscou uma aproximação com as instâncias representativas educacionais, mas que ainda está em fase de construção.

Ao abordar conceitos da semântica global, aliados à cenografia e ao ethos em um discurso político, manifestado em notícia, realizamos uma interface entre conceitos clássicos presentes nas teorias que embasaram este trabalho de tese, aplicadas a um corpus atual de pesquisa, depreendendo que a teoria assume sua função social quando consegue ressignificar enunciados e contextos particulares.

Como resultado da pesquisa, inferimos que a construção da cenografia ocorreu a partir da imagem referida no contexto sócio-histórico de crise, greve e parcelamento salarial do magistério estadual. Este estudo reafirma que o discurso político é projetado por uma

cenografia que lhe é particular, bem como projeta um ethos discursivo que busca conciliar/articular, mas que ainda apresenta certo distanciamento com relação à educação.

Como consequência do estudo, em termos de contribuições à sociedade, temos a abordagem do discurso político que, através das imagens de si construídas na enunciação e projetadas nas cenas e cenografias discursivas, possibilita compreender que o ser político, no caso um governante, traz consigo suas marcas culturais e de aproximação social com determinadas ideologias por meio de um discurso que realiza a encenação visando conquistar seu público-alvo, seu destinatário por excelência.

As contribuições pessoais com a construção da tese significaram muito porque representam um sonho de infância que se transformou em realidade, após muito sacrifício e estudo, mas que oportunizou um crescimento enquanto mãe, filha, esposa, aluna, colega, professora e pesquisadora que fui, sou e serei. Estudar sempre é um processo que nos torna melhores em todas as instâncias, visto que o conhecimento é algo que não nos pode ser tirado, mas que nos acompanha por todos os universos.

Como resultado do processo de pesquisa, as contribuições de cunho profissional vão agregar substancialmente ao exercício da prática docente onde o texto é meu ponto de partida e chegada em todas as aulas de Língua Portuguesa e Redação. Compreendi que entre aquilo que é dito e mostrado existe uma enunciação discursiva que constrói uma imagem muito importante do profissional professor que é repassada ao seu público, agregando valor ao exercício da profissão. O ano de 2022 vivenciará a campanha eleitoral cerceada por universos de polarização e os alunos também necessitam de um olhar crítico frente ao processo, mesmo que alguns ainda não exerçam o direito ao voto, podem ampliar o universo teórico compreendendo que o discurso político é modalizado semanticamente.

No que concerne à esfera acadêmica, o estudo é instigante e possibilita outras pesquisas, visto que desafia o enunciador a fazer uso da tríade da retórica clássica para se fazer entender: logos, pathos e ethos. Porém, ao utilizar de um determinado enunciado não se tem o total controle da imagem de si que será construída e repassada ao seu destinatário, tornando o discurso político um desafio enunciativo. Precisamos compreender que os discursos políticos dos candidatos aos cargos da esfera administrativa ou legislativa são de convencimento, de persuasão e, conseqüentemente, de garantia de apoio e voto.

Em relação às limitações da pesquisa desenvolvida, são de ordem qualitativa e quantitativa, pois analisamos três discursos e por um recorte teórico específico, sendo que existem muitos outros enunciados e tantas outras teorias que podem ser abordados, uma vez que as noções conceituais/teóricas são atuais e necessárias para estudos sobre manifestações

discursivas que abordam o discurso político no âmbito educacional. O trabalho serve também de motivação para estudos posteriores, pois nossa intenção foi apontar outras possibilidades de interação entre teorias enunciativo-discursivas no discurso político. Entendemos que tanto a teoria quanto o corpus de análise se revelaram produtivos e servem como sugestão para novos estudos e pesquisas que tratem da temática aqui apresentada e desenvolvida- política e educação.

Diante de todo o contexto trabalhado nesta tese, e ao colocar um ponto final neste trabalho, é preciso fazer um fechamento: estou satisfeita com o percurso realizado, foram muitos momentos desafiadores nos quais também foi necessário se reinventar e se reposicionar tal como no discurso político, para seguir em frente. As últimas palavras desta tese deixam marcas da minha trajetória, tanto pessoal quanto profissional, e convido a todos para adentrar no universo docente de uma professora pesquisadora que vê no discurso político novas possibilidades de reconstrução e (re)significação social e, principalmente, educacional.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth; KOREN, Roselyne. Argumentação e discurso político. *In: EMEDIATO, Wander (org.). Análises do discurso político*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 131-142.
- AMOSSY, Ruth (org.). O ethos discursivo ou encenação do orador. *In: AMOSSY, Ruth. A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 79-104.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas (SP): v.14, n°2, 2008. p. 380-413.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. *In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William (org.). Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. *In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (org.). As emoções no discurso*. v.I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Trad. Renato de Mello. *In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (org.). As emoções no discurso*, v. II, Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela S. M. Corrêa. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Trad. Angela M.S.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. O turbilhão do interdiscurso. *In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva (Org.). Texto, discurso e argumentação*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- DAHLET, Patrick. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. *In: EMEDIATO, Wander (org.). Análises do discurso político*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 214-240.
- EMEDIATO, Wander. Dimensões e faces da mentira no discurso político. *In: EMEDIATO, Wander. Análises do discurso político*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 14-49.
- FIGUEIREDO, Cristina. As práticas conselhistas e a cultura política brasileira: a serviço de qual consenso? *In: FIGUEIREDO, Cristina; MARCON, Telmo (org.). O popular e a educação:*

movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 225-242.

FUMAGALLI, Rita de Cássia Dias Verdi; FREITAS, Ernani Cesar de. **Cenografia e *ethos* discursivo na narrativa literária: uma análise do conto O Barril de Amontillado**, de Edgar Allan Poe. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, janeiro de 2017. p. 104-123.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Iverton Gessé Ribeiro. **Dos discursos católico, espírita e evangélico pentecostal: competência discursiva e simulacros das práticas de fé.** 220 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade de Passo Fundo, RS, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JORNAL CORREIO DO POVO - RÁDIO GUAÍBA (03/09/2018, às 13h43min, atualizado às 16h10min). **Eduardo Leite defende revisão do plano de carreira e prorrogação das alíquotas por 2 anos.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2021.

JORNAL CORREIO DO POVO, por Henrique Massaro (01/10/2019, às 3h55min). **Histórico, inovador e humano: Correio do Povo completa 124 anos reafirmando compromissos com novos tempos e com sua essência.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2022. (a)

JORNAL CORREIO DO POVO - RÁDIO GUAÍBA, por Henrique Massaro (15/10/2019, às 15h54min). **Cartilha de minutas proposta pelo governo Leite é "nefasta e nociva", afirma presidente do Cpers.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2022. (b)

JORNAL CORREIO DO POVO - RÁDIO GUAÍBA, por Lucas Rivas (13/12/2019, às 21h50min). **Leite nega que nova proposta para o Magistério envolva reajuste "fictício".** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2020.

JORNAL CORREIO DO POVO, por Juremir Machado da Silva (09/08/2021). **Magistério estadual congelado. Sem aumento salarial há sete anos.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

JORNAL CORREIO DO POVO (14/12/2021). **Ato de professores, funcionários de escola e aposentados do RS exige reposição.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JORNAL CORREIO DO POVO, por Mauren Xavier e Giullia Piaia (16/12/2021, às 18h33min). **Para evitar derrota, Leite muda piso do Magistério.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise de discurso.** Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. (1984). **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. Situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. *In*: MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 199-207.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de discurso. *In*: MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 23-33.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set., 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

MENDONÇA JORGE, Thaís de. **A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa**. UNIrevista - vol. 1, n° 3, julho 2006. p. 01-14.

PRODONOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCARIOT, Viviane Demetrio da Silva. Ensinar é para quem ama! *In*: LAUXEN, Jana (org.). **Ao professor, a palavra**. Carazinho: Os Dez Melhores, 2020. p.73-77.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume II. Florianópolis: Insular, 2005.



UPF

UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900
(54) 3316 7000 - www.upf.br